



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TRÓPICO ÚMIDO

ANDREIA ANSCHAU

FLORES DA TERRA:
mulheres, poder e resistência no movimento agroecológico

BELÉM/PA
2020

ANDREIA ANSCHAU

FLORES DA TERRA:

mulheres, poder e resistência no movimento agroecológico

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito final à obtenção do título de Mestra em Planejamento do Desenvolvimento.

Linha de pesquisa: Estado, instituições, planejamento e políticas públicas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marcela Vecchione Gonçalves.

BELÉM/PA
2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

A617f Anschau, Andréia
Flores da terra : mulheres, poder e resistência no movimento
agroecológico / Andréia Anschau. — 2020.
141 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Marcela Vecchione Gonçalves
Coorientador(a): Prof. Dr. Danilo Araújo Fernandes
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos
Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

1. Cadernetas agroecológicas. 2. Mulheres. 3. Agroecologia.
4. Trabalho doméstico. 5. Amazônia. I. Título.

CDD 331

ANDRÉIA ANSCHAU

FLORES DA TERRA:

mulheres, poder e resistência no movimento agroecológico

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito final à obtenção do título de Mestra em Planejamento do Desenvolvimento.

Linha de pesquisa: Estado, instituições, planejamento e políticas públicas.

Defendida e aprovada em: 20 de fevereiro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Marcela Vecchione Gonçalves
Orientadora – PPGDTSU-NAEA/UFPA

Prof. Dr. Danilo Araújo Fernandes
Coorientador – PPGDTSU-NAEA/UFPA

Prof. Dr. Ricardo Theóphilo Folhes
Examinador Interno – PPGDSTU-NAEA/UFPA

Prof.^a Dr.^a Tatiana Deane de Abreu Sá
Examinadora Externa – Embrapa

BELÉM
2020

AGRADECIMENTOS

Não há como pensar nos agradecimentos deste trabalho sem pensar na querida Aldebaran Moura. Ela, que junto com a minha orientadora, Marcela Vecchione Gonçalves, apresentou a mim a agroecologia, a luta das mulheres amazônidas e a revolução da caderneta agroecológica. Sem essas duas mulheres maravilhosas, não haveria dissertação e minha existência nessas terras seria muito mais vazia.

A Amazônia é, também, indissociável ao NAEA como um todo. Aqui, deixo registrada minha mais sincera gratidão aos admiráveis colegas e professores que trilham comigo esse caminho, por vezes tortuoso, de fazer pesquisa no Brasil e, mais ainda, na Amazônia. Ao falar de NAEA, é importantíssimo destacar duas figuras que me acolheram de uma forma muito mais linda que eu poderia imaginar. Abriram suas casas e me fizeram parte de suas famílias. Às minhas amigas Ana Cristina Rocha Silva e Iranilda Moraes que, hoje, são parte da minha família e, também, deste trabalho. Meu obrigada a vocês é tão grande que nem essa dissertação todinha é capaz de expressar!

No outro extremo do país há, também, uma rede de pessoas incríveis envolvidas não só no trabalho em si – revisão, tradução e debates – mas também no acolhimento fraternal comum de amigos que vivem a nossa vida com a gente: impulsionam-nos quando necessário e são lar quando precisamos de ninho. Obrigada Kelen Steindorff, Alécio Romero, Lilhan Steindorff e Arthur Panziera por serem grupo de debates, descontração e, sobretudo, lar.

Aos meus pais agradeço, sobretudo, a coragem necessária a vocês ao me deixar voar. É um acalento saber que, dentro das suas possibilidades e do querer o melhor pra mim, vocês são capazes de apoiar sonhos que não são os seus. Às minhas irmãs, Patrícia Anschau e Camila Anschau, gratidão ao apoio, financiamentos, logísticas e todos os esforços nos bastidores. Amo vocês! E, aos que também são família, Adelar Rurhwiem e Juliana Gonçalves da Cruz, meu agradecimento pelo companheirismo, compreensão – que não é pouca! – e tradução do resumo.

Voltando à Amazônia, ainda é necessário destacar o apoio tão bonito desse menino querido (às vezes) que é o Rafael Galvão. Nos períodos de solidão comum dos processos longos de escrita, as frequentes conversas com você me deram força pra seguir. Um muito obrigada pelo apoio e companheirismo!

Às mulheres da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), que viabilizaram e contribuíram de forma imensurável a este trabalho. Beatriz Luz Cruz, Maria das Graças Costa, Vânia Carvalho, Jaqueline Felipe dos Santos e Andréia Scalabrin meu muito, muito obrigada!

Aos membros da minha banca de qualificação: Danilo Araújo Fernandes, meu coorientador que é responsável por me inserir nas lutas agrárias da Amazônia; Tatiana Sá, que me acompanhou na visitação às comunidades quilombolas de Laranjituba e África e por quem tenho uma admiração imensa; Mirleide Chaar Bahia que, com seus esforços, tornou a qualificação possível. Aqui, não posso deixar de agradecer, novamente, minha orientadora Marcela Vecchione Gonçalves. Sou muito grata pelos seus ensinamentos, sua paciência e compreensão. Espero, algum dia, poder cuidar dos meus orientandos como você me tratou.

Por último, mas, talvez, o mais importante, às mulheres sujeito desta dissertação. É até redundante falar que sem vocês não existiria este trabalho. Então eu escrevo que os encontros, o IV Encontro Regional de Agroecologia da Amazônia (ERAA) e os momentos em que escutei as lutas de vocês me ensinaram tanto sobre questões tão variadas – desde os impactos não difundidos de grandes projetos de desenvolvimento até a revolução no espaço doméstico fruto da perseverança e da resistência coletiva de vocês. Tal como diz Eliane Brum em “A Amazônia é o centro do mundo” e como prega a agroecologia, cabe a mim, como cientista, ouvir. E, como estrangeira, meu dever é de aprender com vocês. Penso que consegui. Não tudo, até porque é impossível. Nem sei se o suficiente, mas o que esse curto período de tempo permitiu. Ozirene Silva, Leocádia Moraes de Oliveira, Daniela Silva, Benedita Gonçalves, Rosilene Pinto de Mota, Veralícia Pereira Nunes, Vanda da Silva: a vocês, minha eterna gratidão; espero servir como instrumento e contribuir nessa luta tão necessária de mostrar a importância do trabalho da mulher e de um modo de produção alimentar sustentável para a terra e, também, para a vida humana.

E quando a gente se descobre mesmo, como mulher,
então a gente começa a se sentir responsável pela história, não
só a nossa história, mas a história da sociedade, a história das
outras mulheres, a história do mundo – da vida, né?

Maria Nazaré de Souza, trabalhadora rural
Itapipoca – Ceará

In “História na Mão”, Maria Alice McCabe

RESUMO

ANSCHAU, Andreia. **Flores da terra**: mulheres, poder e resistência no movimento agroecológico. 2020. 143f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

O trabalho realizado fora da esfera de mercado – de reprodução de cuidado e domésticos –, frequentemente associado e tarefa das mulheres, é desconsiderado na economia clássica. Essa não visualização do trabalho doméstico gera certo desprezo pelo mesmo, bem como a não interpretação desse como uma atividade essencial para a reprodução da humanidade. Isso impacta na não visibilidade da mulher como vital à comunidade. Para evidenciar esse processo, é criada a caderneta agroecológica. Ela busca, por meio da monetarização da produção realizada nos quintais agroecológicos, dar maior visibilidade ao trabalho, principalmente o produtivo não (ou pouco) remunerado – voltado ao autoconsumo, à troca, à doação e à venda. Por meio de depoimentos de mulheres participantes do projeto, foi percebido que a caderneta é um instrumento de empoderamento, porque elas passam a se sentir parte necessária, em primeiro plano, de suas comunidades e, depois, da sociedade como um todo, tornando-se sujeitos da sua própria história. As cadernetas agroecológicas incorporam parte do discurso da economia feminista, que enfatiza os problemas relacionados à desvalorização do trabalho doméstico e ressalta a sustentabilidade da vida como eixo norteador da economia. E, por ser voltada ao autoconsumo, tem papel fundamental na soberania alimentar, garantindo a libertação dos corpos em relação à dependência alimentar externa, bem como a segurança alimentar. As cadernetas sinalizam que o modo de organização social agroecológico se constrói rompendo com a hegemonia, porque há uma menor separação entre as esferas produtiva e reprodutiva, bem como uma maior visibilidade do trabalho doméstico. Com base em um processo de observação participante e a junção de dados e da análise, este trabalho se une à luta de transformação do trabalho doméstico não em monetarização, mas no próprio diagnóstico produtivo a partir da organização social, espacial e políticas das mulheres em suas comunidades.

Palavras-chave: Cadernetas agroecológicas. Mulheres. Agroecologia. Trabalho doméstico. Gênero. Amazônia.

ABSTRACT

ANSCHAU, Andreia. **Land flowers: women, power and resistance in the agroecological movement.** 2020. 143f. Dissertation (Master in Development Planning) – Postgraduate Program in Sustainable Development of the Humid Tropic, Center of High Amazon Studies, Federal University of Pará, Belém, 2020.

Work made outside the market – mostly care and domestic reproduction – often associated and task of women, is disregarded in the classical economy. This non-visualization of housework generates a certain contempt for it, as well as its non-interpretation as an essential activity for the reproduction of humanity. This impacts women's non-visibility as vital to the community. To highlight this process, the “caderneta agroecológica” is created. Through the monetization of production carried out in agroecological yards, it seeks to give greater visibility to work, especially the unpaid (or low-paid) production – focused on self-consumption, exchange, donation and sale. Through the testimonies of women participating in the project, it was realized that the “caderneta” is an instrument of empowerment, because they begin to feel necessary, in the foreground, of their communities and, later, of society as a whole, becoming subjects of their own history. The “cadernetas agroecológicas” incorporate part of the feminist economics discourse, which emphasizes the problems related to the devaluation of domestic work and emphasizes the sustainability of life as the guiding axis of the economy. And because it focuses on self-consumption, it plays a fundamental role in food sovereignty, ensuring the liberation of bodies in relation to external food dependence, as well as food security. The “cadernetas” signal that the mode of agroecological social organization is built breaking with hegemony, because there is less separation between the productive and reproductive spheres, as well as a greater visibility of domestic work. Based on a participant observation process and the combination of data and analysis, this work joins the struggle to transform domestic work not into monetization, but in the productive diagnosis itself from the social, spatial and political organization of women in their communities.

Keywords: Cadernetas agroecológicas. Woman. Agroecology. Domestic labour. Gender. Amazon.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Baixo Tocantins	32
---------------------------------------	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Uso da terra municipal no território do Baixo Tocantins em 2008, em km ²	33
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Caderneta agroecológica	55
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de anotações das cadernetas agroecológicas, Nordeste Paraense, fev./17 a maio/18	101
Gráfico 2 – Número de cadernetas agroecológicas respondidas por mês, Nordeste Paraense, fev./17 a maio/18	104
Gráfico 3 – Média mensal per capita do valor da produção das cadernetas agroecológicas, Nordeste Paraense, mar./17 a mar./18	108
Gráfico 4 – Valor total da produção por caráter econômico, Nordeste Paraense, fev./17 a maio/18	110

LISTA DE SIGLAS

AMTR	Associação de Mulheres Trabalhadoras de Santarém
APACO	Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense
AS-PTA	Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
CMA	Cúpula Mundial de Alimentação
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CTA-ZM	Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata
DAP	Declaração de Aptidão
DTR	Desenvolvimento Territorial Rural
ERAA	Encontro Regional de Agroecologia da Amazônia
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FASE	Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
LOA	Lei Orçamentária Anual
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MMZML	Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas Gerais
MODERT	Movimento em Defesa da Região Tocantina
MONAB	Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens
MONAPE	Movimento Nacional dos Trabalhadores da Pesca
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PTC	Programa Territórios da Cidadania
RMERA	Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia
SAN	Segurança Alimentar Nacional
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura e Desenvolvimento

SINDAG Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola
STR Sindicato de Trabalhadores Rurais
UFV Universidade Federal de Viçosa

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	Metodologia	20
1.1.1	Cadernetas agroecológicas	22
1.1.2	Perspectiva	24
1.1.3	Região	30
2	EMPODERAMENTO, LUTA E IDENTIDADES: CADERNETAS AGROECOLÓGICAS COMO MOTOR DE RESISTÊNCIA	35
2.1	Agroecologia e gênero: estado da arte	35
2.2	Agroecologia como teoria, prática e movimento	50
2.3	Cadernetas agroecológicas	54
3	BASES TEÓRICAS	61
3.1	Mercados como construção social	70
3.2	Outras economias	74
3.2.1	Economia solidária	80
3.2.1.1	Cadernetas agroecológicas como instrumento de viabilização	81
3.2.2	Economia feminista	85
3.2.2.1	<i>Homo economicus</i>	87
3.2.2.2	Sustentabilidade da vida	91
3.2.2.3	Ecofeminismo	93
3.3	Processos de disputa do agrário amazônico	96
3.3.1	Território	96
3.3.1.1	Movimentos da confrontação agrária do Baixo Tocantins	97
3.3.2	Múltiplas faces do agrário da Amazônia	98
4	ANÁLISE DE RESULTADOS	101
4.1	Formulários	102
5	TERRA, SOCIEDADE E CUIDADOS	116
5.1	Sociologia das ausências e centralização da agroecologia	116
5.2	Soberania alimentar como ato político	118
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
	REFERÊNCIAS	128

1 INTRODUÇÃO

A Maria Eugênia é mulher do Jeremias, ele hoje é diretor do sindicato. Ela vinha pra sair de casa e depois foi se dando conta que aprendia um monte de coisas, soube que ela podia ser sujeito da sua história, que também podia criar essas histórias, criar essas coisas. Depois de um tempo ela foi dizendo assim: “Nossa, no começo eu não conseguia conversar com as pessoas, eu não tinha condições de falar, eu não tinha argumentos, eu não tinha nem assunto pra falar com as pessoas! E agora eu me sinto outra”. Não se cansava de dizer da sua tamanha evolução, das coisas da agricultura que ela não conhecia, das relações entre as pessoas, de gênero e mesmo da política, pois acontecia que, por mais que eles fossem assentados, ela não tinha noção do que acontecia no mundo, sabe? E depois ela foi percebendo e se achando nesse lugar, se achando em condições de também ser gente (HENN, 2013, p. 68)¹.

As sociedades, no decorrer da sua formação, tendem a apresentar estruturas hierárquicas e de dominação de um indivíduo – ou grupo – sobre outro. Nas sociedades capitalistas, as relações sociais são, também, permeadas por estruturas de poder. Elas, por sua vez, permeiam de forma tão intensa as relações sociais que chegam a moldar as identidades dos sujeitos, individual ou coletivamente. Assim se criou a ideia da feminilidade da mulher. Essa noção associa a fragilidade, a delicadeza (NELSON, 1995) como sendo características intrínsecas à figura feminina.

Kergoat (2009) afirma que a base da construção social da hierarquização de gênero² se dá através da divisão sexual do trabalho. Tal divisão se caracteriza por encaminhar o homem ao serviço produtivo/assalariado e a mulher à esfera doméstica – focando no trabalho de reprodução da vida³. São ressaltados dois princípios dela decorrentes: o princípio de separação – trabalho de homem, ou trabalho pesado e trabalho de mulher, ou trabalho leve – e o princípio de hierarquização, segundo o qual o trabalho masculino é dotado de maior valor.

O trabalho realizado fora da esfera mercadológica – de reprodução⁴, de cuidado e domésticos –, comumente associado a mulheres, também é desconsiderado na economia

¹ Entrevista da sra. Adélia, ex educadora no Projeto Terra Solidária, agricultora ecológica, engenheira agrônoma e assessora na Associação de Agricultores.

² Segundo Puleo (2007), gênero é uma categoria que remete à soma da organização social hierarquizada dos sexos e da realidade psíquica interna dela resultante.

³ De acordo com Carrasco (2009), o trabalho reprodutivo busca satisfazer as necessidades de determinado grupo; sua sobrevivência e reprodução em condições dignas e humanas. A autora aponta que o termo "trabalho doméstico" se referia a um ideal de atividades tradicionais (lavar, passar, costurar, cozinhar, por exemplo) realizado na esfera doméstica, e foi substituído por outras expressões: trabalho de reprodução, trabalho familiar doméstico, trabalho não remunerado. Essa troca constante de termos indica que nenhuma das expressões utilizadas foi totalmente satisfatória. O problema é, basicamente, delimitar quais atividades são englobadas pelo conceito.

⁴ A dicotomia criada entre os termos produção e reprodução acentua, segundo Carrasco (2018), a separação entre as atividades, indicando-as como diferentes e realidades de forma paralela. Além disso, o trabalho reprodutivo só existiria como contraposição à produção, apenas em função desta. Conforme a autora: “o esquema não permite compreender e aprofundar nas relações dinâmicas entre os dois trabalhos e espaços, não permite entender os processos de produção, reprodução e trabalho como um só processo muito mais complexo, cujo objetivo deveria ser a satisfação das necessidades humanas. Portanto, obscurece o fato de que o eixo central da sociedade deveria ser a complexa atividade realizada nos lares, que permite às pessoas crescer e desenvolver-se como tais. Fica

*mainstream*⁵. Essa não visualização do trabalho doméstico gera algum nível de desdém pelo mesmo, bem como a não interpretação desse como uma atividade essencial para a reprodução da humanidade. Isso, por sua vez, impacta na não visibilidade da mulher como vital à comunidade, e a sua reprodução enquanto lugar político de produção e reprodução da vida.

Como forma de evidenciar – e, conseqüentemente, reverter – esse processo, é criada a caderneta agroecológica. Ela é criada a partir de uma demanda das próprias agricultoras agroecológicas que sentiam a necessidade de um instrumento capaz de traduzir a importância de seu trabalho nos quintais de casa. A caderneta agroecológica pode ser entendida como uma espécie de caderninho com quatro colunas: a produção é dividida entre o que foi consumido, o que foi doado, trocado e vendido. Cada uma dessas colunas apresenta, ainda, duas sub-colunas: a quantidade e o valor monetário. Dessa forma, as informações contidas dizem respeito ao que foi produzido, à quantidade e ao que seria o valor monetário desses itens.

A caderneta busca, por meio da monetarização da produção realizada nos quintais, dar maior visibilidade ao trabalho, principalmente o produtivo não (ou pouco) remunerado – voltado ao autoconsumo, à troca, à doação e à venda. E, por ser voltada ao autoconsumo, tem papel fundamental na soberania alimentar, garantindo a libertação dos corpos em relação à dependência alimentar externa, bem como a segurança alimentar. Ainda nesse sentido, as cadernetas agroecológicas sinalizam que o modo de organização social agroecológico se constrói rompendo com o modo hegemônico de produção, porque há uma menor separação entre as esferas produtiva e reprodutiva, bem como uma maior visibilidade do trabalho doméstico. Essa menor separação entre produção e reprodução é vista, principalmente, na simultaneidade do plantio e da colheita – produção – e a reprodução da vida humana, mais evidente na criação dos filhos.

Então, a partir das informações aqui expostas, o questionamento a ser aqui respondido é o seguinte: como se constrói, partindo das cadernetas agroecológicas (como instrumento de visibilização do trabalho doméstico não remunerado), a soberania alimentar e o modo de organização social entre as esferas produtiva e reprodutiva no movimento agroecológico?

Nesta pesquisa foram priorizadas as conexões entre a soberania alimentar (englobando o conceito de segurança alimentar e nutricional), os espaços produtivo e

ambíguo o espólio do trabalho doméstico que significa o processo de acumulação de capital; a violência que ele exerce não só sobre o trabalho que as mulheres realizam nas casas, mas também sobre outras formas de trabalho não monetizadas e sobre a natureza” (CARRASCO, 2018, p. 45). A autora sugere que seja utilizado o termo reprodução social, que engloba um complexo processo de tarefas e coloca a reprodução da vida como eixo central.

⁵ Baseado nos estudos de Paula *et al.* (2003) e Przeworski (1988), o termo economia *mainstream* equivale, aqui, à economia neoclássica, podendo ser chamada, também, de abordagem da escolha racional ou individualismo metodológico.

reprodutivo – e como eles se constroem na arena doméstica – e a produção da dinâmica social de hierarquização entre o feminino e o masculino utilizando, como espinha dorsal, a caderneta agroecológica. Além disso, de forma mais prática, a importância da produção feminina dentro do rendimento agrícola familiar e a criação de relações sociais e de valor refletidas e baseada neste processo também são elementos centrais analisados por meio das cadernetas agroecológicas.

Esses pontos estão assim organizados: em um primeiro momento, são pincelados os conceitos de agroecologia e gênero a partir do trabalho reprodutivo como função das mulheres e, também, parte de sua subjetividade política. Eles são interligados de tal forma que culminam na discussão sobre a caderneta agroecológica. Em seguida, a base teórica deste estudo é aprofundada. O debate a respeito das diversas formas de fazer e estudar economia começa na reflexão a respeito das várias noções de renda, trabalho e alocação de recursos e desemboca na análise da relação entre as esferas doméstica e pública, com foco no debate entre produção e reprodução, e como isso se reproduz no ambiente amazônico.

Na quarta seção, tem-se a análise dos dados da caderneta – engloba discussões, relatos, gráficos e demais recursos necessários. Aqui, o objetivo central é contribuir à luta das agendas e políticas da agroecologia, mote das cadernetas. Buscamos atingir este objetivo por três vias distintas, ambas entrelaçadas por um forte componente de priorização de relatos dos atores envolvidos. O primeiro eixo se refere aos os impactos da caderneta agroecológica no modo de relacionamento entre os grupos sociais que compõem a sociedade; em um segundo momento, é enfatizada a relação destes com a terra e a produção dessa terra resultante, enfatizando a segurança e soberania alimentar; e o terceiro ponto diz respeito à relação entre as pessoas e as formas monetárias, bem como com a produção considerada doméstica (de um lar específico, de uma família), não monetarizada na região do Baixo Tocantins.

Em uma última reflexão, a ideia central é desenvolver como a estrutura e a produção agroecológica se contrapõem ao pensamento econômico clássico de organização da produção e distribuição de suas resultantes especialmente na sociedade, seja pelo trabalho que a organiza, seja pelas relações de troca que fazem circular esta distribuição como produto, mas, também, como valor, específico ou específicos do grupo de mulheres analisado.

Há quantidade considerável de literatura sobre os debates acima expostos, bem como em que medida esses debates se relacionam, no que toca também à relacionalidade entre agroecologia, gênero e soberania alimentar (JALIL, 2009a, 2009b, 2013; SILIPRANDI, 2007, 2009; SHIVA, 2016). No movimento agroecológico, a mulher é colocada como essencial na garantia da soberania alimentar – soberania essa entendida como o direito a decidir o quê,

como e quando comer, à produção, comercialização e gestão, respeitando o modo de vida e a cultura dos povos (MPA, 2016). Grande parte deles apresenta um viés de resistência, de confrontação à estrutura dada, baseada na concentração fundiária e no uso intensivo de agrotóxicos, aí envolvendo processos de grilagem e um confronto violento (que também pode ser entendido como massacre) entre representantes dos modelos de desenvolvimento exógenos à comunidade e os povos locais. Nesta esteira, este trabalho também se propõe a ser resistência.

Shiva (2016) aponta que o feminino está ligado à natureza e, portanto, a mulher tende a ser defensora de valores ligados à reprodução da vida, enquanto o homem, por estar conectado à cultura – partindo de uma visão ocidentalista em que sociedade e natureza são arenas distintas e a cultura, uma forma de produção que distancia o social da natureza –, tende a se voltar aos ideais do mercado. Jalil (2009a, 2009b) e Siliprandi (2007) ressaltam o papel da mulher como sujeito político e de luta pela centralidade da vida – seja por meio da busca pela educação, alimentação saudável ou sustentabilidade – no processo de tomada de decisões. Nesse sentido, este trabalho dialoga com a perspectiva adotada por Jalil (2009a, 2009b) e Siliprandi (2007), enfatizando a mulher como personagem político e capaz de transformar o meio, porém, ressaltando a caderneta agroecológica como parte desse processo de mudança.

O outro eixo norteador desta pesquisa é a diferenciação criada entre os trabalhos de produção e de reprodução, tema também fartamente trabalhado (CARRASCO, 2006; CARRASCO; BORDERÍAS; TORNS, 2011; FEDERICI, 2012; FEDERICI; COX, 2012; NOGUEIRA, 2010). Todos os estudos ressaltados enfatizam o quanto trabalhos doméstico e reprodutivo não são considerados, além da própria discussão acerca do conceito de trabalho e a importância do processo de reprodução social para a construção subjetiva das mulheres, isto é, para sua construção enquanto sujeitos políticos e sociais e sua posicionalidade política.

Como forma de delimitar e encaixar o objeto de análise desta dissertação, há que se identificar a categoria adotada. Nesse sentido, Carneiro (1998) resalta a importância de classificar as categorias “campesinato” e “agricultura familiar”. Para a autora, o campesinato destaca o elemento cultural, qual seja, o camponês como modo de vida em um contexto não capitalista, ao passo que a segunda categoria é pensada, enfatizando as relações com o sistema capitalista e os mercados.

O diferencial desta pesquisa reside justamente na unificação desses pilares, partindo dos trabalhos produtivo e reprodutivo, vistos como operando em consonância, a fim de entender as possibilidades de resistência a partir da produção agrícola e da organização do

espaço em comunidades na Amazônia a partir dessa produção. Entendemos que, via de regra, esta produção agrícola que é acima de tudo uma produção social do espaço ocorre coetaneamente com a reprodução de uma forma de viver, ou seja, de modos de vida. Da mesma maneira, o discurso e a prática política e ecológica, que transforma o espaço pelo convívio das espécies, mas, também pelas formas de produção e comercialização, evidenciam como, quando isso ocorre de maneira a promover a soberania alimentar, a produção enquanto forma de vida, alia-se à sobrevivência. Por isso, adquirir soberania alimentar é muito importante para que as mulheres cheguem a um momento de eficiência reprodutiva, produzindo alimento na comunidade, e, igualmente, renda, desde seus modos de vida localizados no território e, não, em esquemas externos de produção.

Acredita-se pela observação que se praticou neste trabalho que a soberania alimentar, que é estratégia e meio de sobrevivência, também se transforma em elemento central da luta pelos territórios e pelos próprios meios de vida amazônicos, ou seja, em luta política. Refletida a partir da luta coletiva pela organização da produção de forma agroecológica se evidencia a soberania alimentar como meio, mas, também como fim da garantia produtiva e reprodutiva, já que, sob esta forma de organização, ambos os processos – produtivos e reprodutivos – são co-constitutivos. Destaca-se com isso que o uso das cadernetas agroecológicas como instrumento medidor do trabalho realizado nos quintais produtivos do Baixo Tocantins, como fio condutor e unificador dessas discussões, também foi um elemento metodológico de inovação em sua reflexão sobre estes aspectos em relação às pesquisas anteriores mencionadas nesta introdução.

Parte-se do pressuposto de que a agroecologia é contra-hegemônica. A escolha por esse viés se dá, basicamente, porque várias agricultoras agroecológicas assim a posicionam, bem como ocorre em parte da literatura consultada (FERNANDES, 2017; GIORDANI; BEZERRA; ANJOS, 2017; MONTEIRO; LONDRES, 2017; SAMBUICHI *et al.*, 2017a, 2017b). Essa perspectiva está sustentada nas seguintes hipóteses:

- a) quando a organização da produção das mulheres se dá em uma lógica agroecológica, há maior autonomia em relação à lógica de produção da sociedade envolvente;
- b) quando há maior autonomia com relação à forma e ao que produzir, em consonância com as relações sociais locais e territoriais das mulheres, há menor distinção entre a esfera produtiva e reprodutiva, valorizando-se o cuidado das mulheres e entre as mulheres como fio que permeia a construção das relações sociais; a partir do uso das cadernetas agroecológicas, há um incentivo para que mulheres na região amazônica

evidenciem seus modos de vida como parte integrante e fundamental de seus processos produtivos.

1.1 Metodologia

Esta pesquisa parte de um viés feminista em que, como destaca Haraway (1995), a ciência não é produto de uma visão superior, transcendental, e, sim, o conjunto de visões parciais e hesitantes, prometendo uma explicação finita e continuada, lidando com os limites e contradições naturais inerentes ao humano. As visões partem de algum lugar e, portanto, tenderão à parcialidade.

Sabendo a importância de nossos próprios pontos de partida, é válido ressaltar que eu, na Amazônia, no Baixo Tocantins, fui estrangeira. É importante destacar essa questão por várias razões. A primeira diz respeito ao meu olhar sobre a região e suas dinâmicas – é um olhar de fora e há que se reconhecer as particularidades dessa forma de ver o outro. Como forma de suprir o não pertencimento ao espaço amazônico, procuro dar destaque à fala das mulheres que tem a sua existência confundida com a do seu território – por meio das lutas, preocupações e alegrias.

Este trabalho foi feito por uma reflexão desde a observação de dois momentos centrais. É necessário, contudo, expor os períodos anterior e posterior. A aproximação com a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE) data de julho de 2017, e nasce do interesse da Federação em engajar pesquisadores de temas relacionados à mulher e à agroecologia. Assim, dado meu histórico em pesquisas de espaços de produção e reprodução e a minha intenção em imergir e conhecer esse território de disputas, que não é exatamente familiar, mas, nem por isso estranho, escolhi dar sequência às minhas reflexões fazendo essa conexão. O distanciamento resultante da pouca proximidade física e, mesmo, social, acaba por moldar a visão dos “de fora”.

Por reconhecer a Amazônia como centro do mundo, principalmente dada a emergência da crise ambiental, como aponta Brum (2019), não há outro lugar para estar. A luta é aqui. Por isso, como não poderia deixar de ser, esta é uma pesquisa-ação. Primeiro porque o maior objetivo dela é servir como instrumento às lutas políticas de povos que batalham para manter a floresta em pé. Segundo, porque, como toda pesquisa, esta tem lado. E expor os pontos de partida e a não neutralidade não a torna menos científica, apenas mais engajada.

Além do mais, a pesquisa-ação está ancorada em questões como a preocupação em garantir a participação real e ativa dos grupos sociais envolvidos no processo da pesquisa e,

sobretudo, com o intuito de promover transformação social ultrapassando, portanto, o limite da consulta popular, que apenas questiona. Essa metodologia faz uso do “envolvimento dos sujeitos da pesquisa em um processo de reflexão, análise da realidade, produção de conhecimentos e enfrentamento dos problemas” (TOLEDO; JACOBI, 2013, p. 156).

O passo seguinte consiste em um processo de construção de confiança junto às mulheres somado à observação participante ao longo de 2017. Aqui, destacam-se os eventos realizados pela FASE abordando feminismo e agroecologia e acompanhando o processo de sistematização dos resultados obtidos pela rede das cadernetas. Nesses eventos, pude ouvir os relatos e as demandas dessas mulheres e entrar em contato com o olhar delas sobre as realidades e o mundo.

O segundo momento da observação participante foi durante o IV Encontro Regional de Agroecologia da Amazônia (IV ERAA), a observação participante foi feita nas comunidades quilombolas Laranjituba e África situadas em Moju e Barcarena (PA) e a comunidade Pirocaba, localizada em Abaetetuba (PA). Além disso, o IV ERAA contou com um momento coletivo no Centro de Treinamento e Tecnologias Alternativas Tipiti, também em Abaetetuba, no Pará.

A segunda parte deste trabalho se refere ao processo de junção de dados e da análise deles, somado à tentativa de sua transformação desta análise em uma conceitualização não de monetarização, mas, em uma tentativa de construir um diagnóstico produtivo próprio, a partir da organização social, espacial e políticas das mulheres em suas comunidades. Os dados foram obtidos por intermédio da FASE, em sua participação enquanto organizadora e desenvolvedora na Amazônia, de trabalho previamente desenvolvido pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) com o Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA), da qual a FASE também faz parte. Tivemos acesso aos dados agregados do estado do Pará e, por isso, não foi possível extrair análises específicas de cada comunidade. Contudo, a descrição é voltada à região do Baixo Tocantins por duas razões: foi a área de maior contato durante a pesquisa; e, também, porque é região do Pará com o maior número de usuárias da caderneta (14 das 30, sendo que oito não especificaram região). Dos dados, foram extraídos gráficos e um número incontável de relatos.

Aqui, é necessário ressaltar que as cadernetas não estão restritas ao caderninho de quatro colunas que as mulheres preenchem diariamente. O processo de aplicação das cadernetas agroecológicas engloba o debate e a participação em diversos seminários, o que estimula o confronto de ideias e todo o tipo de troca. É importante ressaltar esse passo porque

a agroecologia é, sobretudo, um modo de vida ancorado em relações sociais sustentáveis. “Sem feminismo não há agroecologia” é uma das frases mais recorrentes do movimento. Os debates são responsáveis por evidenciar esse caráter coletivo da agroecologia.

1.1.1 Cadernetas agroecológicas

As cadernetas agroecológicas foram construídas a partir de uma rede de organizações tanto do campo agroecológico quanto do campo feminista – a saber: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA), Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia (RMERA), Rede de Produtoras Rurais do Nordeste, Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Grupo de Trabalho de Gênero e Agroecologia e Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas Gerais (MMZML). O projeto se desenvolveu em quatro regiões do país (Amazônia, Nordeste, Sul e Sudeste (LOPES NETO *et al.*, 2015).

Por meio de depoimentos de mulheres participantes do projeto, foi percebido que a caderneta é um instrumento de empoderamento, porque elas passam a se sentir parte necessária, em primeiro plano, de suas comunidades e, depois, da sociedade como um todo, tornando-se sujeitos da sua própria história. As cadernetas agroecológicas incorporam parte do discurso e da prática da economia feminista, que enfatiza os problemas relacionados à desvalorização do trabalho doméstico e ressalta a sustentabilidade da vida como eixo norteador da economia (LOPES NETO *et al.*, 2015).

Além disso, as cadernetas são responsáveis pela quantificação de parte importante do que este trabalho defende. Por meio dessas, é possível identificar a importância dos quintais produtivos para a alimentação das famílias na comunidade e a própria geração de renda, expressa pela venda da produção excedente. O suprimento das necessidades alimentares e o trabalho (feminino) envolvido nesse processo, contabilizado pelas cadernetas, também está atrelado à soberania alimentar, por reduzir a dependência externa para a alimentação.

Esse processo, por sua vez, está atrelado à relação produção/reprodução, porque, da forma como é feito o trabalho nos quintais, essa relação se constrói de forma conjunta, entrando em contraposição com a divisão entre os trabalhos doméstico e assalariado. Além disso, a produção dos quintais, relacionada à soberania alimentar, gera alteração na estrutura de poder familiar, empoderando a mulher e tornando-a sujeito com voz ativa. Como relatado por várias mulheres, visto por meio da observação participante e comprovado pela caderneta,

a renda monetária e os bens que sustentam a reprodução familiar – principalmente alimentação, cuidado da família e do espaço doméstico e social.

No que diz respeito à caderneta como instrumento, é importante ressaltar a relevância de cada elemento analisado. O autoconsumo se mostra essencial por estar relacionado ao suprimento das necessidades básicas familiares, visto que o que é trocado, doado ou vendido é excedente. O que é trocado e vendido é parte da complementação tanto da renda quanto da diversificação da alimentação familiar. E o que é doado expressa o transbordamento dessa produção; o nível de subsistência é superado. Por meio da contabilização dos valores absolutos, será visto o quanto essa produção (e o que a compõe) impacta na renda familiar. As cadernetas propiciam uma análise quantitativa dessa produção.

As entrevistas foram informações complementares aos dados diretos extraídos das cadernetas, porque dão conta da parte qualitativa, ressaltando: a segurança alimentar e nutricional, a diversificação alimentar, a qualidade da produção, o impacto das próprias cadernetas na produção no convívio familiar, na relação das trabalhadoras consigo mesmas, no trabalho doméstico, no cuidado com a terra e na forma de construção da sociedade.

Portanto, o uso das cadernetas agroecológicas no presente estudo busca enfatizar a importância do trabalho feminino na composição da renda familiar, contabilizando um trabalho que, em geral, não é visto como produtivo, gerador de valor. Além disso, a monetarização da produção doméstica se mostra como elemento empoderador, visto que as mulheres - e as famílias - passam a visualizar a renda gerada por meio dessas atividades comumente vistas como sem importância no campo produtivo.

Ainda a respeito das cadernetas agroecológicas, Lopes Neto *et al.* (2015) ressaltam que, ao incorporar a dimensão dos trabalhos doméstico e de reprodução a uma ideia de economia centrada na sustentabilidade da vida – em contraposição à economia voltada apenas a relações do mercado –, estas se identificam com contribuições da economia feminista⁶. Além disso, a caderneta se coloca como ponto central na afirmação do papel das mulheres camponesas no processo de construção da agroecologia. Essa atuação se dá, entre outros pontos, por meio do cultivo de uma grande variedade de sementes, alimentos, plantas

⁶ Carrasco (2006) aponta que a economia feminista busca a construção de uma economia que integra e analise a realidade das mulheres e dos homens, tendo como princípio básico a satisfação das necessidades humanas. Como base, são apontadas questões como a não consideração dos trabalhos doméstico e reprodutivo, a própria discussão acerca do conceito de trabalho, a invisibilidade das mulheres nos modelos macroeconômico, o viés masculino presente nas contas nacionais e, conseqüentemente, propostas de estatística e contabilidade nacional por não incluir o trabalho não remunerado, os estudos sobre o uso do tempo que permitem verificar as diferenças de dedicação para os diferentes trabalhos entre mulheres e homens e o maior tempo total de trabalho realizado pelas mulheres e o desenvolvimento de novas abordagens que permitem a análise global da sociedade, mantendo como objetivo central a sustentabilidade da vida humana.

medicinais e saberes, indo ao encontro de valores relacionados à soberania e segurança alimentar.

1.1.2 Perspectiva

Dessa forma, o presente estudo apresenta um viés feminista, em que são ressaltados três pontos: 1) a construção do conhecimento se dá de forma social; 2) os grupos marginalizados estão situados de maneira que possibilita ciência de sua parte sobre desigualdades e estruturas sociais hierarquizadas, o que faz com que façam mais perguntas sobre tais relações do aqueles que não estão em posição de marginalização; e 3) a pesquisa, principalmente a que diz respeito a relações de poder, deve partir dos pontos de vista marginalizados (BOWELL, 2011).

Segundo Calvinelli e Lopes (2011), a epistemologia feminista abandona a pretensão de objetividade e neutralidade – frutos do positivismo – como caminho único de produção e validação do conhecimento. A epistemologia feminista, de acordo com Bowell (2011), firma-se entre os poderes político e social e a perspectiva central, dominante do conhecimento. Além disso, a autora aponta, também, para a estreita relação existente entre ciência e poder e para o fato de as mulheres não terem sido mencionadas em grande parte da história do conhecimento.

No que diz respeito a tal relação, Descarries (2000) aponta que a presença feminina na ciência se consolidou e se impôs como legítima no período recente. A autora afirma que, no decorrer da década de 1960, deu-se o *boom* do projeto intelectual e político que pensa – e age – enfatizando um viés das e pelas mulheres, baseado na obra “O Segundo Sexo”, publicada por Simone de Beauvoir no final da década de 1940 (BEAUVOIR, 1970), tornado possível em função das diversas mobilizações coletivas do período nascido da revolta e da insatisfação das mulheres em decorrência das condições a que estavam submetidas, enfatizando o confinamento à esfera privada.

Essa militância feminina ressalta a necessidade teórica de interceptar, a partir do ponto de vista das mulheres, uma ciência dominante construída quase que exclusivamente por um viés masculino. Nesse sentido, Bowell (2011) ressalta que, mesmo que o oprimido e o opressor partam de diferentes perspectivas, é possível que o opressor se torne parte do processo de análise crítica das estruturas de poder dessa hierarquia. Além disso, há que se colocar as lutas políticas no cotidiano. Assim, “os estudos feministas se apresentam como

críticas epistemológicas dos vieses sexistas do saber e de sua pretensa neutralidade” (DESCARRIES, 2000, p. 3).

Os modelos feministas também se colocam como resistência aos modelos teóricos dominantes, os quais são expostos para pensar e falar às mulheres sobre suas vidas e suas posições na história. Além disso, os estudos feministas buscam se consolidar – por meio da evidência de processos sexuados na estruturação social e do conhecimento – como reflexões críticas em favor da transformação das instituições sociais que reafirmam a construção social e cultural dos sexos.

Siliprandi (2009) pontua que há, no campo de estudos que relaciona ecologia e feminismo, uma vertente ecofeminista que parte da ideia de que há uma correlação entre a dominação da natureza pelos humanos e a subordinação da mulher ao homem. As principais correntes do ecofeminismo associam a mulher com a natureza e o homem com a cultura, fazendo com que entrem em contraposição constante; a hierarquia é sempre ressaltada, bem como a oposição entre dois universos diferentes, o que serviria como justificativa para a opressão tanto sobre a mulher quanto a natureza. Então, a mulher teria um interesse adicional no que diz respeito a mudanças no trato com a natureza.

Apesar de se fazer uso de pontos e autoras ecofeministas, há que se fazer ressalvas a questões existentes sobre esta corrente teórica. É necessária cautela ao analisar o discurso de que mulheres são evidentemente cuidadoras da natureza e à ideia que contrapõe a mulher (e a natureza) ao homem (e a cultura). Segundo Jalil (2009b), é justamente esse ângulo de contraposição que naturaliza a hierarquia de gênero nas sociedades patriarcais. A autora enfatiza, também, que esse discurso de que mulheres são naturalmente protetoras da natureza e, por isso, tendem a ser privilegiadas no que tange à soberania alimentar, é irreal.

Além disso, há que se apontar a estreita relação entre cultura e natureza que, devido à linha tênue que as separa, não entram em confrontação, mas, sim, apresentam uma complementaridade. A cultura humana se constrói de forma conjunta com o meio ambiente e vice-versa. Haraway (1995) enfatiza que a natureza é matéria-prima da cultura sendo, por ela, apropriada e conservada, tornada flexível para ser utilizada pela mesma cultura no sistema dual capitalista. Já Cunha (2018) aponta a diferença entre “cultura” e cultura: a primeira funciona como recurso ou arma para afirmar determinada identidade e poder diante de Estados nacionais ou comunidades internacionais. Já a cultura sem aspas identifica a “rede invisível na qual estamos suspensos” (CUNHA, 2018, p. 373).

A partir da definição de cultura proposta por Cunha (2018), nota-se a necessidade de partir de uma perspectiva que atenda a abrangência tanto da agroecologia, quanto das

estruturas de poder que moldam e são moldadas pelas sociedades. A epistemologia feminista, ao dar voz (e ênfase) aos de baixo, já parte de um viés de resistência, tal como este estudo. Além disso, a escolha por esse ângulo epistemológico também se baseia na questão de gênero, obviamente presente na epistemologia feminista e que é, também, aqui trabalhada.

Mesmo com o cuidado adotado – em relação à utilização de teorias que melhor se ajustam à realidade aqui trabalhada –, há de se concordar – e destacar – a fala de Said (2007) que destaca a representação parcial do outro sobre o objeto. Ou seja, a visão do pesquisador sobre o objeto não o representa completamente – e nem se objetiva tal coisa, dada a limitação do sujeito pesquisador. É necessário, assim, enfatizar a não neutralidade do pesquisador.

Oliveira (1996) afirma que, ao analisar determinado objeto, o olhar do pesquisador está impactado pelas percepções prévias que o constituem. Assim, é destacado que alguns elementos podem passar despercebidos, ao passo que outros fatores podem ser destacados. Haraway (1995) destaca que:

O eu cognoscente é parcial em todas suas formas, nunca acabado, completo, dado ou original; é sempre construído e alinhavado de maneira imperfeita e, portanto, capaz de juntar-se a outro, de ver junto sem pretender ser outro. Eis aqui a promessa de objetividade: um conhecedor científico não procura a posição de identidade com o objeto, mas de objetividade, isto é, de conexão parcial. Não há maneira de "estar" simultaneamente em todas, ou inteiramente em uma, das posições privilegiadas (subjugadas) estruturadas por gênero, raça, nação e classe (HARAWAY, 1995, p. 26-27).

Bowell (2011) vai ao encontro de Haraway (1995) ao afirmar que a situação social do agente é fundamental na formação do que se sabe e do que se pode vir a saber, dos limites do conhecimento. Essas questões podem afetar o que podemos saber e o que nos é permitido entender. Damián (2011) escreve, enfatizando o feminismo indígena, que é necessário que se reconheça o outro não apenas diante de uma sociedade sexista, classista e racista, mas diante do próprio movimento feminista. Esse reconhecimento do outro implica na desconstrução das relações de poder, porém não de modo a apagar as diferenças, mas sim estimular a reflexão para fortalecer relações de solidariedade e alianças que fortaleçam a emancipação da mulher.

Haraway (1995) pontua que a política e a ética compõem, conjuntamente, a base do conhecimento e da validação do mesmo. Isso porque o ato de tomar posição é o eixo principal, é como se organiza grande parte dos discursos científicos e filosóficos. E, em função disso, tanto a política quanto a ética formam a base das lutas a respeito do que pode ser considerado conhecimento racional. A autora afirma que “a política e a ética são a base das lutas a respeito de projetos de conhecimento nas ciências exatas, naturais, sociais e humanas.

De outro modo, a racionalidade é simplesmente impossível, uma ilusão de ótica projetada de maneira abrangente a partir de lugar nenhum” (HARAWAY, 1995, p. 28).

A agroecologia enquanto ciência parte dos mesmos pressupostos. O modelo agroecológico não deriva do modelo convencional de compartimentar e isolar a realidade, baseado no paradigma cartesiano. Pelo contrário, a agroecologia busca integrar os saberes tradicionais dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências. Isso, por sua vez, permite tanto a compreensão do atual modelo de desenvolvimento rural quanto a criação de novas estratégias para agriculturas mais saudáveis, tendo em vista o todo, tomando como base uma abordagem transdisciplinar (CAPORAL, 2009a). Além disso, a agroecologia ultrapassa os limites da ciência; ela é, também, movimento, luta e prática.

Aqui, tanto a epistemologia feminista quanto a agroecologia entram em conflito com preceitos da economia *mainstream*, fortemente ancorada no modo ocidental de fazer ciência. A crítica mais pertinente diz respeito à racionalidade como elemento principal do homem base, o *homo economicus*. Este agente é central nos modelos econômicos. As críticas que o envolvem dizem respeito, principalmente, à eterna busca pelo lucro máximo, ao nível de racionalidade e à simplificação das questões humanas – é um indivíduo sem relações e preocupações, em que a única importância é vender a sua força de trabalho e comprar bens.

De acordo com Lagarde (1990), a condição da mulher, além de ser uma construção histórica, a define como ser social e cultural: ser para os outros. Essa colocação resume a função social da mulher em uma sociedade patriarcal. O gênero feminino fica restrito a ser mãe, esposa, filha, empregada de alguém. Ela é colocada não como um ser independente e pleno por si só, mas como parte, suporte de um homem, de uma família e de uma estrutura. Lagarde (1990) ressalta, nessa noção de ser parte do masculino, os “cativeiros” de mães, esposas, freiras, putas e loucas.

Essa colocação da mulher “ser percebida pelo olhar do outro”, abordada por Silveira (2007) e Lagarde (1990), entra em concordância com a noção de poder simbólico, cunhada por Bourdieu (1989), a qual, ainda de acordo com esse autor, exige a participação, a cumplicidade de quem está sujeito a ele – dominados e campo político. Indica, por exemplo, que determinadas ações do oprimido confirmam - ou negam - o poder ou a opressão impostos. É nas sutilezas das relações sociais que a dominação se perpetua. A violência física é um exemplo extremo dessa hierarquização, que também é expressa na invisibilidade do trabalho doméstico, na diminuição do poder feminino (mulher não entende de determinado assunto, não pode ter poder de decisão sobre alguma pauta), apontado como frequente pelas mulheres com as quais se trabalha neste estudo.

Dessa forma, é necessário que se pontue a não neutralidade da ciência porque esta serve a um propósito. Como aponta Shiva (1988), o modo de produção do conhecimento se fez dominante porque serve à ideologia reinante. Não é que não haja opções, é que as alternativas não se adequam à expectativa da corrente *mainstream*. E, como esse estudo se identifica com as resistências ao sistema hegemônico, é importante que seja ressaltada a relação entre a ciência dominante e a transformação das relações humanas. Neves e Motta-Maués (2013, p. 28) ressaltam que a metodologia tradicional utilizada por cientistas em pesquisas de sistemas rurais não contempla as especificidades da posição das mulheres – produtoras da horta e donas de casa, por exemplo – e foca na produção mercantil. Isso acaba por ressaltar o sistema de hierarquia familiar.

Parte-se da visão de Jalil (2009b) sobre a soberania alimentar, que a encara como uma forma de questionar, de resistir ao modelo de desenvolvimento capitalista – em especial, à mercantilização da vida e da natureza – e à divisão sexual do trabalho. Também existe aqui inspiração na teoria de Polanyi (2000), que afirma que tanto a mercantilização da terra, quanto a desvinculação entre o trabalho e as relações humanas, produziram um impacto sobre as relações sociais.

Nesse sentido, a resistência sobre e a partir da terra, a superação da divisão sexual do trabalho e a própria soberania alimentar – relacionada ao direito à terra e ao próprio corpo – indicam uma libertação feminina de estruturas hierárquicas. Isso porque a soberania alimentar, tal como construída a partir da luta das mulheres, envolve todo o sistema de produção (JALIL, 2009b). Desde a distribuição passando pela compra, à preparação, ao consumo de alimentos, até o cuidado com as sementes e a biodiversidade, todo esse processo entra em contraposição com a visão utilitarista em que a natureza tem o papel único de fornecer matéria prima.

Segundo Wedig e Menasche (2013), o alimento, em determinados casos, deve ser compreendido para além da materialidade, da função fisiológica essencial ao humano. As autoras identificam que, da comida, é possível entender as várias dimensões da vida social. O alimento é um elemento que “fala” sobre as relações sociais, sobre homens, mulheres e família. Pretende-se, aqui, abordar o alimento dessa forma, como parte central das relações humanas, passando, em consequência, na sua relação com cuidado com o corpo. Enfatizaremos a possibilidade da escolha no trato com a alimentação, como uma possibilidade de decidir sobre como se organiza a vida em um determinado território e comunidade, de forma que:

Outra dimensão importante é a forma em que se percebe e discute as questões que são reconhecidas como privadas, colocando estas no centro da discussão, pois pensar a soberania alimentar a partir de uma lente feminista, só é possível a partir dessa visão integrada e complexa, que leve em conta todas as dimensões em que a opressão e a exploração se apresentam. Assim, as mulheres conseguem perceber o lugar de seu trabalho e sua importância no complexo sistema social.

Assim, questionar a divisão sexual do trabalho e a forma como se materializa, é outro objetivo que deve fazer parte de um projeto de construção, luta e conquista da Soberania Alimentar. Recuperar o valor do trabalho como uma atividade humana em si com toda sua complexidade, que ultrapassa a lógica dualista de qualificá-lo como trabalho produtivo (o monetarizado) e trabalho reprodutivo (o que não tem valor social), faz parte dessa luta (JALIL, 2009b, p. 89).

A soberania alimentar não pode ser analisada apenas por um viés de questionamento dos modos de produção hegemônicos/capitalistas ou buscando apenas a (re)valorização dos saberes tradicionais de cultivos agrícolas. A soberania alimentar está entrelaçada, segundo Jalil (2009a), à luta contra o patriarcalismo e à ascensão de ideais relacionados à solidariedade, ao respeito, ao reconhecimento das diversidades e ao questionamento das desigualdades produzidas pela divisão sexual do trabalho.

1.1.3 Região

No caso brasileiro, há, no decorrer da história, uma constante diminuição da mulher. Isso não se dá apenas na importância do seu papel, mas na castração do potencial delas. Teles (1999) afirma que nas sociedades indígenas da época de 1500 não predominava uma regra geral sobre o comportamento feminino. Em alguns casos, as mulheres eram escravas de homens. Em outros, chefiavam sociedades. O mesmo se dava em relação a propriedades e demais aspectos da vida – algumas podiam ter propriedades, outras não. Foi com a colonização portuguesa – dando ênfase para os jesuítas – que os papéis da mulher passaram a ser restritos ao trabalho doméstico, à posição de concubina ou esposa.

Então, no período da colonização, o papel das mulheres brancas ficou restrito a estas funções, principalmente o ato de parir, povoar o território conforme os interesses de Portugal. Já à mulher negra coube, além do trabalho na lavoura decorrente da escravidão, recorrentes assédios por parte do senhor e, também, o papel de reproduzir a força de trabalho, na forma de mais escravos. A partir da situação da opressão sobre as mulheres indígenas, brancas e negras, é percebido e enfatizado que, em função da trajetória de vida delas ter sido moldada pelo homem colonizador branco, a condição de opressão se mostra histórica e paralela à ascensão

do sistema dominante no Brasil. Antes da colonização não havia uma tendência muito bem formada – a tendência foi trazida.

Amaral (2007) ressalta que vários grupos de mulheres têm sido protagonistas nas lutas amazônicas frente ao processo de impactos e mudanças sobre a região nos últimos 30 anos. Seus ideais estão ancorados nas suas experiências enquanto indígenas, camponesas e quilombolas e a luta daí derivada expressa a construção de um processo identitário levando em conta suas singularidades. Além disso, esses processos acabam por fortalecer formas de representação coletiva, como os trabalhos de seringueiras, pescadoras e quebradeiras de coco babaçu.

Belém foi um dos primeiros núcleos de povoamento europeus na região amazônica oriental, onde o Estado português se estabeleceu visando uma maior ocupação do território. Em 1634, no Nordeste paraense, foi fundada a cidade de Bragança, com o objetivo de encontrar um caminho terrestre alternativo entre Belém e São Luís. A cidade de Cameté foi fundada em 1637, em função do interesse português pela exploração da canela (SILVA; SILVA, 2008).

O estado do Pará representa cerca de 30% da Amazônia brasileira e aproximadamente 15% do território brasileiro (CORDEIRO; ARBAGE; SCHWARTZ, 2017). Ele, por sua vez, é subdividido em seis regiões geográficas intermediárias⁷, a saber: Belém, Castanhal, Marabá, Redenção, Santarém, Altamira e Breves. Essas regiões são determinadas a partir de um conjunto de informações, enfatizando a dinâmica dos processos históricos e de transformação, a rede urbana – centros urbanos de referência.

A história do Baixo Tocantins tem, como um de seus pilares, o sistema de plantation – baseado no latifúndio, a monocultura e a mão-de-obra escrava – introduzido pelos portugueses. A ocupação de terras na região esteve ancorada, em um primeiro momento, no cultivo de cacau e, em seguida, da cana-de-açúcar. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2015) esta estrutura de produção favoreceu a concentração de terras.

Segundo informações do MDA (2015), a cana-de-açúcar gerou empreendimentos com tecnologias mais complexas, porque possibilitou o surgimento dos engenhos – contudo, a

⁷ A Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2017, introduz alterações no quadro regional vinculado aos processos sociais, políticos e econômicos. As mesorregiões passam a ser chamadas de regiões geográficas intermediárias e as microrregiões recebem o nome de regiões geográficas imediatas (IBGE, 2017).

produção também demandou força de trabalho escrava. Além disso, a produção era voltada para o mercado interno. Já o cacau era voltado exclusivamente ao consumo externo.

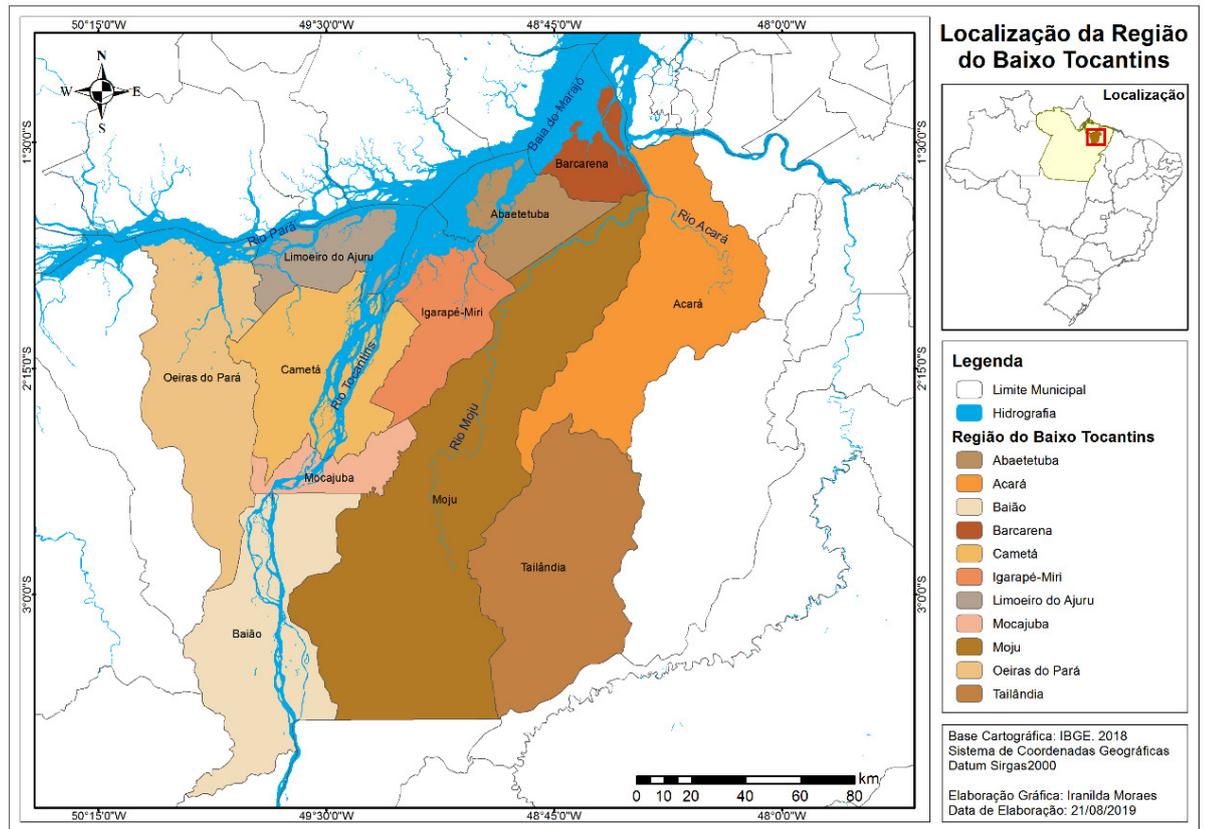
Almeida (2010) destaca o cacau e a seringa como elementos econômicos centrais do Baixo Tocantins, até meados da década de 1970. Estes cultivos foram substituídos pela exploração madeireira e, em seguida, pela monocultura da pimenta-do-reino, ambas exigentes em termos ambientais. Atualmente, as atividades de agricultura e do extrativismo são a espinha dorsal da economia local. Segundo dados do autor, a renda proveniente dessas duas matrizes corresponde a mais de 60% da economia do Baixo Tocantins.

A fundação de Cametá data de 1635, e a cidade é considerada o segundo núcleo populacional amazônico fundado por portugueses. A criação das demais cidades do Baixo Tocantins teve forte influência tanto de Belém, quanto de Cametá. De acordo com Souza (2011), as distribuições de sesmarias pela Coroa Portuguesa e o desprendimento de missões religiosas tornaram possível a formação de vilas na região. Nos séculos seguintes, surgiram as cidades de Barcarena (1709), Abaetetuba (1745), Mocajuba (1953) e Limoeiro do Ajuru (1956), Igarapé Miri (1710), Moju (1754), Acará (1839). O povoamento de Tailândia está relacionado aos assentamentos rurais às margens da PA-150, na segunda metade da década de 1970 (MDA, 2015).

Segundo Cordeiro, Arbage e Schwartz (2017), a formação étnica predominante da região é composta por indígenas, negros e portugueses, tendo forte influência de costumes nordestinos, em função do fluxo migratório gerado pela construção de rodovias de integração. São identificados dois grandes ciclos de ocupação: o primeiro está relacionado às incursões portuguesas, e o segundo decorre da abertura de várias rodovias. A ferrovia que liga as cidades de Belém e Bragança também marca o processo de colonização da região, ficando marcado o desenvolvimento da agricultura em escala e em áreas proprietárias na região.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2015), o território do Baixo Tocantins – nome este cunhado pelos atores locais – abrange uma área de 36.024,20 Km² e engloba 11 municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Muju, Oeiras do Pará e Tailândia, como indicado no Mapa 1.

Mapa 1 – Baixo Tocantins



A região do Baixo Tocantins é uma zona de fronteira – está entre a Amazônia Central e a Amazônia Oriental – no nordeste do Pará. O rio Tocantins, que dá nome ao território e faz parte da identidade cultural da região, é um importante meio de transporte e apresenta um fluxo intenso de embarcações durante o ano inteiro. Ele banha a maior parte dos municípios da região, exceto Acará, Moju, Tailândia e Oeiras do Pará.

O solo do Baixo Tocantins é formado por áreas de várzea, áreas de ilhas e áreas de terra firme e há uma forte relação da população com o meio natural. Conforme Piraux, Soares e Simões (2017), até recentemente o modo de vida ribeirinho era predominante na região, com base na pesca e no extrativismo do açaí.

A diversidade dos ecossistemas, somada à intervenção humana nas suas várias formas, acaba gerando inúmeras distinções entre as várzeas, as ilhas e a terra firme, e, também, dentro de cada um desses ecossistemas. Piraux, Soares e Simões (2017) destacam que as áreas de terra firme, já desmatadas, são ocupadas pela agricultura tradicional baseada no corte-e-queima, no caso da lavoura temporária. Além disso, em áreas de terra firme – principalmente, o sul do Baixo Tocantins, como Tailândia, Baião e o sul de Moju – a pecuária foi historicamente desenvolvida. O cultivo de dendê vem se desenvolvendo mais recentemente.

Já nas áreas de várzea, bem como nas ilhas, o foco é o extrativismo – destacando-se o açaí, o buriti e a andiroba - combinado com a pesca.

Tabela 1 – Uso da terra municipal no território do Baixo Tocantins em 2008, em km²

Municípios	Floresta	Hidrografia	Vegetação secundária	Área urbana	Não floresta	Agricultura perene	Mosaico de ocupações	Pastos
Mocajuba	13 963	7 573	38 977	295	16 874		6 524	2 118
Barcarena	46 844	52 461	8 904	3 559	110		15 222	3 579
Abaetetuba	50 637	41 038	43 212	1 223	1 557		11 625	10 950
Limoeiro do Ajuru	87 782	50 227	5 265	46	5 156		324	110
Cametá	88 677	45 085	82 816	712	65 742		19 620	1 811
Igarapé-Miri	102 445	31 867	33 995	437	21 806		3 673	5 124
Baião	151 784	24 248	79 004	306	47 341		12 594	45 434
Acará	198 361	7 083	74 377	259	4 242	13 958	92 340	34 492
Tailândia	234 418	392	62 218	1 526	1	22 579	11 333	98 116
Oeiras do Pará	249 566	29 189	43 941	182	38 064		11 918	3 964
Moju	491 446	7 143	177 000	605	19 014	15 159	60 439	117660

Fonte: Piraux, Soares e Simões (2017).

A Tabela 1 mostra as principais categorias de destinação de uso agrícola e extrativista da terra. É possível notar que as áreas de floresta nos municípios de Igarapé-Miri, Tailândia, Moju, Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará ultrapassam 50% das áreas municipais. Mocajuba, por sua vez, é o mais desmatado do Baixo Tocantins. Apenas 16% da área total ainda é floresta. A coluna nomeada “não floresta” refere-se às zonas de campos naturais – mais presentes em Mocajuba, Cametá e Baião. O tipo de uso “mosaico de ocupações” indica a presença de agricultura familiar. Ela é mais forte em Barcarena e Acará, e não tão presente nos municípios de Limoeiro do Ajuru, Igarapé-Miri, Tailândia, Oeiras do Pará e Baião. De acordo com Piraux, Soares e Simões (2017), isso ocorre porque, nesses casos, a agricultura familiar é mais forte nas ilhas e nas zonas mais florestadas, caracterizadas como “vegetação secundária”.

2 EMPODERAMENTO, LUTA E IDENTIDADES: CADERNETAS AGROECOLÓGICAS COMO MOTOR DE RESISTÊNCIA

2.1 Agroecologia e gênero: estado da arte

[...] Entre estes dois modelos agrários [agroecologia e agricultura tradicional, de cunho “moderno e conservador”] coexiste uma diferenciação social fundamentalmente reconhecida: na primeira se constituíram processos sociais que agregam, reúnem e desdobram espaços, alternativas de trabalho, de renda e relações distintas, enquanto a segunda configura-se nos relatos como “sem-lugar” para os jovens, as mulheres e os idosos, no que tange ao trabalho, à valorização dos saberes coletivos e tradicionais e às estratégias de renda (HENN, 2013, p. 69).

O presente capítulo se propõe a situar o debate e fazer uma revisão histórica a respeito dos modos agrícolas convencionais, do modelo dominante de se fazer agricultura no Brasil, para que seja possível mostrar a agroecologia como contra-hegemônica. Para que isso seja possível, são identificadas as relações de poder no sistema capitalista. Será visto que a economia, como ciência que tem papel fundamental no que diz respeito à forma como foi (e é) construído o sistema, principalmente na desconexão (e hierarquização) entre as relações econômicas e sociais.

De acordo com Siliprandi (2015), alguns pontos favorecem a situação das mulheres nos sistemas agroecológicos. A autora ressalta as seguintes questões: a) a agroecologia tende a valorizar as atividades tradicionalmente tidas como tarefa feminina dentro do sistema de produção familiar, como o cultivo de hortas, pomares, o cuidado com animais de pequeno porte e a fabricação de geleias e outros produtos caseiros, o que as envolve em diferentes etapas do processo produtivo, casando isso com o aproveitamento do recurso em vários momentos do processo social de produção em uma comunidade; b) a transição para o modo de produção agroecológico costuma ser encarada como uma mudança radical nos relacionamentos entre humanos e natureza, adotando uma perspectiva ética de cuidado com o meio ambiente e com outras pessoas, sem hierarquização e reconhecendo o papel de cada sujeito no processo. Por disso, esta postura abre espaço para o questionamento de hierarquizações e relações de poder autoritárias decorrentes disso; c) esta transição agroecológica pressupõe a participação da família como um todo, envolvendo seus vários membros, o que tende a quebrar o monopólio gerencial masculino/paterno; d) a pressão externa – seja por parte do Estado, Organizações Não Governamentais (ONGs) financiadoras ou movimentos de mulheres – pela maior participação feminina em espaços de debate, como cursos, seminários e encontros; e) a participação de mulheres em espaços públicos de vendas de produtos, como feiras, possibilita o contato com pessoas externas às do cotidiano o que,

por sua vez, vem com a troca de conhecimentos, inclusive o reconhecimento do trabalho dessas mulheres, gerando maior autoestima. Além disso, as feiras também trazem outras fontes e tipos de renda – que costumam ser mais permanentes – para elas e fruto do trabalho feito por elas, o que dá poder de negociação por entre a estrutura familiar.

Contudo, a autora aponta que este processo como um todo não é automático – inclusive, há casos em que, quanto mais o sistema produtivo se aproxima de práticas ecológicas (por meio da produção orgânica e conservação da biodiversidade, por exemplo) – mais as mulheres são marginalizadas da tomada de decisão⁸. Há, então, um paradoxo: “as atividades que eram de domínio das mulheres passavam a ser controladas pelos homens, e elas perdiam poder de barganha dentro das famílias, voltando a atuar somente como mão de obra” (SILIPRANDI, 2015, p. 107).

Siliprandi (2009) acrescenta que, em geral, são as mulheres que iniciam o movimento de conversão do uso tradicional de monocultura da propriedade para sistemas agrícolas sustentáveis. O motivo seria o maior envolvimento delas com as propostas que tratam da saúde e da alimentação das famílias. Nesse sentido, Nobre (2015) enfatiza três grandes questões que argumentam sobre a integração entre gênero e agroecologia. São elas:

1) a agroecologia, vista como uma proposta de desenvolvimento rural, reconhece o debate sobre o gênero como uma importante variável social que tem papel essencial para o conhecimento dos sistemas agrários locais e, portanto, atua na elaboração de instrumentos metodológicos, estratégias e indicadores propulsores de mudanças. A caderneta pode, inclusive, ser vista como um desses instrumentos;

2) a agroecologia, quando incorporada à perspectiva de gênero, reconhece tanto as diferenças biológicas entre homens e mulheres quanto à desigualdade de gênero, e age nesse sentido ao promover alternativas eficientes a determinados problemas;

3) o enfoque sobre o gênero somado à proposta agroecológica proporciona uma melhor análise, contribuindo para perceber desigualdades e buscar mudanças nos estilos de vida e trabalho das pessoas em geral, objetivando equilíbrios adequados com o ambiente.

Siliprandi (2015) destaca que o processo de desenvolvimento rural agroecológico está pautado em agricultura de base familiar, em que há maior estabilidade na produção, sustentabilidade e garantia de segurança alimentar. Segundo a autora, a agroecologia apresenta as seguintes características centrais: a) integralidade: as atividades econômicas e

⁸ Siliprandi (2015) exemplifica essa questão por meio da produção leiteira no oeste paranaense. De acordo com a autora, essa atividade foi “masculinizada” quando começou a gerar rendas expressivas para as famílias. A autora destaca que, então, o lucro derivado das atividades tradicionalmente femininas não seria suficiente para explicar a tendência das práticas ecológicas ascenderem acompanhadas de maior autonomia feminina.

socioculturais são integradas, e o foco é o bem-estar das comunidades; b) harmonia e equilíbrio: crescimento econômico e sustentabilidade ambiental; c) autonomia de gestão e controle: gestão compartilhada e com participação da comunidade; d) minimização das externalidades negativas por meio da criação de redes locais de troca de insumos e mercados alternativos, entre outros; e) priorização por circuitos curtos de comercialização, minimizando a dependência externa; f) estímulo ao conhecimento local e o incentivo a soluções criativas e sustentáveis, favorecendo a co-evolução entre sistemas naturais e sociais; e g) pluriatividade: uso múltiplo do território, complementação da renda e das atividades e reutilização de energia e materiais.

Shiva (2016) ressalta a agroecologia como um sistema que leva em conta as conexões entre a vida e os processos que se desenvolvem na natureza, partindo de uma visão mais holística do mundo e da construção da sociedade. O conhecimento agroecológico é secular, foi desenvolvido em diversos ecossistemas e culturas, e agora está sendo reforçado por descobertas na ciência moderna. Além disso, a agroecologia é encarada como um movimento social capaz de fomentar a diversidade, a intensidade do conhecimento e a independência de insumos externos. O movimento agroecológico “provee un escenario donde las voces, conocimientos y necesidades de muchas mujeres pueden expresarse en una estructura democrática” (UYTTEWAAL, 2015, não paginado)⁹.

De acordo com Padilla e Sevilla Guzman (2009), a definição inicial de agroecologia tratava do manejo ecológico dos recursos naturais por meio de formas coletivas de ação social visando o estabelecimento de sistemas de controle democrático e participativo, tanto no âmbito da produção quanto da circulação. A estratégia teórico-metodológica elaborada está baseada em dois pilares. O primeiro diz respeito ao enfoque holístico, já que as formas de manejo agroecológicas buscam conter o modo de produção e de consumo de alimentos que agrava a crise ecológica. Por outro lado, este manejo ecológico dos recursos naturais tem um forte componente local, estimulador do potencial endógeno. Este, principalmente por meio do conhecimento campesino, indígena, ribeirinho e local de modo geral, impulsiona a biodiversidade ecológica e sociocultural dos sistemas de agricultura sustentáveis.

Segundo Henn (2013), os processos produtivos se diferenciam, na agricultura ecológica, em função do caráter multidimensional dos mesmos. Siliprandi (2007) salienta a busca da equidade, solidariedade, inclusão social e mudanças nas relações de gênero, bem como a importância do movimento feminista e do protagonismo das mulheres em campanhas

⁹ Tradução livre: “Permite um cenário em que as vozes, o conhecimento e as necessidades de muitas mulheres podem ser expressas em uma estrutura democrática”.

contra hegemônicas como objetivo de mudança social. Siliprandi (2007) enfatiza, também, o papel das lutas ambientais e a busca por um modelo de desenvolvimento mais sustentável, destacando a participação (e liderança) feminina em campanhas contra o uso de organismos geneticamente modificados e agrotóxicos. Siliprandi (2015) destaca que entre as premissas e os métodos agroecológicos há referências à desigualdade de gênero, considerando que ela deve ser considerada na elaboração de programas e propostas de intervenção.

Nobre (2005a), escrevendo sobre a agricultura familiar no Brasil, entra em concordância com Nelson (2008) ao apontar a pouca visibilidade dada às mulheres. A autora ressalta que quando a família é considerada, é na figura do chefe de família. Os interesses do pai são tratados como se englobassem os de todos os demais membros. O trabalho – e a visão – de mulheres, filhos e filhas é negligenciado, invisibilizado.

A idéia de um pai que decide pela vida de todos parece uma coisa do passado, pelo menos no discurso voltado para o meio urbano. Por que então é aceita sem questionamentos para as famílias de trabalhadores rurais? Talvez porque, para os agricultores que trabalham a terra por conta própria, a forma de combinar a disponibilidade de trabalho da família com as exigências das diferentes etapas do ciclo de produção agrícola propicie uma divisão do trabalho que se naturaliza pelo sexo e pela idade. A naturalização da divisão sexual do trabalho impede que esta se torne um problema a ser enfrentado pela sociedade (NOBRE, 2005a, p. 40).

No que diz respeito ao processo de precarização da agricultura familiar e da própria identidade feminina rural, há influências da Revolução Verde. Ela veio acompanhada da modernização agrícola, que se baseia no uso intensivo de tecnologias industriais – com ênfase para fertilizantes químicos, agrotóxicos, máquinas pesadas e sementes geneticamente modificadas. Foi dada prioridade para a agricultura de larga escala e monoculturas, priorizando a quantidade produzida, seguindo a linha de especialização, característica da montagem industrial (SAMBUICHI *et al.*, 2017). Esse processo é em parte responsável pela expulsão de trabalhadores rurais – o que gerou “inchaço” gerado nas grandes cidades – que causa crescimento das periferias.

Nobre (2005b, p. 51-52) afirma que os transgênicos radicalizam o modelo capitalista da Revolução Verde. Como anteriormente apontado, esse modelo se ancora na monocultura, mecanização e uso intensivo de insumos externos. Essa política de incentivo ao uso de transgênicos e a modernização da agricultura gera um ciclo de endividamento do pequeno agricultor. Ele compra sementes geneticamente “melhoradas”, adubo químico, herbicida, praguicidas, tratores, óleo diesel, implementos. E, como meio de auxílio financeiro, o produtor recorre a empréstimos bancários.

Nesse processo, a produtividade média agrícola cresceu, porém acompanhada da destruição dos solos, da água e da atmosfera. O endividamento fez com que milhões de famílias perdessem suas terras e a fome também aumentou. As indústrias de insumos se concentraram e, hoje, além de poucas, são as mesmas que produzem sementes transgênicas (NOBRE, 2005b).

Essa concentração evidencia a situação que Guimarães (1979) chama de tesoura de preços: a indústria à montante (ligada ao fornecimento de insumos), por configurar um setor oligopolista, tem capacidade de estabelecer preços. As agroindústrias são monopônicas – ou seja, únicas compradoras da produção resultante. Dessa forma, o produtor rural fica “esmagado” e incapaz de barganhar tanto com seus vendedores quanto com seus compradores.

Esses processos de deterioração dos solos, da água e da atmosfera, aumento da fome, do nível de endividamento e precarização das relações sociais e do trabalho estão relacionados com uma visão cartesiana de divisão do todo. Mesmo estando conectados, eles são encarados de forma isolada. No esforço de tratar um deles, é possível que os outros sejam agravados. A visão holística presente na agroecologia, encarando o humano como parte de um meio e como responsável e dependente desse todo em que ele está inserido permite com que a questão seja encarada de outra forma.

A agricultura exerce, historicamente, forte influência tanto na quantidade quanto na qualidade da alimentação humana. Ela foi essencial para o crescimento populacional global desde os primórdios. Porém, mesmo com tanta força presente na agricultura, vários povos ficaram vulneráveis em função da falta de alimentos, tornando a fome uma realidade para milhões de indivíduos (LIMA, 2017).

Essa realidade de fome e desnutrição é resultado do processo de transformação da agricultura em poder, por meio da geração de excedentes. A partir daí, um sistema alimentar excludente e visando o lucro (por ser moldado pelo mercado) é desenvolvido. Nesse sentido, a soberania alimentar se impõe como um modelo alternativo não apenas como produção de alimentos, mas como modo de vida.

Segundo Monteiro e Londres (2017), as décadas de 1950 e 1960 ficaram marcadas por esse movimento de êxodo rural, gerado pelos processos de industrialização e políticas públicas voltadas ao meio rural. Era forte, também, a mobilização camponesa em torno da reforma agrária, a qual foi derrotada com a instauração da ditadura militar em 1964.

No período ditatorial, houve ascensão do domínio das grandes propriedades de monocultivo. O Estado militar, em conjunto com o latifúndio, a grande empresa agrícola, os

complexos agroindustriais internacionais e o capital financeiro foi responsável pela implantação da Revolução Verde no Brasil. O direcionamento das políticas públicas para a agricultura de larga escala e com forte uso de agrotóxicos não foi pensado pelos/para os agricultores, mas, sim, como condição para que a agricultura desempenhasse um papel fundamental no desenvolvimento da sociedade capitalista (FERNANDES, 2017). A Amazônia vem sentindo os impactos da Revolução Verde principalmente por meio da expansão do agronegócio, das pastagens de gado e da extração de minério. O desmatamento tem gerado um processo de descaracterização na região (CORDEIRO; ARBAGE; SCHWARTZ, 2017).

Os efeitos da Revolução Verde devem ser destacados por dois motivos. O primeiro diz respeito a estabelecer uma conexão entre as nossas lutas locais e a resistência aos grandes projetos de desenvolvimento com os processos que articulam as desigualdades no mundo inteiro. As mulheres que lutam pela soberania de seus territórios enfrentam, simultaneamente, empresas transnacionais – principalmente as da mineração ou as do agronegócio –, o Estado – seja por intermédio da força policial ou por vias judiciais e ainda o patriarcado que diminui as mulheres que resistem. Esse modelo externo e imposto de desenvolvimento impacta fortemente na formação das identidades dos sujeitos como pessoas de luta.

Em segundo lugar, é porque a Revolução Verde molda, impacta diretamente no confronto entre os latifúndios e sistemas agroecológicos. Dela decorre um processo de precarização da agricultura não mecanizada. Esse processo modernizador apresenta um viés de exclusão de pequenos produtores, que não conseguem ultrapassar a barreira de entrada gerada pelos custos de transição para o uso intensivo de máquinas.

O Estado se fez presente por meio de políticas de crédito, garantia de preços mínimos, seguro agrícola, pesquisa agropecuária, assistência técnica, incentivos à exportação, subsídios à aquisição de insumos, expansão da fronteira agrícola e desenvolvimento de infraestruturas (MONTEIRO; LONDRES, 2017, p. 54). O meio rural se manteve fortemente concentrado, porque houve a expulsão de camponeses. Esse processo de marginalização das comunidades camponesas se deu por meio do endividamento e degradação da natureza, o que desemboca na migração deles para as cidades.

Medeiros (2001, p. 108) destaca que os produtores tecnificados – principalmente os especializados em soja e trigo – foram os atores centrais de inúmeras manifestações de meados da década de 1980 contra a política agrícola do governo. Eles ocupavam as ruas com as suas máquinas e trancavam portas de bancos, buscando denunciar os efeitos da política de modernização, exigindo uma política agrícola capaz de beneficiar também os “pequenos”.

Costa (2005), analisando a região do Nordeste Paraense, afirma que são dois os projetos de desenvolvimento de base rural em disputa na Amazônia. As maiores diferenças entre eles residem nas formas de tratamento do capital natural, na intensidade de proporção de uso dos capitais humano e social e físico e de trabalho.

O primeiro projeto constitui a forma de evolução de uma unidade estrutural: a formada pela conjunção entre propriedade latifundiária, trabalho assalariado e produção homogênea de gado e grãos, a qual chamaremos de latifundiária-monocultural. Os riscos ambientais a ele associados são consideráveis porque a realização de sua finalidade (o lucro) pressupõe uma padronização elevada das bases produtivas, podendo implicar cisão profunda entre elementos chave do processo de reprodução equilibrada dos circuitos vitais da natureza. E, quando se fortalece essa estrutura, quando maximiza seus objetivos, a tensão tende a se elevar: porque mais extensa e intensamente ela transforma os fundamentos naturais (COSTA, 2005, p. 134).

Esta perspectiva de desenvolvimento está ancorada na matriz latifundiária e monocultural, ambas facilmente identificáveis nas paisagens agrárias não apenas do Baixo Tocantins ou do Nordeste Paraense, mas do Pará como um todo (PENHA, 2012). Este modelo é representação dos impactos da Revolução Verde e, também, da ideia de progresso derivada do modelo de desenvolvimento brasileiro na região e no estado. A questão agrária da região se tece nas interações conflitivas ou cooperativas destes atores com o segundo projeto, representado pela pequena propriedade rural.

O segundo projeto é a forma de evolução da unidade estrutural pequena propriedade familiar-produção diversificada, a qual chamaremos aqui familiar policultural. Os riscos ambientais associados à maioria de suas formas são relativamente baixos, sobretudo porque atua por uma racionalidade reprodutiva para a qual ser eficiente, atender eficientemente à sua finalidade significa duas coisas: limitar a expansão ao limites da capacidade de trabalho da família e elevar a qualidade de vida com máxima segurança para a unidade familiar. A escala é, assim, reduzida, e a diversidade é alta, constituindo, em muitas situações, a diversidade em si, uma força produtiva, uma qualidade econômica, uma capacidade dos sistemas produtivos aí desenvolvidos. Não há inovação, aqui, sem compartilhamento difuso do saber a ela associado. Por outra parte, dificilmente se dá consistência às formas concretas desse projeto sem algum tipo de associativismo. A formação de capital humano e social é consequência quase mecânica, direta, do seu fortalecimento. Assim como a elevação da equidade social, posto que, baseada em acesso desconcentrado dos meios de produção, seu fortalecimento é, de modo direto, distribuição de renda (COSTA, 2005, p. 134).

O primeiro modelo de desenvolvimento, reflexo da Revolução Verde no Baixo Tocantins, contribuiu para o aumento da produção de *commodities*, do Produto Interno Bruto (PIB) e das exportações brasileiras, tendo se mostrado rentável também para as indústrias do agronegócio e o sistema financeiro (SAMBUICHI *et al.*, 2017). Além disso, Jalil (2009b) ressalta que houve aumento efetivo dos estoques mundiais de alimentos e a produção agrícola

per capita também aumentou em muitos países (ESCOBAR, 1995). Contudo, esse aumento não refletiu em maior disponibilidade de alimentos para as pessoas em geral.

Além disso, o processo da Revolução Verde trouxe, também, inúmeras externalidades negativas¹⁰, principalmente nas esferas social e ambiental, e não solucionou os problemas da fome e da insegurança alimentar – pelo contrário, os agravou (JALIL, 2009b; SILIPRANDI, 2015). Escobar (1995) enfatiza o fato de o paradoxo da fome ter piorado com o uso dos instrumentos que pretendiam solucioná-la. Segundo o autor, países que durante a Segunda Guerra Mundial eram autossuficientes na produção de alimentos – vários deles exportavam parte da produção para países industrializados – passaram a ter de importar comida e submeter sua agricultura aos mercados de *commodities*.

O agronegócio se apresenta como modelo de modernidade, eficiência e dotado de um forte domínio das diferentes tecnologias, enfatizando a agricultura de precisão – “o agro é *tech*, o agro é *pop*, o agro é tudo”. Na prática, contudo, estas novíssimas tecnologias não parecem atuar de modo a evitar os problemas associados ao agronegócio. Pelo contrário, Santos e Glass (2018) identificam que a disseminação de algumas dessas novas tecnologias estão relacionadas à perda de fertilidade dos solos, redução da biodiversidade, morte de oceanos e o aumento crescente da emissão de gases do efeito estufa. E no âmbito social, essa forma de produzir alimento está relacionada à perda de postos de trabalho no campo sem que alternativas sejam oferecidas.

A isso, Federici (2017) e Escobar (1995) adicionam que esse processo de precarização da agricultura não é inédito. Tanto a privatização da terra quanto a comercialização da agricultura não aumentaram a quantidade disponível de alimentos para a população em geral, embora tenha aumentado a oferta de comida para o mercado e para a exportação. Para os trabalhadores, contudo, essas medidas geraram mais de dois séculos de fome, tal qual ocorre atualmente no sul global. No segundo caso, a autora destaca que isso é resultado da política de exportação imposta por programas do Banco Mundial e pela destruição da posse comum da terra.

Rosset (2008) explica que o processo de fortificação da agricultura de larga escala se deu por meio de uma alta na oferta – e conseqüente queda dos preços – dos alimentos. Mercados nacionais e regionais foram sobrecarregados de alimentos importados baratos, o

¹⁰ Siliprandi (2015) destaca, entre os problemas ambientais e sociais derivados da Revolução Verde: êxodo rural; concentração de terra e de renda; contaminação da natureza (solos, água, animais, humanos, alimentos); aumento do desmatamento, erosão, salinização, perda de fertilidade dos solos e de biodiversidade; desestruturação de comunidades rurais; maior resistência de doenças e pragas na agricultura; aumento da dependência de tecnologias externas (químicos, sementes, fertilizantes etc.).

que destruiu a produção local. Esse movimento de monopolização da alimentação por parte de corporações transnacionais, com a eliminação da concorrência, elevou os preços e deixou o mercado mais instável – a “crise das tortilhas” mexicana de 2007 mostra essa volatilidade: o setor oligopolista do mercado de tortilhas e os movimentos especulativos mexicanos estimularam a crise com o objetivo de regular a tendência dos preços (THOMAZ; CARVALHO, 2011). A produção agrícola deixou de servir como alimento e virou *commodity*.

Gago e Mezzadra (2015) usam a passagem do Consenso de Washington ao Consenso das *Commodities* para sintetizar a ideia do neoextrativismo na América Latina, que colocaria a região em uma nova situação de dependência e primarização da sua economia. Este neoextrativismo está relacionado a uma série de explorações vinculadas aos recursos primários – quase sempre não renováveis – que vão desde o agronegócio até a mineração. As economias latino-americanas são realocadas em seu papel histórico de provedoras de matérias-primas, só que dessa vez voltadas à China. Como aponta Francisco Caporal (2009b):

[...] sua implementação no mundo tinha como hipótese de que seria o único caminho para resolver o problema da fome. Não foi o que vimos. Pelo contrário, a cada dia morre mais gente de fome e subnutrição. Estima-se que, no mundo, a cada sete segundos morre uma criança de desnutrição. Seriam oito por minuto. Quase 13 mil crianças morrem por dia. Entretanto, a cada reunião da cúpula, se promete resolver estes problemas com mais do mesmo remédio – intensificação da produção, mais tecnologia, mais insumos. Mas os dados seguem sendo alarmantes. Segundo o último informe da FAO (2009), este será o ano em que passaremos a um novo recorde de 1 bilhão e 20 milhões de famintos no mundo e não por falta de calorias produzidas (CAPORAL, 2009b, p. 269-270).

Medeiros (2001, p. 107) destaca que a condição dos trabalhadores sem terra é resultado do processo de precarização e expropriação de trabalhadores que, antes, identificavam-se como pequenos proprietários ou arrendatários, o que os dava acesso à terra. Altieri (2010) afirma que a Revolução Verde, mesmo tendo contribuído na produção de determinados cultivos, apresenta um viés insustentável nos âmbitos ambiental e social. No primeiro caso, são enfatizadas as grandes perdas de biodiversidade e do conhecimento tradicional associado a ela. Na questão social, é destacado o alto grau de endividamento de pequenos agricultores e o aumento da desigualdade de renda na área rural.

De acordo com Medeiros (2001, p. 107), partindo do ponto de vista dos pequenos produtores, essa política agrícola “modernizante” dos governos militares alterou o processo de construção de identidade com o mundo do trabalho. O primeiro fator a ser considerado é o forte impacto econômico sofrido, enfatizando o sul do país. Foram muitos os pequenos

agricultores que, vivendo de forma muito precária, acabaram por perder a propriedade e emigrar para outras regiões do país, enfatizando as regiões Norte e Centro-Oeste.

Além disso, há um forte impacto ambiental, decorrente, principalmente, das monoculturas. Isso porque elas geram redução da biodiversidade dos agroecossistemas, os tornando mais vulneráveis a pragas e doenças, bem como à perda de fertilidade dos solos (SAMBUICHI *et al.*, 2017). Isso, por sua vez, implica na necessidade de maior uso de agrotóxicos e químicos em geral, os quais podem impactar a saúde humana, água e solo, o que causa perda da biodiversidade, indicando um movimento cíclico.

É associado à Revolução Verde, também, o aumento da marginalização de povos tradicionais do campo e da floresta, porque há perda na autonomia – inclusive por meio da soberania alimentar –, bem como nas condições econômicas e sociopolíticas necessárias para manutenção dos seus territórios, da sua cultura e do seu modo de vida. Shiki (2009) ressalta que a política agrária de “assentamentos humanos de colonização” em terras públicas acabou por se tornar o desemboco de populações de migrantes, principalmente nas regiões de fronteira agrícola do Centro-Oeste e Norte, quando o desemprego nas metrópoles impediu a continuação da migração de povos rurais.

Costa (2005) afirma que a atuação do Estado na Amazônia, principalmente na sua parte oriental, é marcada pela priorização do projeto latifundiário e de monoculturas em dois períodos. O primeiro deles está vinculado a relações hierarquizadas partindo das regiões mais desenvolvidas do Brasil – Sul e Sudeste –, os quais definiram os projetos de desenvolvimento privilegiados. Esta estratégia, atrelada ao ideal de modernização da agricultura brasileira vinculada ao projeto da Revolução Verde, perdurou durante o período da ditadura militar, entrando em crise junto com a mesma.

Com a abertura “lenta, gradual e segura” do regime ditatorial em 1985, houve uma reorganização dos movimentos populares, bem como o crescimento e a propagação de críticas ao modelo de expropriação de pequenos produtores, conduta recorrente nas políticas da ditadura militar, bem como suas consequências sociais e econômicas (MONTEIRO; LONDRES, 2017). Esse período também ficou marcado pelos processos de contestação à industrialização da agricultura e seus impactos ambientais negativos – por exemplo, a perda de biodiversidade, o desmatamento, a degradação dos solos e fontes de água. As críticas direcionadas à esfera social, principalmente a dependência de pequenos agricultores a poderosos complexos agroindustriais, também eclodiram na década de 1980.

Na Amazônia, a década de 1980 e o fim do regime militar inaugura um novo modelo de desenvolvimento rural, caracterizado pela reorganização do agrário da região (COSTA,

2005). Este processo perdura até 2001 e dissolve-se com o fim da Sudam. Os recursos federais, no período em questão, eram de acesso facilitado pelas elites locais, ancorados em “relações *horizontais* socialmente enviesadas e politicamente funcionalizadas por forças ancoradas em bases tradicionais de poder, em que a estrutura hierárquica culmina em algum chefe local” (COSTA, 2005, p. 135).

Data dessa época, também, a ascensão, dentro de movimentos sindicais, de pautas relacionadas a gênero e geração. No primeiro caso, Medeiros (2001, p.109) ressalta a busca pelo reconhecimento legal da mulher como trabalhadora rural e todos os direitos daí decorrentes, a necessidade de um sistema de cotas capaz de garantir a presença feminina nas direções sindicais e a criação de programas de saúde voltados para a mulher. Um dos grandes diferenciais da agroecologia, para Siliprandi (2015), é a centralização dos agricultores, camponeses e indígenas como protagonistas do processo de construção de um desenvolvimento rural sustentável.

Sobre a necessidade de debates relacionados à desigualdade entre os gêneros, Nobre (2005a, p. 43) pontua a assimetria salarial. No que diz respeito às regras para a troca de dias de trabalho – prática tida como essencial na organização do trabalho durante o ciclo agrícola – , a autora escreve que as mulheres não trocam dias com os homens. Em alguns casos, essa prática é até proibida. Porém, quando ocorre essa troca, ela precisa trabalhar dois dias para pagar um dia do serviço de um homem.

No que diz respeito a demandas geracionais, Medeiros (2001, p. 109) destaca a preocupação crescente com jovens – principalmente no que tange a formação e possibilidades profissionais – e aposentados, buscando se reconhecer a especificidade dos mesmos dentro do sindicalismo. Além disso, o aumento relativo da população idosa no campo – que se deu, principalmente, por meio do envelhecimento geral da população brasileira e do crescente abandono do campo pelos jovens – e a situação de pobreza nas áreas rurais refletiram no aumento de visibilidade dado a demandas relacionadas a aposentadoria dentro de movimentos sindicais.

Schmitt (2009) ressalta que a publicação do livro “Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa”, de Miguel Altieri (1989), marcou a passagem de uma concepção centrada na difusão de práticas tecnológicas específicas – enfatizando a adubação verde, a compostagem e a utilização de caldas no manejo de pragas e doenças – para uma abordagem que trata o agroecossistema como unidade de análise e intervenção. O foco foi se voltando para os processos sociais de inovação tecnológica, em que os produtores rurais eram vistos como principais agentes da transição para a agroecologia.

A disputa pela terra também foi forte durante os anos aqui abrangidos, principalmente por meio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do movimento sindical. Diversos assentamentos foram conquistados, porém, geralmente, em localidades de difícil acesso e já fortemente degradadas pelo latifúndio. Somado a isso, a adoção do moderno modelo da Revolução Verde – estimulada pelas políticas públicas e, em vários casos, pelas lideranças de movimentos sociais – por parte de pequenos agricultores gerou várias dificuldades (MONTEIRO; LONDRES, 2017). Percebe-se, então, que além da confrontação já colocada, o latifúndio degrada a terra que, depois desse processo, é destinada a assentamentos, que precisam tornar a terra saudável e cultivável de novo.

O uso de monoculturas com elevados custos de produção gerou endividamento de famílias e de cooperativas, maior degradação ambiental e contaminação por agrotóxicos. Tais fatores acabaram por dificultar a permanência de várias famílias nos assentamentos (MONTEIRO; LONDRES, 2017). Esses processos levaram a um debate crítico a respeito do modelo produtivo e tecnológico adotado nas terras conquistadas, o que estimulou a procura por alternativas. A década de 1990 ficou marcada pela busca do desenvolvimento local, o que fez com que as experiências regionais fossem fortalecidas e ampliadas. Havia, contudo, a necessidade de uma mobilização nacional capaz de interligar os movimentos locais em torno de uma unidade nacional, com maior expressão política.

O período que abrange a década de 1990, e o início dos anos 2000, ficou marcado pela atuação de ONGs voltadas para o movimento agroecológico, e o crescimento de redes de abrangência regional. A FASE se dedicou a pautas relacionadas ao desenvolvimento social e ambientalmente sustentável, bem como à luta de movimentos sociais de mulheres, afrodescendentes e indígenas (FASE, 2018a). As lutas dos movimentos sociais camponeses ganharam força, bem como as organizações da agricultura familiar e de comunidades tradicionais.

Em 1999, dois encontros – o I Encontro Nacional de Pesquisa em Agroecologia, promovido pela Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) e pela Embrapa Agrobiologia, e o Seminário sobre Reforma Agrária e Meio Ambiente, viabilizado pelo Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento e pelo Fórum Nacional de Reforma Agrária – enfatizaram a carência de um órgão de articulação nacional. Nesse sentido, foi proposta a realização de um evento que englobasse as diversas experiências e organizações comprometidas com a promoção da agroecologia no Brasil (MONTEIRO; LONDRES, 2017).

Como resultado dessa demanda, houve um processo que culminou no I Encontro Nacional de Agroecologia (I ENA), realizado no Rio de Janeiro, em julho de 2002. A própria forma de organização do processo – descentralizada e baseada em redes locais a nacionais (EMBRAPA, 2006) – indica os ideais de horizontalização da agroecologia. Aliado a discussões a respeito das experiências vividas, foi intensificado o debate crítico sobre o modelo de desenvolvimento hegemônico, principalmente por meio do impacto dele nas diferentes regiões (MONTEIRO; LONDRES, 2017). O debate sobre os usos de agrotóxicos e transgênicos também foi intenso.

Esse período ficou marcado pelo aumento de políticas públicas voltadas à consolidação da inovação tecnológica regional. Mesmo não estando diretamente relacionadas à agroecologia, elas proporcionaram melhoras materiais nas famílias agricultoras, e contribuíram para o fortalecimento das redes locais de inovação agroecológica. Monteiro e Londres (2017) citam a ampliação do acesso aos benefícios da previdência social para trabalhadores de áreas rurais, a valorização do salário mínimo, o Programa Bolsa Família, o acesso à educação formal e a melhoria de infraestruturas em comunidades rurais – ressaltando o acesso à energia elétrica. Também foram criadas (e ampliadas) políticas públicas dirigidas a povos e comunidades tradicionais, as quais resultaram em avanços na promoção da agroecologia.

As linhas de diálogo entre governo federal e organizações da sociedade civil foram fortalecidas a partir de 2003, e diversas políticas daí decorrentes foram adotadas. Um desses casos é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que rege a compra institucional de alimentos da agricultura familiar, que veio a fortalecer pequenos agricultores em várias regiões do país. Monteiro e Londres (2017) afirmam que, da melhora no diálogo entre governo e sociedade, resultou uma maior participação das mulheres agricultoras, bem como a melhora na visibilidade dos trabalhos por elas realizados.

Contudo, o Estado manteve e ampliou o desenvolvimento de obras cujos impactos afetam fortemente as comunidades camponesas, e que disputam, no âmbito da terra, com os projetos desenvolvimentistas defendidos na esfera agroecológica. A partir de 2003, por exemplo, foram liberadas as sementes transgênicas e, conseqüentemente, houve expansão do cultivo, o que gerou aumento exponencial no uso de agrotóxicos no Brasil (MONTEIRO; LONDRES, 2017), que é, atualmente, o país que mais consome agrotóxicos no mundo¹¹.

¹¹ Segundo Londres (2011), a venda de produtos químicos no Brasil saltou, de 2001 a 2008, de pouco mais de US\$ 2 bilhões para mais US\$ 7 bilhões (equivalente a 985,5 mil toneladas), tornando o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. E, em 2009, o país atingiu a marca de 1 milhão de toneladas de agrotóxicos. Dada a

O II ENA, realizado em 2006, ressaltou, entre outros pontos, as disputas entre projetos opostos de desenvolvimento rural – de um lado, a expansão do agronegócio e, de outro, o fortalecimento da agricultura familiar pautada pela agroecologia. Nesse sentido, Shiki (2009) afirma que, apesar do crescimento econômico da produção agrícola, não houve melhoras no que tange à distribuição de renda. Os efeitos distributivos vistos na década de 2000 são resultados de uma política social de transferência de renda – enfatizando a universalização da previdência rural e o programa Bolsa Família. O autor sugere que as políticas sociais e econômicas voltadas para o setor rural sejam melhor coordenadas, a fim de englobar os agricultores de subsistência e demais setores marginalizados.

De acordo com Shiki (2009), tanto o incremento quanto a difusão tecnológica na agricultura brasileira, somado a políticas de crédito rural e investimento em infraestrutura, fez do Brasil uma potência na exportação de *commodities*. Contudo, gerou exclusão e marginalização de grupos não integrados ao modelo dominante, de grande escala. A maior crítica a esse modelo de modernização é que ele não gerou um desenvolvimento inclusivo e justo para as populações rurais (SAMBUICHI *et al.*, 2017). Ele facilitou a concentração fundiária, a pobreza e o êxodo.

De acordo com Arnauld de Sartre *et al.* (2013, p. 108), há certa parcialidade baseada no gênero no que tange à migração a centros maiores, com as mulheres sendo induzidas a seguir outro caminho que não a permanência na terra de origem. Isso decorre da desigualdade na distribuição da herança, visto que, segundo Nobre (2005a, p. 47-48), a terra costuma ser tão pequena a ponto de, em uma distribuição igualitária, impedir que filhos continuem sendo agricultores. Nesse sentido, Arnauld de Sartre *et al.* (2013, p. 108) enfatizam que as filhas não recebem terras, a menos que estejam casadas e que o marido a acompanhe na frente pioneira. Conforme os autores, esse sistema de desigualdade é em parte responsável pelo maior êxodo rural feminino.

Dessa forma, a solução atual é encaminhar as mulheres para outras tarefas – enfatizando o convento, receber uma máquina de costura e uma vaca, fazendo-a ir morar com a família do marido e a migração para a cidade. Nobre (2005a, p. 48) ressalta, então, que a saída das mulheres do campo é explicada não apenas pela maior oferta de empregos em cidades maiores, mas também por uma negação da sua identidade e condição de vida como mãe de família, esposa de agricultor.

repercussão negativa, no ano de 2010, o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (Sindag), responsável pela divulgação dos dados, não revelou a quantia utilizada.

O esforço físico é sempre apontado como uma das razões para os homens serem considerados mais importantes do que as mulheres no trabalho agrícola. Mas, quando se olha para a realidade, não há tarefa que elas não executem, se não for possível prescindir de seus braços. Mulheres já fizeram destoca, araram a terra, puxando o burro ou “no muque”, e carregaram sacos de 60 quilos na cabeça. Mas, toda vez que essas tarefas são mecanizadas e, portanto, exigem menor força física, contraditoriamente, elas são excluídas, ou seja, é muito mais fácil ver uma mulher carpindo com a enxada do que dirigindo o trator para a realização do trabalho agrícola (NOBRE, 2005a, p. 43).

De acordo com Arnauld de Sartre *et al.* (2013, p. 107), o papel da mulher no que tange à reprodução do campesinato brasileiro tem sido subestimado a tal ponto que, em alguns casos, aparece como nulo, negado. As frentes pioneiras – popularmente associadas ao corajoso desbravador de florestas virgens –, são comumente expostas como um lugar masculino, em que as mulheres não se fazem presentes, ou então, sub-representadas. A própria colocação do trabalho feminino como “ajuda” reafirma essa posição.

Como forma de compreender o impacto do processo de socialização de gênero nas áreas rurais, e como ele desenvolve habilidades e capacidades diferentes, Nobre (2005a) analisa o processo de cuidado com crianças da área rural. A autora coloca que até os 5 anos, a criação se dá sem grandes diferenças, brincando conjuntamente. Em seguida, a separação fica mais explícita: as meninas começam a seguir as mães, aprendendo o trabalho doméstico e auxiliando nas tarefas de casa. Os meninos passam a seguir a trajetória paterna. Além disso, nas horas de lazer – que geralmente são maiores para os meninos – eles brincam apenas entre eles. Nas fases seguintes, os rapazes tendem a sair mais e para mais longe, enquanto elas ficam com a família, em função do trabalho e pelo medo dos pais de que elas “caiam na vida”. E, quando adultos, são reprimidos ao se ocuparem de tarefas consideradas como sendo do gênero oposto.

Algumas temem a igualdade derivada do fato de assumirem “oficialmente” a responsabilidade pelo serviço que muitas vezes já fazem: “Se eu aprender o serviço dele, ele não vai fazer nem isso”. Ademais, os homens resistem aos novos aprendizados das mulheres: “Se você souber dirigir, não vai parar mais aqui”, elas se sentem pressionadas por uma grande exigência interna e externa de não poderem errar. Na maioria das vezes, o que acontece é que as aprendizagens de homens e mulheres no “campo oposto” só servem para complementar o serviço do/a outro/a ou para cobrir uma ausência, e não para redividir as tarefas de forma mais permanente, e muito menos o poder e o reconhecimento social que as recobre (NOBRE, 2005a, p. 44-45).

De acordo com Uyttewaal (2015), a igualdade de gênero e o empoderamento feminino se estruturam como prioridade na luta pela agroecologia e pela soberania alimentar. Esse empoderamento das mulheres, tal qual o movimento agroecológico, deve ser localmente

situado e impulsionado pela própria comunidade, respeitando as estruturas comunitárias e ecológicas existentes.

2.2 Agroecologia como teoria, prática e movimento

A agroecologia é encarada como englobando ciência, prática e movimentos sociais. Tiftonell (2017) afirma que o uso científico do termo foi registrado na década de 1930, tendo aparecido como prática agrícola em meados dos anos 1970 e como movimento social na década seguinte. Ela é encarada como partindo de uma ética ecológica em que coloca o humano em meio a um espaço, que deve ser considerado.

Pimenta (2018) enfatiza que a agroecologia não se restringe a discorrer sobre manejos de recursos e de produção. Ela engloba os modos de se relacionar na agricultura familiar, entre indivíduos e com a sociedade em geral. O movimento agroecológico não trata especificamente da conciliação de saberes acadêmicos com os saberes tradicionais, da produção orgânica e da segurança alimentar e nutricional das famílias ou da busca pela igualdade entre as pessoas. Ele lida com tudo isso compondo um único universo. A agroecologia não traz receitas prontas. Ela está baseada na aplicação de cinco princípios básicos: a reciclagem, a eficácia, a diversidade, a regulação e a sinergia, a cooperação. A forma de lidar com essas questões é específica de cada lugar, determinada por um único contexto socioecológico (TITTONELL, 2017).

Assim entendida, a agroecologia possui uma forma de criar conhecimento que surge da geração de conteúdos por meio de uma prática compartilhada. Esta prática, por sua vez, pode ser entendida em três dimensões: a primeira, ecológica e técnica; a segunda, socioeconômica ou de transformação social – aqui há um forte componente endógeno; e a terceira, com laços socioculturais e políticos (PADILLA; SEVILLA GUZMAN, 2009). Seguindo esta divisão, as subseções seguintes apresentam a agroecologia como modo de produção e distribuição de conhecimento, focando no desenvolvimento local pensado e feito pelos de dentro e tendo o espaço natureza-produção-reprodução como eixo central e também o que o movimento representa no dia-a-dia, as mudanças social, política, ecológica, espacial e em termos de saúde. Nobre (2015) acrescenta que “sea en el campo, las ciudades, ríos o bosques, la práctica cotidiana de las mujeres es al mismo tiempo de resistencia a los ataques

del capitalismo patriarcal sobre la vida y de construcción del mundo en el que queremos vivir” (NOBRE, 2015, p. 7)¹².

Shiva (1988) faz uma crítica à forma *mainstream* de produção de ciência. Segundo a autora, um dos precursores dessa ideologia, Francis Bacon, parte de um viés patriarcal e classista, separando razão e emoção, natureza e cultura, mente e matéria. O empirismo baconiano prega que o conhecimento só pode ser obtido por meio da experiência e dos sentidos. Essa visão de mundo é tida como mecânica, em parte devido à importância da mecânica newtoniana, um dos pilares desta forma de pensar, e em parte como uma analogia às máquinas – as partes dela não mudam, mas os pesos das relações, sim (NORGAARD, 1987). A alteração de uma destas partes terá efeitos previsíveis. Há, então, uma valorização exagerada da repetição experimental, elemento fortemente presente na pesquisa clássica (EMBRAPA, 2006). Esta seria, então, uma abordagem mecanicista do mundo, priorizando elementos como: a exatidão, as medidas, o exame de quantidades.

A própria agroecologia é encarada (EMBRAPA, 2006) como transcendente dos limites da ciência tradicional. Isso porque a mesma se propõe a incorporar questões não trabalhadas pelo viés científico clássico – enfatizando relações sociais de produção, equidade, produção para autoconsumo, qualidade de vida, sustentabilidade, segurança alimentar e as próprias relações de gênero.

Já de acordo com Siliprandi (2015), a agroecologia extrapola tanto a parcelização disciplinar quanto a epistemologia da ciência. Este processo está pautado na incorporação do “saber popular” e das várias formas de conhecimento, por meio da inclusão de diferentes atores e propulsores de técnicas e saberes tradicionais. O método agroecológico não se restringe a adicionar a dimensão ecológica aos estudos sobre os impactos das várias tecnologias no mundo rural, mas sim, da criação de novas categorias que permitam o desenvolvimento de um esquema de produção agrícola em que os sistemas sociais e ecológicos sejam inseparáveis; em que o cultivo da terra seja possível sem a degradação da mesma ou a exploração entre atores. Ou seja, o ponto de partida está na relação entre os agentes sociais entre si e com os ecossistemas.

Essa questão pode ser vista, também, na Amazônia. Depoimentos de várias agricultoras entram em consonância com Siliprandi (2015). Leocádia Moraes de Oliveira, de

¹² Seja no campo, nas cidades, rios ou florestas, a prática cotidiana das mulheres é, ao mesmo tempo, de resistência aos ataques do capitalismo patriarcal sobre a vida e também de construção do mundo em que queremos viver.

África/Laranjituba – Abaetetuba/PA, afirma que agroecologia é “*cuidar da terra sem prejudicá-la. Cuidar da produção sem veneno*”¹³.

Maria do Carmo Silva Barros, de Pirocaba – Abaetetuba/PA caracteriza a agroecologia como “*saber tirar o sustento da natureza prejudicando-a pouco. É ter diversidade. Preservar a natureza e não utilizar agrotóxicos*”. Já Neuza Rosely Vieira da Paixão, de Remédios, Santo Antônio do Tauá/PA, afirma que a agroecologia “*é fundamental a futuro em termos globais*”, enquanto Veralicia Pereira Nunes, moradora do Assentamento P.A. Moju, em Belterra/PA, define a agroecologia como sendo:

um modo de vida em que priorizamos a produção 100% natural, trabalhando na terra, cultivando sem veneno, aproveitando os adubos naturais e a forma como aprendemos com nossos antepassados. Assim, nossos alimentos são produzidos de modo saudável, garantindo nossa saúde e a preservação do meio ambiente (Veralicia Pereira Nunes, moradora do Assentamento P.A. Moju).

De acordo com Rosilene Pinto da Mota, de Santarém/PA, “*Agroecologia é viver em harmonia com a natureza e com as pessoas. É o cuidado com a terra, a forma como cultivamos sem os agrotóxicos. É produzir alimentos saudáveis como nossos pais já faziam antigamente*”. Nos relatos das usuárias das cadernetas sobre a agroecologia, essas questões são constantemente enfatizadas. O não uso de agrotóxicos, a própria segurança alimentar e nutricional, que permite uma alimentação de qualidade, o modo diferente de lidar com a terra e a produção e o cuidado com a natureza, como aponta Daniela Silva Araújo, de Pirocaba, Abaetetuba/PA: “*É proteger o que é produzido no quintal. É proteger o solo, a natureza. É respirar e poder se alimentar de produtos saudáveis e do próprio trabalho. É trocar produtos*”.

Pimenta (2018) adiciona que a agroecologia não diz respeito apenas a um modo de produção e de lidar com o espaço, mas também engloba as relações entre quem produz e quem consome. Talvez a face mais evidente desse cuidado esteja materializada no autoconsumo do que é produzido e vendido. Lindalva Gomes Silva Souza, de Belterra/PA, destaca o componente do cuidado com o outro existente na agroecologia: “[*Agroecologia*] *é vida. Eu acho que trabalhar com saúde, tudo que tem vida, é coisa saudável. Tudo de bom*”.

Tomich *et al.* (2011) partem da concepção que trata a agroecologia como o estudo integrado da ecologia de todo o sistema alimentar, englobando não só a ecologia, mas também dimensões sociais e econômicas, apontando a compreensão as relações que vão além das perspectivas convencionais das ciências agrícolas, ambientais e sociais como desafio fundamental à agroecologia.

¹³ Depoimentos extraídos de formulário aplicado pela FASE, em 2018 (FASE, 2018b).

A Agroecologia, logo, não se emarca no paradigma convencional, cartesiano e reducionista, no paradigma da simplificação (disjunção ou redução), pois, como ensina Morin, este não consegue reconhecer a existência do problema da complexidade. E é disto que se trata, reconhecer que nas relações do homem com outros homens e destes com o meio ambiente, estamos tratando de algo que requer um novo enfoque paradigmático, capaz de unir os conhecimentos de diferentes disciplinas científicas, com os saberes tradicionais (CAPORAL, 2009a, p. 5).

De acordo com Caporal (2009a), a espinha dorsal da agroecologia pode ser agrupada em três dimensões: a) ecológica e técnico-agronômica; b) socioeconômica e cultural; e c) sociopolítica. Estas esferas não são isoladas. Pelo contrário, elas se tangenciam. Isto implica que elas estão inseridas em uma abordagem transdisciplinar, fazendo uso de apontamentos da física, da agronomia, da economia, da ecologia, da educação, história, antropologia e várias outras disciplinas. Além disso, o caráter transdisciplinar da agroecologia é enfatizado ao misturar elementos tanto de processos ecológicos quanto de aspectos socioeconômicos, culturais e políticos a questões não acadêmicas (SÁ; SILVA, 2014).

As bases epistemológicas da agroecologia, segundo Caporal (2009a), mostram que a evolução da cultura humana e do meio ambiente se dá de forma conjunta. Este processo se constrói da seguinte forma: a) o potencial agrícola dos sistemas biológicos e sociais foi captado por agricultores tradicionais em um processo de tentativa, erro e aprendizado; b) estes sistemas co-evoluíram de tal forma que a sustentação de cada um depende do outro; c) o potencial dos sistemas biológicos e sociais pode ser melhor compreendido em função do atual estado do conhecimento formal; d) este conhecimento formal, aliado a demais experiências e práticas podem se unir para melhorar tanto os agroecossistemas tradicionais quanto os modernos; e e) o desenvolvimento agrícola proporcionado pela agroecologia permite a manutenção de mais opções culturais e biológicas e também gera menos deterioração biológica, cultural e ambiental em relação às perspectivas adotadas pelas ciências convencionais.

De acordo com Norgaard (1987), a agroecologia tem uma base epistemológica diferente da maior parte da ciência ocidental. E ter raízes diferentes é ser radical, no sentido mais real da palavra. O modelo hegemônico de fazer agricultura luta por levar novas tecnologias – derivadas da ciência moderna – aos agricultores, a fim de que possam vir a ser “desenvolvidos”. O viés agroecológico busca compreender como os sistemas tradicionais se desenvolvem para, assim, realizar a ciência da ecologia, buscando unir agricultura e sustentabilidade.

A agroecologia tem um potencial técnico e científico capaz de impulsionar uma mudança considerável tanto na agricultura quanto no meio rural. Além disso, pode servir

como base para reorientar ações de ensino, pesquisa, assessoria ou assistência técnica e extensão rural, buscando assegurar uma maior sustentabilidade socioambiental e econômica em diferentes ecossistemas (CAPORAL, 2009a).

2.3 Cadernetas agroecológicas

It is such a small, simple idea: a four-column logbook for Brazilian women working in family agriculture to record how much of their production is sold, given away, exchanged or consumed. And yet the logbooks have had far-reaching positive impacts on the lives of hundreds of rural women, changing the way they and their partners value their own production and even helping them benefit from government policies aimed at family farmers (UN WOMEN, 2019, p. 71)¹⁴.

A perspectiva agroecológica apresenta várias facetas – não está restrita ao conhecimento técnico de cultivo saudável e sem agrotóxicos, mas é também um modo de vida, resistência e luta. Para as mulheres, a agroecologia está associada a um modelo de resistência perante o processo de precarização e dependência da alimentação e dos modos de vida. A comida funciona como parte central da construção da sociedade e da manutenção da vida, e que expressa não apenas uma dimensão cultural do meio em que cultivada, mas também social e afetiva.

Nobre (2005b, p. 53) exemplifica essa questão por meio das diferenças nos processos de seleção e a formas de lidar com o alimento. A autora destaca que o foco das empresas produtoras de semente é a maior produtividade, pautada na adubação e resistência a agrotóxicos utilizados no combate a plantas consideradas invasivas e pragas. Já as mulheres, comumente responsáveis por esse serviço, tendem a dar ênfase a outros fatores, tais como características relacionadas à produção e ao cozimento do alimento – o feijão que dá mais caldo e que cozinha mais rápido, por exemplo –, à capacidade de resistência da planta à competição e do grão à armazenagem. Isso sinaliza que, além da garantia da qualidade e quantidade do alimento, todo o processo de cultivo e de seleção de sementes se dá conforme objetivos que nem sempre colidem.

Talvez pela importância dada à alimentação saudável e pela própria autonomia de poder optar por produzir o que é mais importante na rotina da família, a agroecologia costuma ser introduzida pelas mulheres (SOF, 2016; PIMENTA, 2018). Em entrevista a Pimenta

¹⁴ Tradução livre: “É uma ideia tão simples: um diário de quatro colunas para mulheres brasileiras que trabalham na agricultura familiar registrarem o quanto da sua produção é vendida, doada, trocada ou consumida. E, mesmo assim, esses cadernos tiveram fortes impactos positivos nas vidas de centenas de produtoras rurais, mudando a forma como elas e seus parceiros valorizam esta produção e até mesmo ajudando-as a se beneficiar das políticas públicas voltadas à produção rural familiar. E, no entanto, os diários de bordo tiveram impactos positivos de longo alcance nas vidas de centenas de mulheres rurais, mudando a forma como elas e seus parceiros valorizam sua própria produção e até mesmo ajudando-os a se beneficiar das políticas governamentais dirigidas aos agricultores familiares”.

(2018), Dona Ana, do P.A. 10 de Abril, de Crato/CE, afirma que, inicialmente, houve resistência por parte dos homens, que não acreditavam na viabilidade da agroecologia. Em alguns casos, a reação chega a ser violenta, evidenciando a dificuldade em compartilhar não apenas a organização do espaço, mas também o poder de decisão sobre o que fazer e como fazer.

Alguns homens espalham agrotóxico em terrenos vizinhos àqueles utilizados para o cultivo de alimento orgânico. Outros, atropelam, com o trator, plantações ou cortam flores cultivadas pelas mulheres. Há ainda os que se recusam a fazer o trabalho necessário – regar hortas, alimentar os animais – quando elas precisam se ausentar (SOF, 2016). De acordo com Pimenta (2018), há homens que tentam controlar as mulheres impondo controle ao livre uso do tempo delas. Essa questão deixa latente a falta de autonomia delas sobre questões básicas, como a autonomia da própria rotina.

O cuidado com a casa e a família também é negligenciado: alguns boicotam a manifestação política das mulheres por meio da recusa de cuidar dos filhos. Diva Deitos, coordenadora da Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (Apaco), aponta, em entrevista a SOF (2016, p. 9): “Algumas delas vêm aos encontros escondidas. Tem vezes que as mulheres não têm nem dinheiro para sair de casa, têm que vender uma galinha ou alguns ovos para conseguir vir participar nesses espaços”.

A caderneta agroecológica é criada, então, como instrumento que busca evidenciar o trabalho feminino, não só o de cuidados, mas também aquele que garante a reprodução da família; aqui, principalmente o que envolve as várias facetas da alimentação – como elemento fundamental da vida, mas também enfatizando as dimensões cultural, social e afetiva.

A Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres) classifica a caderneta agroecológica, em relatório sobre o progresso das mulheres no mundo, como o “The simple scheme that’s driving a quiet revolution for Brazil’s family farmers” (UN WOMAN, 2019, p. 71)¹⁵. Esta afirmação ressalta um dos pilares mais importantes desse instrumento: a simplicidade.

As cadernetas agroecológicas¹⁶ são criadas para, partindo da monetarização da produção realizada nos quintais produtivos, dar maior visibilidade ao trabalho, principalmente

¹⁵ Tradução livre: “simples esquema que está gerando uma revolução silenciosa nos agricultores familiares brasileiros”.

¹⁶ Elas são parte de um projeto intitulado “Os Quintais das Mulheres e a Caderneta Agroecológica na Zona da Mata de Minas Gerais e nas Regiões Sudeste, Sul, Amazônia e Nordeste: sistematização da produção das mulheres rurais e um olhar para os quintais produtivos do Brasil”, realizado pelo GT Mulheres da ANA (Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia), em parceria com a Universidade Federal de Viçosa (UFV), o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA/ZM) e a Secretaria Especial de

agroecológica empodera mulheres e fortalece agroecologia” (TEIA AGROECOLÓGICA, 2019).

Segundo o relatório “Metodologia de monitoramento da renda das mulheres camponesas”, do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA (2019), a caderneta é um instrumento político-pedagógico que objetiva dar visibilidade ao debate de gênero no meio rural, partindo do debate feminista e buscando consolidar as discussões sobre as condições de precariedade que as mulheres camponesas vivenciam. Este instrumento assume pressupostos da economia feminista – principalmente no que tange à noção do que é economia, englobando os trabalhos doméstico e de reprodução, tomando a sustentabilidade da vida como eixo central das relações econômicas. E, com isso, dá mais visibilidade ao trabalho feito pelas mulheres e reconhece a invisibilização decorrente da separação entre o público e o privado e o direcionamento dado às mulheres em relação ao espaço doméstico. Esta tecnologia é, portanto, fruto do esforço intelectual e político de construir ferramentas de análise social e econômica de forma participativa e com o objetivo de identificar e reduzir desigualdades.

Nesse sentido, destaca-se que a caderneta agroecológica é uma ferramenta que atua na relação de desigualdades entre os gêneros e a divisão sexual do trabalho. Esta questão invisibiliza o trabalho das mulheres na agricultura familiar e a contribuição delas na economia das famílias. A caderneta vem sendo construída desde 2009 e diz respeito ao monitoramento da quantidade, variedade, comercialização, troca, consumo e doação de alimentos produzidos por mulheres nos seus quintais. Além disso, esta ferramenta inclui outras atividades, como a produção de doces, conservas, biscoitos, pães e artesanatos (TEIA AGROECOLÓGICA, 2019).

A partir de oficinas, programas de formação, curso com as agricultoras, observamos uma carência na identidade, autovalorização das mulheres agricultoras, tanto em suas propriedades, quanto nos espaços de liderança. Através desse quadro de invisibilidade e submissão observado levou a criação da caderneta agroecológica, onde as mesmas poderiam registrar todo o seu trabalho no quintal e até mesmos os trabalhos em artesanato. Como relatado anteriormente, a Caderneta Agroecológica é uma metodologia construída a partir da contribuição de uma rede de organizações e objetiva fortalecer a luta das mulheres camponesas ao dar visibilidade ao aporte econômico e a produção gerada pelas agricultoras. Através do registro diário do que doam, vendem, consomem e trocam de insumos e produtos dos quintais, o trabalho de sistematização dessas informações, convertendo toda a produção anotada em renda monetária, alimentou uma série de discussão com mulheres que participaram do projeto (MDA, 2019, p. 3-4).

É ressaltado o espaço do quintal produtivo porque ele apresenta características próprias. De acordo com Santos *et al.* (2013), os quintais produtivos agroecológicos são espaços definidos e delineados levando em conta as necessidades das comunidades. Estes vão

além dos limites do cultivo das plantas e criação de animais. Isso faz com que os quintais sejam facilmente confundidos com as áreas de ocorrência natural das espécies. Este cenário, bastante presente na realidade amazônica, retrata a dificuldade em definir o perímetro dos quintais.

Já o boletim Teia Agroecológica (2019) enfatiza o poder das mulheres sobre o espaço dos quintais. De modo geral, na agricultura familiar, são os homens que definem o que, como e onde plantar, com exceção dos quintais e os arredores das casas, que são espaços de autonomia das mulheres. Essa área é destinada à produção de hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, algumas culturas de lavoura, criação de pequenos animais e sementes.

Quando não monitorada, toda essa produção deixa de revelar a renda que representa, principalmente porque grande parte dos alimentos é consumida pela própria família, amigas (os) e vizinhança. Além disso, os produtos são comercializados aos poucos, sendo que o dinheiro recebido também é gasto ao longo da semana. Nessa situação, o montante gerado a partir do trabalho das agricultoras muitas vezes não chega a ser contabilizado. Por outro lado, a cultura tida como “principal” da unidade familiar é, geralmente, comercializada uma vez ao ano, gerando um alto montante de dinheiro. Nesse contexto, famílias agricultoras tinham a ilusão de que estavam recebendo muito mais com a “cultura de mercado” do que com aquela feita em menor escala nos quintais. No entanto, quando o valor recebido com a venda do café, por exemplo, é diluído ao longo de 12 meses e se descontam os gastos de mão de obra e de insumos da lavoura, percebe-se que o lucro é, muitas vezes, menor que o obtido com a produção nos arredores de casa. Assim, algumas das mulheres perceberam que a renda conquistada com seus cultivos era maior do que a obtida quando trabalhavam nas “safras principais”. A partir disso, houve uma substituição de mão de obra. Por exemplo, não foi mais preciso parar com a produção de quintais durante a época de colheita, como era de costume das famílias (TEIA AGROECOLÓGICA, 2019, não paginado).

Segundo Jancz *et al.* (2018), os quintais são espaços em que as mulheres combinam a horta e do pomar com a criação de pequenos animais e com o cultivo de plantas medicinais, decorativas e comestíveis. É, em síntese, uma área privilegiada em termos de experimentação e diversidade. As mulheres que dão base a esta pesquisa apontam que a produção cultivada nos quintais tende a ser não apenas responsabilidade, como território delas. Ou seja: decidem o que plantam, como, quanto e quando, ao passo que a roça é espaço de decisão masculina. Até a variedade da plantação é diferente. Nos quintais analisados, é dada preferência ao açaí, ao cupuaçu, à banana, a temperos variados (cheiro verde, pimenta de cheiro, jambu, caruru, chicória e outros), ao passo que no roçado é priorizado o cultivo de mandioca, milho, macaxeira, bacaba e a casa de farinha.

Pimenta (2018) ressalta que o espaço dos quintais representa uma área de saberes tradicionais, preservação da cultura alimentar e da complexidade expressa no produtivo e reprodutivo. Ao mesmo tempo em que há o cultivo de alimentos, há a sociabilidade. É espaço

de jogar bola, de conversar com as vizinhas, trocar experiências e frutas. Telles *et al.* (2018) caracterizam estes lugares de domínio das agricultoras como espaços de produção e da reprodução de saberes e experiências e que garantem a segurança alimentar e nutricional, as práticas sustentáveis – tanto ecológica quanto socialmente – de manutenção da agrobiodiversidade, de cuidados e de reprodução da vida.

Em encontro relatado por Alves *et al.* (2018, p. 11), usuárias da caderneta definiram o quintal agroecológico como “o espaço que elas produzem e que se reconhecem como responsável do trabalho”. Aqui, é importante ressaltar as várias facetas do que é trabalho produtivo: ele engloba desde a produção para o autoconsumo até a comercialização. Além disso, é um espaço livre de produtos químicos e, portanto, nascedouro de diversas experiências e manejos.

É, também, lugar de reprodução de sementes, mudas de plantas, socialização de produções – troca e doação –, conhecimentos, conversas e as relações sociais se desenvolvem. Relações essas que, ainda de acordo com por Alves *et al.* (2018, p. 11), “vão além do fator monetário, de compra e venda, pois outras relações, com diferentes valores e solidariedades, também se desenvolvem para manutenção da vida familiar e comunitária”.

Conforme Pimenta (2018), a caderneta é um instrumento com um potencial enorme de dar visibilidade e demonstrar o destino da produção agroecológica, bem como promover a reflexão sobre conceitos pouco questionados – principalmente a renda e o trabalho. A autora afirma que as cadernetas têm surpreendido as próprias agricultoras, que não tinham noção da importância do trabalho e da produção oriunda dos quintais. Isso porque normalmente as dimensões não englobadas pela venda e pela renda monetária passam despercebidas.

A caderneta agroecológica objetiva, por meio da sistematização do trabalho das agricultoras familiares, tornar visível o trabalho feminino na manutenção da unidade produtiva – os quintais produtivos –, bem como promover a geração de renda – inclusive a não visível – a segurança alimentar e nutricional e, por fim, a agroecologia (LOPES NETO *et al.*, 2015). Mesmo reconhecendo a importância e a utilidade desse instrumento, há que se destacar seu limite que, dado o propósito desse trabalho, está ancorado na não análise do trabalho de cuidados.

Dessa forma, esta subseção tem pretende enfatizar o modo de construção e a importância dessas cadernetas para o reconhecimento do trabalho doméstico como vital ao funcionamento da sociedade e, tão importante quanto, empoderado essas mulheres que, antes, viam-se (porque eram assim caracterizadas) como improdutivas. Além disso, pretende-se

identificar como esse empoderamento resultante da visualização da produção dos quintais agroecológicos impacta na estrutura familiar e social.

A caderneta agroecológica se apresenta como o instrumento com melhor encaixe para a presente pesquisa porque une diferentes debates propostos no presente trabalho: a soberania e a segurança alimentar, o gênero – sempre enfatizando as esferas de trabalho como definitivas na relação entre homens e mulheres – e o modo de vida contra-hegemônico propagado pelo movimento agroecológico.

Contudo, há que recordar que a caderneta foi pensada, num primeiro plano, para ser aplicada na Zona da Mata mineira. As diferenças nas formas de lidar com o território num país continental são enormes. O primeiro diz respeito ao perímetro dos quintais: as mulheres relataram dificuldades em delimitar o quintal de casa. Além das distâncias amazônicas, algumas comunidades ainda contam com quintais coletivos, o que também dificulta a mensuração. Já, no que diz respeito ao preenchimento das cadernetas, o maior desafio foi em relação aos períodos passados longe de casa, especialmente cuidando de enfermos da família – trabalho quase sempre reservado às mulheres. O analfabetismo, realidade de algumas mulheres aqui englobadas, é outra adversidade enfrentada.

Em função desses conflitos, é necessário entender a região aqui abordada, o que é feito no capítulo seguinte. Nele, ainda, buscamos entender como e porque o funcionamento dos mercados é uma construção social e, a partir desse passo, a compreensão de como a desestruturação das relações sociais é consequência direta da ascensão de um modelo dominante de mercado e, simultaneamente, reforça esse modelo. Em seguida, são expostas outras formas de entender o sistema econômico como um todo e, dentre elas, a economia feminista, uma das bases da caderneta agroecológica.

No passo seguinte, as teorias são desenvolvidas no espaço agrário amazônico, focando no Baixo Tocantins, são apresentadas. Essa contextualização é necessária para entender como as cadernetas se desenvolvem nessa região.

3 BASES TEÓRICAS

Em estudo publicado em 1975, Verena Martinez-Alier já trazia a fala das mulheres bóias-frias: “O homem trabalha porque é homem; a mulher, porque precisa”. Isto é, o trabalho constitui a própria identidade masculina, enquanto as mulheres estão como que provisórias no mundo do trabalho. O título de “provisórias” ou “estranhas” a um mundo onde sempre estiveram serve a uma desvalorização do trabalho das mulheres (MARTINEZ-ALIER, 1975 *apud* NOBRE, 2005a, p. 42).

As relações sociais são permeadas por estruturas de poder. Seja do branco sobre o não branco, do homem sobre a mulher, do heterossexual sobre o homossexual, do rico sobre o pobre. As múltiplas identidades do indivíduo, a forma dele se reconhecer ou ser reconhecido, também são influenciadas pelas ideologias – as quais são, por sua vez, fruto da elite – que dominam a sociedade no período. A identidade do oprimido é uma construção que serve aos interesses do opressor (BEAUVOIR, 1970; LAGARDE, 1990).

Neste emaranhado de relações hierárquicas, a mulher acumula, historicamente e de forma não remunerada, os trabalhos doméstico e reprodutivo, sendo o próprio trabalho doméstico enxergado como parte constitutivo do trabalho reprodutivo. A inserção feminina no mercado de trabalho não gerou uma redistribuição da atividade doméstica, e sim, uma sobrecarga – o trabalho doméstico continuou sendo sua responsabilidade, porém foi acrescido o trabalho assalariado.

Bourdieu (2015) aponta que, dentro dessa estrutura sexista, é criada uma divisão dos espaços aceitos como femininos e masculinos – elas ficam restritas à esfera doméstica, enquanto os homens são responsáveis pelo que diz respeito ao público, ressaltando tanto o mercado quanto a política. Poeschl (2000) ressalta que o capitalismo se desenvolveu junto com essa premissa, de restringir à mulher os papéis de mãe e esposa, cabendo a ela a reprodução da força de trabalho que compõe o trabalho não remunerado (GELINSKI; PEREIRA, 2005). A importância da divisão sexual do trabalho para o sistema capitalista consiste no baixo – ou nulo – custo da reprodução da mão de obra, da força de trabalho. Além disso, o trabalho doméstico também é responsável por parte do trabalho necessário à manutenção do sistema, realizado de forma invisível (FREITAS, 2007).

De acordo com Federici (2017), as relações coletivas, na sociedade feudal, constituíam uma força de poder para as mulheres. Os laços coletivos prevaleciam sobre os familiares, e a maior parte do trabalho feminino era realizado coletivamente. A divisão sexual do trabalho servia, em parte, como uma fonte de poder e proteção para as mulheres, em função da coletividade e da cooperação resultante desse processo de coletivização do trabalho feminino. Para que o capitalismo pudesse prosperar, foi necessário que tais laços fossem rompidos.

Bourdieu (2015) enfatiza esta estrutura. De acordo com o autor, a revolução industrial agravou a desigualdade entre os gêneros feminino e masculino, porque ficou estabelecido que o trabalho nas firmas seria responsabilidade masculina, enquanto o trabalho doméstico ficou relegado às mulheres. A inserção da mulher no mercado de trabalho alimentou estruturas opostas: ao passo que promoveu liberdade na trajetória feminina, ao permitir que ela pudesse acessar essa estrutura, também escancarou o trabalho doméstico como responsabilidade das mulheres.

A isso, Bourdieu (2015) acrescenta que a entrada da mulher na vida profissional serviu como prova de que a atividade doméstica não é socialmente reconhecida como um verdadeiro trabalho, e continuou a ser relegada à mulher. A libertação feminina, segundo o autor, acontecerá quando elas subverterem as estruturas básicas das esferas produtivas e circulatórias de bens simbólicos, porque estes representam uma liberdade aparente para que a mulher conquiste uma “submissão solícita”.

Nogueira (2010) destaca que, mesmo sendo a divisão sexual do trabalho um processo histórico – isso em função de conseguir se adaptar à sociedade da qual faz parte –, ela se mostra particularmente útil ao modo de produção capitalista. Isso porque a exploração da força de trabalho feminina no espaço reprodutivo garante a manutenção e a reprodução da mão de obra que vem a se estabelecer como força de trabalho disponível para o capital.

In a society in which money determines value, women are a group who work outside the money economy. Their work is not worth money, is therefore valueless, is therefore not even real work. And women themselves, who do this valueless work, can hardly be expected to be worth as much as men, who work for money. In structural terms, the closest thing to the condition of women is the condition of others who are or were also outside of commodity production, i.e., serfs and peasants (BENSTON, 1969, p. 4)¹⁷.

A isso, soma-se, também, a pouca valorização do trabalho feito pela mulher. Essa invisibilização vem de dois modos complementares. Em primeiro lugar, tem-se a não consideração do trabalho doméstico como trabalho e, além disso, ainda é considerado uma tarefa essencialmente feminina (CARRASCO, 2009). A segunda questão diz respeito ao acesso do dinheiro proveniente do trabalho feminino. Nobre (2005a), escrevendo sobre a área rural brasileira, aponta que, disso, decorre uma parcialidade no acesso e uso do dinheiro proveniente do trabalho da própria mulher. A autora aponta que o dinheiro derivado do

¹⁷ Tradução livre: “Em uma sociedade em que o dinheiro determina o valor, as mulheres trabalham fora da esfera assalariada. Seu trabalho não gera dinheiro, portanto não tem valor e não é, desse modo, sequer um trabalho real. E as mulheres que fazem esse trabalho invisível dificilmente podem valer tanto quanto um homem que trabalha e recebe salário. Em termos estruturais, o mais próximo da condição feminina é a condição de outros que estão fora da economia de mercado, ou seja, servos e camponeses”.

trabalho feminino – venda de hortaliças e plantas de modo geral, produção de bolos, pães, artesanato e demais tarefas conciliadas com o trabalho reprodutivo – não chega às mãos da própria trabalhadora.

De acordo com Nobre (2015), a divisão sexual do trabalho é a base material da opressão sobre as mulheres e ela se fundamenta na separação entre casa e trabalho, bem como na hierarquia dada às tarefas – atividades tidas como masculinas tem mais valor na sociedade capitalista e patriarcal. A sociedade capitalista também se estrutura pela separação entre produção de mercadorias, que são os bens e serviços com valor no mercado, e a reprodução da vida e da mão-de-obra.

Segundo Bourdieu (2015), o domínio masculino fica evidente por meio da sua ausência de justificativa: o homem é tido como neutro, e a posição feminina é constantemente ressaltada e apontada. Seja por meio da linguagem, da divisão social do trabalho ou dos próprios modelos representativos dos indivíduos – por exemplo, o *homo economicus*, que, de acordo com Van Staveren (2001) e Nelson (1995), representa o masculino, ou uma visão mecanicista dele.

Essa representação parcial do sujeito homem e a não representação da mulher em modelos econômicos ancorados no *homo economicus* resalta o distanciamento entre homens e mulheres e as relações sociais entre indivíduos no mundo real. A estrutura capitalista tradicional, amparada no *homo economicus*, baseia-se na busca pelo lucro e pela maximização dos prazeres individuais, sem que a dimensão coletiva seja considerada.

Porém, ao analisar os traços que compõem sociedades não ancoradas na busca pela monetarização e lucros da produção – há, também, a presença de redes de solidariedade e acolhimento que marcam as relações entre as mulheres – é vista certa rejeição ao modelo de comportamentos individuais centrado no *homo economicus*. A isso, Polanyi (2012) chama “falácia economicista”. Essa ideia engloba, além do homem racional da economia, a tendência a compreender, identificar a economia humana com a sua forma de mercado.

Além disso, Costa e Fernandes (2016) apontam que os mercados não são – e, originalmente, nunca foram – instituições autônomas, tal como sugere a economia neoclássica. Então, os mercados se constroem – e se mantêm – em sintonia com um conjunto de instituições que o regulam e o dão condições de estabilidade, trazendo, entre si, relações de poder. Nesse sentido, Granovetter (2007) enfatiza que a maior parte do comportamento humano está fortemente enraizada em redes de relações interpessoais, ao contrário do que prega a economia neoclássica.

Polanyi (2000) afirma que o selvagem individualista, que caça para prover apenas a si e sua família, nunca existiu. A prática de satisfazer apenas as necessidades domésticas familiares se tornou hábito em determinado nível da agricultura e do sedentarismo. Ainda assim, esse costume não estava relacionado ao ganho/lucro ou à instituição mercado. Foi com a ascensão do mercado e as transformações que este gerou sobre as relações sociais e a mercantilização da terra que torna o sujeito auto-interessado, menos voltado para a sociedade. Esse período de ascensão da sociedade de mercado é marcado pela submissão forçada das mulheres. A caça às bruxas foi, segundo Federici (2017), uma forma de romper as fortes relações de solidariedade entre as mulheres. Além disso, tal movimento objetivava destruir o controle reprodutivo feminino, preparando o terreno para um sistema mais opressor e mais patriarcal – e da separação entre as esferas produtiva e reprodutiva, tornando esta uma obrigação feminina.

[...] a transição para o capitalismo é uma questão primordial para a teoria feminista, já que a redefinição das tarefas produtivas e reprodutivas e as relações homem-mulher nesse período, ambas realizadas com a máxima violência e intervenção estatal, não deixam dúvidas quanto ao caráter construído dos papéis sexuais na sociedade capitalista. [...] na sociedade capitalista a identidade sexual se transformou no suporte específico das funções do trabalho, o gênero não deveria ser tratado como uma realidade puramente cultural, mas como uma especificação das relações de classe (FEDERICI, 2017, p. 20-21).

Benston (1969) aponta que o trabalho doméstico constitui parte significativa da produção requerida pela sociedade e, mesmo assim, ele não é considerado trabalho porque não está englobado pelo mercado de trabalho. A autora destaca que a manutenção da divisão do trabalho entre os gêneros e a não remuneração pelo trabalho doméstico/feminino são essenciais para o desenvolvimento do sistema capitalista por dois motivos. O primeiro diz respeito ao custo do trabalho não remunerado para os donos dos meios de produção. O pagamento pelas atividades domésticas – mesmo que pouco – impactaria em uma forte distribuição de renda. E a segunda razão se refere à capacidade de absorção de parte massiva da mão de obra feminina pelo mercado de trabalho. Com a inserção dela no mercado de trabalho remunerado, fica evidente a responsabilidade que a mulher tem sobre o trabalho doméstico, porque a redistribuição deste não ocorreu de forma significativa.

Nesse mesmo sentido, Bauman (2003) afirma que, além da separação entre as esferas produtiva e reprodutiva, a divisão entre casa e trabalho – iniciada com o modelo de sociedade desenvolvido durante a revolução industrial – tem como objetivo vulnerabilizar o sujeito. Tirá-lo da teia de comunidade e sensação de segurança em que vivia para, com a promessa de liberdade, o desestruturar e o reorganizar como parte de uma massa operária. A ideia de

liberdade, nesse caso, serviu apenas como estágio provisório para que a sociedade fosse reorganizada atendendo aos interesses da classe dominante.

De acordo com Federici e Cox (2012), o modelo familiar tal qual conhecido atualmente é uma criação do capital para o capital. Longe de ser uma estrutura pré-capitalista, a disposição das famílias é uma instituição que serve pra garantir tanto a quantidade quanto a qualidade da força de trabalho. Nessa direção, o capital, no período de ascensão da sociedade de mercado, teve de incrustar essa ideia de que o trabalho doméstico é algo natural, inevitável e até revigorante como forma de torna-lo não remunerado. Essa ação, conseqüentemente, tirou a parte laboral dessa atividade, o que fez com que as mulheres nem pudessem se opor ao mesmo e, caso se opusesse, seria tratado como vitimização (FEDERICI, 2012).

Quando o debate sobre a relação entre o trabalho de cuidados e o mercantil desaparece das análises de contexto econômico, o trabalho reprodutivo fica escondido e as pessoas que exercem esta função se tornam socialmente invisíveis, mesmo responsáveis por uma atividade essencial ao funcionamento da sociedade. Picchio (2018) aponta que não é o trabalho doméstico que fica escondido, mas sim a relação capitalista entre produção e reprodução e a dependência da primeira em relação à segunda. Tratar este problema como vitimização feminina faz com que ele, uma questão central em qualquer sistema econômico, seja um problema restrito às mulheres.

O trabalho doméstico da mulher desaparecia, então, ao lado do trabalho produtivo do homem; o segundo era tudo, o primeiro um anexo insignificante. O direito paterno substituiu-se então ao direito materno; a transmissão da propriedade faz-se de pai a filho e não mais da mulher a seu clã. É o aparecimento da família patriarcal baseada na propriedade privada (BEAUVOIR, 1970, p. 75).

Uma das conseqüências desse processo de hierarquização é, segundo Federici (2017), a separação entre os trabalhos produtivo e reprodutivo. Dessa forma, é ressaltada a desigualdade entre estes trabalhos dentro das estruturas de poder. O objetivo desse recorte é de mostrar como a sociedade patriarcal e, destacadamente, o trabalho feminino não remunerado foram – e são – fundamentais para a ascensão e consolidação do capitalismo.

Beauvoir (1970) e Federici (2017) colocam que não apenas a ideia de liberdade, mas, sim, a formulação de um sujeito ideal serve aos interesses de uma classe dominante. E, sobre a anulação da identidade feminina individual em prol da mulher esperada, desejada e construída pelo capitalismo, afirma Davis (2016, p. 16):

A clivagem entre a casa e economia pública, trazida pelo capitalismo industrial, estabeleceu a inferioridade feminina mais firmemente do que nunca antes. “Mulher” tornou-se um sinônimo da propaganda prevalecente de “mãe” e de “dona-de-casa”, e ambas “mãe” e “dona-de-casa” eram uma marca fatal de inferioridade.

Foi apenas no final da Idade Média que os mercados ganharam dimensão e importância no sistema econômico. Até então, prevaleciam outros padrões institucionais. É a partir do século XVI que os mercados se tornaram tão numerosos. Durante o mercantilismo, eles configuraram a preocupação central dos governos. Porém havia forte controle sobre os mesmos. A ideia de um mercado auto regulável sequer existia (POLANYI, 2000).

O sistema econômico, até a época da revolução industrial, estava embutido nas relações sociais; o mercado configurava uma estrutura complementar às instituições gerais, altamente controladas por autoridades sociais. O autor ressalta que o papel atribuído aos mercados na economia interna tem uma guinada. Antes se mostrava insignificante e houve uma mudança total, tornando-o o fator primeiro na economia de um país.

De acordo com Polanyi (2000) e Chayanov (1975), o individualismo, em detrimento dos interesses coletivos, é resultado da ascensão da sociedade de mercado e dos seus efeitos – mercantilização da terra e alteração nas relações sociais. Historicamente, a comunidade busca satisfazer as necessidades de subsistência de todos os indivíduos, fazendo com que o interesse econômico individual raramente seja predominante. Segundo Polanyi (1994), em uma economia de mercado, o funcionamento de mercado não apenas influi sobre os outros aspectos da sociedade, mas os determina.

Polanyi (2012) cita, entre outros, os estudos de Malinowski sobre uma comunidade do Sudoeste de Nova Guiné para contrapor o mito do “selvagem individualista”. Ele mostra que a própria subsistência do indivíduo está relacionada a práticas seculares de reciprocidade entre membros de grupos diferentes. Além disso, a motivação dessas trocas é resultado de processos diversos – o orgulho pelo reconhecimento público, por exemplo. O autor se baseia nesses estudos antropológicos para reafirmar que tanto a produção quanto a distribuição de bens materiais está historicamente imersa em relações sociais sem motivação econômica.

Bauman (2003) relaciona a ascensão da sociedade de consumo com a confrontação entre as teorias do valor trabalho – vinculada a Smith, Ricardo, Marx e Mill – e da utilidade marginal (Menger, Jevons e Walras), datada do último quartel do século XIX. Ao contrário do que aponta Marx, de que o que dá valor às coisas é o trabalho humano necessário à produção, foi exposto que é o desejo em busca de satisfação que dá valor à mercadoria. Bauman (2003, p. 117-118) acrescenta que “quando isso aconteceu, ficou claro que (como disse Jean-Joseph Goux) ‘para criar valor, basta criar, por qualquer meio, uma intensidade suficiente de desejo’ e que ‘o que em última análise cria o valor excedente é a manipulação do desejo excedente’”.

Essa noção de comunidade tende a moldar o comportamento individual, no sentido de eliminar o auto-interesse econômico do seu consciente. Assim, de acordo com Polanyi (2000) um comportamento predatório a nível individual seria quase incapaz de ser compreendido. Essa atitude de buscar o bem coletivo é reforçada pela frequência de atividades comunitárias, tais como a divisão do alimento.

O valor fundamental é a manutenção dos laços sociais. Isso decorre de duas razões. A primeira diz respeito à marginalidade que incorre sobre o indivíduo ao se afastar da comunidade. A segunda é que, no longo prazo, as obrigações sociais são recíprocas; logo, o seu cumprimento acaba por satisfazer melhor aos interesses individuais de dar e receber (POLANYI, 2000, p. 66). O sistema econômico é função da organização social. Ele é parte de um todo e não pode ser encarado como elemento isolado e único determinante das ações humanas.

Dessa forma, Chayanov (1975) diz que a teoria moderna da economia tem tendências a pensar todos os fenômenos econômicos em relação exclusiva com a economia capitalista. Todos os princípios dessa teoria – enfatizando renda, capital e preço – se formam dentro de uma economia baseada no trabalho assalariado, o qual se configura pela busca do máximo de benefícios possíveis. Todas as formas alternativas (ou não capitalistas) de vida são desconsideradas, sendo tidas como insignificantes ou em processos de extinção. O erro dessa abordagem, ainda de acordo com Chayanov (1975), está no fato de que parte considerável da vida econômica – principalmente no que tange à produção agrária – se baseia em uma forma de vida não capitalista.

Sabemos que la mayoría de las explotaciones campesinas de Rusia, China, la India y casi todos los Estados no europeos, y aun muchos europeos, ignoran las categorías de trabajo asalariado y salario. Incluso un somero análisis teórico de sus fenómenos económicos específicos no siempre encajan dentro del marco de la economía clásica ni en la teoría moderna de la economía que de ella se deriva. Tenemos que ir más allá de este marco conceptual de la economía si hemos de realizar un análisis teórico de nuestro pasado económico (CHAYANOV, 1975, p. 15-16)¹⁸.

De acordo com Bauman (2003), o capitalismo destrói as comunidades autossustentadas e autoreprodutivas, isso porque “a ordem global precisa de muita desordem local ‘para não ter o que temer’” (BAUMAN, 2003, p. 96). Segundo Polanyi (2000, p. 127), a criação (ou descoberta) dos postulados econômicos foi difundida de forma a os posicionar

¹⁸ Tradução livre: “Sabemos que a maioria das fazendas campesinas da Rússia, China, Índia, quase todos os estados não europeus e até alguns europeus, ignoram as categorias de trabalho assalariado e salário. Mesmo uma breve análise teórica de seus fenômenos econômicos específicos nem sempre se enquadra da estrutura da economia clássica ou na teoria moderna da economia que dela deriva. Temos que ir além desse arcabouço conceitual da economia se quisermos fazer uma análise teórica do nosso passado econômico”.

acima de qualquer dúvida ou suspeita sobre a capacidade real de responder os comportamentos humanos. E, como forma de fazer valer essas leis, valores como a compaixão e a solidariedade passaram a ser considerados não espontâneos.

Polanyi (2000) destaca que, desde o fim do século XVIII, o pensamento econômico é um dos responsáveis por sustentar a desvalorização dos trabalhos doméstico e reprodutivo, porque associa o trabalho com o mercado, a esfera pública e remunerada. Outro fator de suma importância para a desvalorização dos trabalhos reprodutivo e de cuidados foi a designação dada a donas de casa.

A própria ascensão do sistema capitalista e a sua solidificação como modelo hegemônico mostra uma história de constante dismantelamento de formas coletivas de vida, altamente presentes no feudalismo e que necessitavam ser combatidas para que o capitalismo – que se baseia, entre outros, no individualismo – pudesse prosperar (FEDERICI, 2017). Essa transformação não se restringiu a um aspecto da vida. Ela foi – e continua sendo – a construção de um operário ideal, tal como é feito com máquinas.

É inculcido o ideal de que “o trabalho dignifica o homem”, de que quem está fora da forma que molda o trabalhador modelo do sistema capitalista é preguiçoso. A identidade do oprimido é uma construção que serve aos interesses do opressor. Ele é construído segundo um molde, tal qual uma mercadoria; é um sistema de produção. É uma ideologia que, ao separar o trabalho das demais atividades cotidianas e submetê-lo às leis do mercado, substituiu as formas orgânicas e coletivas de vida por uma sociedade atomista e individualista (POLANYI, 2000).

No entanto, a violência das classes dominantes não se limitou a reprimir os transgressores. Também apontava para uma transformação radical da pessoa, pensada para erradicar do proletariado qualquer comportamento que não conduzisse à imposição de uma disciplina de trabalho mais estrita (FEDERICI, 2017, p. 243).

Essa noção de dependência do homem – proletário – em relação ao trabalho – remunerado – está intimamente ligada à ascensão do capitalismo. Ela serve ao propósito de impedir a dissociação do ser humano com seu trabalho, colocando como inútil ou inválida qualquer forma alternativa de organização social. A respeito da dificuldade de impor essa ideologia sobre a população, Hill (1975 *apud* Federici, 2017) escreve que:

Os trabalhadores e artesãos expropriados não aceitaram trabalhar por um salário de forma pacífica. A maior parte das vezes se converteram em mendigos, vagabundos e criminosos. Seria necessário um longo processo para produzir mão-de-obra disciplinada. Durante os séculos XVI e XVII, o ódio contra o trabalho assalariado era tão intenso que muitos proletários preferiam arriscar-se a terminar na forca do que a se subordinarem às novas condições de trabalho (HILL, 1975 *apud* FEDERICI, 2017, p. 241).

Essa construção de um sujeito trabalhador ideal é ainda mais forte no caso das mulheres. Isso porque a precarização na esfera de trabalho assalariada é maior – salários inferiores, maior dificuldade de ascensão na carreira e maior ocorrência feminina em postos que não exigem qualificação, insalubres e temporários¹⁹.

Com a ascensão do sistema de mercados, há um ponto de inflexão: a economia deixa de estar embutida nas relações sociais, e as relações sociais passam a ser componente do sistema econômico. A economia se transforma no fator primeiro para a organização e existência das sociedades. Ela, por sua vez, precisa ser modelada de forma a permitir que o sistema econômico funcione de acordo com suas próprias leis. Polanyi (2000) afirma que a economia de mercado precisa de uma sociedade de mercado para que possa se manter.

De acordo com Carrasco, Borderías e Torns (2011), é esse processo que determina a posição do indivíduo no mercado de trabalho remunerado. Consequentemente, é por meio dele que são determinadas as bases das condições de vida da população, bem como a estrutura das relações entre classes sociais e a distribuição de renda. As autoras ressaltam a importância do processo de reprodução social para a posição individual do sujeito, bem como a necessidade dos trabalhos realizados fora da esfera remunerada para o mesmo.

[...] el trabajo doméstico integrado en el trabajo de reproducción incluiría la producción de bienes materiales para el mantenimiento físico de las personas (alimentación, higiene, salud, etc.), pero también el cuidado directo de los niños y niñas y de las personas adultas que constituyen la fuerza de trabajo, además de la difícil gestión de los afectos y de las relaciones sociales; es decir, el núcleo fundamental de lo que hoy conocemos como trabajo de cuidados (CARRASCO; BORDERÍAS; TORNS, 2011, p. 31-32)²⁰.

A resistência sobre a terra, a superação da divisão sexual do trabalho e a própria soberania alimentar, a qual está atrelada ao direito à terra e ao próprio corpo – estão relacionadas ao enfrentamento do sistema hegemônico patriarcal e capitalista. Essa forma de resistir se liga à própria ascensão da sociedade de mercado, que se deu por meio, entre outros, da precarização das questões aqui colocadas. Então, ao colocar o alimento, as relações sociais não baseadas no lucro, a forma de lidar com a terra e com a produção e a reprodução no centro da análise, busca-se contribuir em um debate mais humano, e menos mecanicista, sobre

¹⁹ A respeito da precarização do trabalho feminino no mercado de trabalho (principalmente no que tange à jornada de trabalho, à desigualdade salarial e à insalubridade), ver Nogueira (2004), Hirata (2010) e Picchio (2018).

²⁰ Tradução livre: “[...] o trabalho doméstico, integrado ao trabalho de reprodução, incluiria a produção de bens materiais para a manutenção física das pessoas (alimentação, higiene, saúde, etc.), mas também o cuidado direto com crianças e com pessoas adultas que compõem a força de trabalho, além da difícil gestão dos afetos e das relações sociais; ou seja, o núcleo central do que hoje conhecemos como trabalho de cuidados”.

o indivíduo e a sua presença na sociedade por meio das relações de trabalho, neste caso, específico, na relação com a terra, com fonte de trabalho e de vida.

No sentido de costurar os temas propostos, este capítulo parte de quatro discussões centrais: a economia feminista, que está ligada a este trabalho por propor a sustentabilidade da vida como propósito central das ações sociais e individuais. A economia pós desenvolvimentista, que está baseada nos modos de organização social e vida construídos pela e para a sociedade, ancora a agroecologia como fonte de resolução de conflitos. A economia invisível e a sociologia das ausências, que tratam da dicotomia criada entre um dominante e vários alternativos e o caminho que permite romper essa dualidade. Por fim, já adentrando na realidade amazônica, é exposto, em um primeiro momento, a região aqui abordada.

Assim sendo, a abordagem seguinte pretende expor os elementos teóricos de análise da construção social de mercados, bem como a sua dinâmica no âmbito da agroecologia e o seu desenvolvimento no Nordeste Paraense. Busca-se estabelecer uma ligação entre esta nova abordagem de mercados, a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e a sustentabilidade da vida. A sustentabilidade da vida e a construção social de mercados partem de pilares semelhantes porque ambas propõem um modelo de sociedade e economia que rompem com os padrões vigentes, em que a questão central gira em torno do lucro.

3.1 Mercados como construção social

(...) el trabajo y la tierra fueron transformados en mercancías, es decir fueron tratados como si hubiesen sido producidos para ser vendidos. Es obvio que no eran mercancías porque no habían sido totalmente producidos (como la tierra) o, en el caso contrario, no habían sido producidos para ser vendidos (como el trabajo). (...) Adquiriendo y vendiendo libremente el trabajo y la tierra, se logró aplicarles el mecanismo del mercado. Ahora había oferta y demanda de trabajo, oferta y demanda de tierra. En consecuencia, había un precio de mercado, llamado salario, para el uso de la fuerza de trabajo y un precio de mercado, llamado renta, para el uso de la tierra (POLANYI, 1994, p. 253)²¹.

A partir do momento em que tanto a terra quanto o trabalho passaram a ser tratados como mercadoria, a compreensão dos mercados mudou para a que é a dominante até hoje: a defendida pela economia clássica, em que a regulação se dá unicamente por meio do equilíbrio entre oferta e demanda. Polanyi (2000) aponta que a desestruturação das relações

²¹ Tradução livre: “O trabalho e a terra foram transformados em mercadorias, passaram a ser tratados como se tivessem sido produzidos para serem vendidos. É óbvio que não eram mercadorias porque não haviam sido totalmente produzidos (como a terra) ou, em caso contrário, não haviam sido produzidos para serem vendidos (como o trabalho). [...] Adquirindo e vendendo livremente o trabalho e a terra, eles passaram a ser submetidos aos mecanismos do mercado. Agora havia oferta e demanda de trabalho, oferta e demanda de terra. Em consequência, havia um preço de mercado, chamado salário, para o uso da força de trabalho e um preço de mercado, chamado renda, para o uso da terra”.

humanas é consequência direta da ascensão deste sistema auto regulável de mercados. A economia de mercados é definida como sendo dirigida pelos preços de mercado, e nada além disso. A importância dada a instituições financeiras é sem precedentes. Historicamente, a economia humana está relacionada às relações sociais que compõem o indivíduo.

Ao contrário do que a economia clássica prega por meio do *homo economicus*²², o sujeito não age de acordo com seu interesse na posse de bens materiais, e sim conforme pautas sociais – situação, exigências, patrimônio. Os bens materiais são valorizados quando servem a tais questões sociais. Dessa forma, os processos de produção e distribuição não estão relacionados exclusivamente à posse de bens, e sim a interesses sociais.

Perez-Cassarino (2012) ressalta o caráter antissocial do mercado, o qual, imerso no pressuposto da livre concorrência e mediante a alienação do trabalho, “pretende uma condição de autorregulação, baseada na autonomia de escolha dos indivíduos, independentemente das motivações e das condições históricas que situam estes indivíduos no mercado” (PEREZ-CASSARINO, 2012, p. 243). Além disso, o autor enfatiza que por ser baseado nos interesses individuais e, portanto, estruturado a partir de relações impessoais, o mercado tende a moldar ou afastar regras éticas e morais ao seu critério. Também é consequência do domínio individual e material do mercado, a oposição à comunidade e à solidariedade. Os laços comunitários funcionam como uma espécie de obstáculo ao pleno funcionamento dos mercados.

Quanto maior a capacidade de prover as necessidades humanas dotando-as de sentido existencial, aquecendo-as por laços sociais diretos, evitando que congelem sob o sopro das funções objetivas do mercado, da burocracia e das corporações, mais se avança numa direção oposta ao capitalismo (ABRAMOVAY, 2009, p. 66).

Abramovay (2009) vai ao encontro de Chayanov (1975) e Polanyi (1994) ao afirmar que a sociedade de mercado tenta dissociar o indivíduo das suas redes de relações. Segundo o autor, o mercado está baseado na ideia de que não há laços de dependência pessoal entre os envolvidos. Além disso, Abramovay (2009) afirma que os mercados não são instituições anônimas e autônomas em que eventualmente e de maneira casual, trocadores se encontram, orientados pelos preços. Porém ele também não deve ser encarado como entidades em que as pessoas apenas obedecem, sem que haja questionamento, a imposições que vão além da própria vontade, como se fossem máquinas.

²² Agente econômico típico dos modelos econômicos. Nelson (1995) destaca que ele é construído como um Robinson Crusoe, sem relações sociais ou interferências externas que possam vir a moldar seu comportamento. E, de acordo com Van Staveren (2001), ele se apresenta de forma mecanicista. Ainda segundo a autora, essa abordagem não leva em conta as experiências de homens e mulheres reais. A racionalidade desse indivíduo está restrita a uma visão branca, ocidental e masculina da razão.

Nesse sentido, Perez-Cassarino (2012) argumenta que mesmo nas economias de mercado mais avançadas, a ação econômica está enraizada em relações sociais e não se dá conforme a economia neoliberal. Dessa forma, os mercados devem ser encarados como uma arena que retrata a sociedade que o constrói. Nele estão presentes inúmeros valores, conflitos, estruturas e regras que constituem o espaço em que o mercado está inserido. O mercado funciona como uma espécie de produto dos comportamentos e rotinas constituídas no meio em que se desenvolvem.

Em síntese, o entendimento a respeito dos mercados não é o mesmo da perspectiva de mercado adotada pela economia neoclássica, em que este é regulador da vida econômica e social. O mercado, mesmo nas economias capitalistas, é produto social. Como tal, ele assume diferentes formas dependendo do meio em que se encontra. A própria decisão econômica, como aponta Perez-Cassarino (2012), não pode ser interpretada como consciência pura, sem passado ou pressão social. A crítica fundamental é ao caráter essencialmente antissocial do mercado capitalista que, por meio tanto da alienação do trabalho quanto da livre concorrência, busca uma condição de autorregulação. Esta condição é baseada na formação do indivíduo como *homo economicus*, que desconsidera as condições históricas e sociais que formam esse sujeito.

Há uma tentativa de considerar o sistema econômico como regido unicamente por motivações econômicas. Porém, como aponta Vinha (2001, p. 5): “nenhuma outra sociedade além da nossa foi controlada por um padrão institucional definido como um sistema auto-regulável dirigido pelos preços, não sofrendo interferência de nenhum outro fator externo”. Em outras palavras, a economia nunca foi fator determinante da vida social; a necessidade de manter a sociedade é que levou os homens a se organizarem economicamente. Granovetter (2007) afirma que é necessário, sim, levar em conta o ambiente em que o indivíduo está inserido, mas, tão importante quanto, é reconhecer a liberdade de agência dele. Ao passo em que não é uma máquina incapaz de ser influenciada por elementos externos, também não é uma ameiba incapaz de pensar por conta.

Os atores não se comportam nem tomam decisões como átomos fora de um contexto social, e nem adotam de forma servil um roteiro escrito para eles pela intersecção específica de categorias sociais que eles porventura ocupem. Em vez disso, suas tentativas de realizar ações com propósito estão imersas em sistemas concretos e contínuos de relações sociais (GRANOVETTER, 2007, p. 9).

Tendo em vista a importância das redes sociais no comportamento econômico dos agentes, Perez-Cassarino (2012, p. 247) afirma que “a leitura da construção de mercados enraizados em redes de relações interpessoais traz para o centro da análise a influência do

tempo presente da vida social na ação econômica”. E é a partir dessas redes que relações de confiança ou oportunismo são estabelecidas. Dessa forma, o ato econômico passa a priorizar a relação com indivíduos com histórico de confiabilidade.

Essa conexão baseada na reputação dos indivíduos indica que a ação econômica é, também, uma ação social. Isso porque, por meio dos mercados, as pessoas buscam, além do lucro, sociabilidade, reconhecimento e poder (PEREZ-CASSARINO, 2012). Esta abordagem reconhece que os mercados, muito além de serem resultado da racionalidade econômica, são a consequência de uma construção social carregada de lutas – interesses, relações de poder e conflitos.

Raud-Mattedi (2005 *apud* PEREZ-CASSARINO, 2012) faz uma crítica à leitura de mercados proposta por Granovetter ao comentar que a relação mercantil é uma relação social sem, contudo, precisar passar pelas relações pessoais. Por isso, é necessário lembrar do papel das instituições, das normas jurídicas e morais, que atuam sobre a relação de troca, visando reduzir os riscos e oportunismos.

De acordo com Perez-Cassarino (2012, p. 244), “a crítica passa a se focar, então, no caráter de desagregação social deste mercado e em sua determinação em impor suas regras como o único caminho para a organização da sociedade”. É necessário, então, distinguir a noção ampla e diversa de mercado da perspectiva hegemônica do mercado capitalista que, hoje, é entendida como a única forma de organizar a economia. O mercado deve, então, ser tratado como algo plural, visto que as suas configurações são diversas, variando principalmente em função do contexto sociocultural em que estas relações de troca estão inseridas.

Porém, a isso se soma o próprio sistema de desigualdades reafirmado pelo mercado. Estas relações baseadas na disparidade de tratamento confrontam a visão do sujeito racional, o *homo economicus*. As sociedades são compostas por relações desiguais – as mais frequentes dizem respeito a gênero, etnia e classe social – e não é possível entender a interação entre pessoas no próprio mercado encarando-o como arena de relações impessoais e sem levar em conta tais particularidades.

Dentro destas noções contra-hegemônicas de mercado, são várias as relações que dão suporte a um sistema de mercado não baseado no lucro, na compra e venda. Dentre essas, as mais frequentes no universo em questão são a produção destinada ao autoconsumo, as trocas e as doações. Além disso, Perez-Cassarino (2012) ressalta que, no caso da agricultura familiar, questões como a forma de acesso aos mercados e o nível de dependência das relações de compra e venda estão diretamente relacionadas com a autonomia e a reprodução social das

famílias. A relação com os mercados tem a função de estabelecer vínculos com o ambiente exterior das propriedades e comunidades agroecológicas.

A perspectiva agroecológica conduz a outra concepção de mercado, muito diferente do mercado convencional. Para este, as regras e funcionamento estão acima das pessoas, não importam as relações entre produção e consumo, mas simplesmente o consumo e o lucro que se obtém. Para a agroecologia, importa o que e como se produz, de forma sustentável, livre de agrotóxicos, de modo a conservar a agrobiodiversidade, valorizar as culturas regionais. Importa a aproximação entre produtoras/es e consumidoras/es e relações transparentes e de confiança (PIMENTA, 2018, p. 89).

É necessário questionar a perspectiva dominante da economia para que seja possível fortalecer alternativas para a circulação de bens e serviços. Assim, segundo Pimenta (2018, p.27), “é possível construir um mercado social, que se oriente pela valorização do trabalho embutido na produção e permita um consumo diversificado e crítico”. Além disso, o mercado é, como indica o título desta subseção, construção social. Portanto, são mercados. No plural.

O mercado com O maiúsculo, o *mainstream*, o do agronegócio, ele representa apenas um dentro da seara. Ou seja, não é como se as mulheres ou mesmo a agroecologia estejam negando o mercado, mas, sim, uma forma específica dele. Os demais mercados, talvez menos imponentes diante d'O mercado, também existem. E, por ser fruto da sociabilidade humana, essa instituição quase intocável no sistema capitalista pode ser construída de maneira diferente. O diferente permeia desde as relações de circulação de valor que não necessariamente são monetárias, outras formas de produção e, ainda, de comercialização.

A caderneta agroecológica mostra que esse mercado existe. E mostra, também, a rejeição dessas agricultoras agroecológicas a um sistema de mercado que as marginaliza. Fica evidente a construção de um modo de sociedade ancorado em formas de fazer economia, sociedade e vida de forma diferente.

3.2 Outras economias

Há muito pouco consenso em jogo, por exemplo, no fato de que o encontro de Flaubert com uma cortesã egípcia tenha produzido um modelo amplamente influente da mulher oriental; ela nunca falou de si mesma, nunca representou suas emoções, presença ou história. *Ela* falava por ela e a representou. Ele era estrangeiro, comparativamente rico, homem, e estes eram fatos históricos de dominação que permitiram não apenas que ele possuísse Kuchuk Hanem fisicamente como também que ele falasse por ela e contasse aos seus leitores de que maneira ela era "tipicamente oriental" (SAID, 2007, p. 33).

A dicotomia passa a ideia de que um só é em função do outro. Uma relação de poder e subalternidade é estabelecida e, ao passo em que existe um dominante, os demais são encarados como alternativos, reféns da relação de subalternidade. Estes são, também,

necessários na construção opositória do que é o dominante. Said (2007) usa a relação Ocidente/Oriente para exemplificar como a criação de uma oposição serve a propósitos de busca pela hegemonia e autoafirmação. O orientalismo é a criação do Outro de modo a permitir a consolidação do Eu como oposto ao Outro e a dominação sobre esse Outro, ao expressá-lo como insuficiente, incapaz ou limitado à percepção do Eu sobre o Outro.

O mesmo raciocínio pode ser aplicado à economia. A economia invisível só existe (de forma subalterna) porque existe uma economia *mainstream* que se coloca como oposta. A economia invisível – incluindo a economia doméstica, as formas alternativas de produção e os diferentes modos de encarar o sistema econômico – é tornada invisível. As formas alternativas de produção são alternativas porque há uma forma dominante.

A América Latina tem a sua história indissociável dos projetos de desenvolvimento pensados pelo resto do mundo e das trajetórias de resistência construídas em seu interior. O modelo desenvolvimentista, por exemplo, é uma espécie de conservadorismo, porque parte da ideia eurocêntrica de que as estruturas socioeconômicas formadas na Europa capitalista podem ser replicadas na América Latina, sem que as particularidades das várias regiões que a integram sejam consideradas (ARQUIVO CELSO FURTADO, 1970). As estruturas são pensadas de fora para dentro, as políticas são impostas dessa forma – tal como mostra o trecho do documento “Measures for the economic development of underdeveloped countries”, de 1951, elaborado pela ONU:

There is a sense in which rapid economic progress is impossible without painful readjustments. Ancient philosophies have to be scrapped; old social institutions have to disintegrate; bonds of caste, creed and race have to be burst; and large numbers of persons who cannot keep up with progress have to have their expectations of a comfortable life frustrated. Very few communities are willing to pay the full price of rapid economic progress (UNITED NATIONS, 1951, p. 13)²³.

Escobar (2005) identifica, ao longo dos últimos 50 anos, três orientações teóricas principais a respeito da conceitualização do desenvolvimento nas ciências sociais: o modelo de modernização das décadas de 1950 e 1960, pregando que o desenvolvimento se dá de forma conjunta com o crescimento; a teoria da dependência e as perspectivas relacionadas nas duas décadas seguintes; e aproximações críticas ao desenvolvimento como discurso cultural na segunda metade da década de 1980 e nos anos 1990.

²³ Tradução livre: “Existe uma ideia de que o rápido progresso econômico é impossível sem reajustes dolorosos. Filosofias antigas tem que ser descartadas; instituições sociais tradicionais precisam desintegrar-se; relações de casta, credo e raça têm que desintegrar-se; e grande parcela de pessoas que não conseguem acompanhar o progresso tem que ter suas expectativas de uma vida confortável quebradas. Muito poucas comunidades estão dispostas a pagar o preço do rápido progresso econômico”.

Os questionamentos recentes sobre o desenvolvimentismo englobam os efeitos devastadores sobre as faces agro, hidro e mineral do extrativismo e os modelos de crescimento a qualquer custo, como ressalta Katz (2014). Esse padrão de acumulação de riqueza agrava o fosso de desigualdades de renda tanto interno quanto externo – reforça a condição da região como semiperiférica na divisão internacional do trabalho. Além disso, este processo desenvolvimentista consolida a desertificação, a extinção das selvas e o desaparecimento dos bosques.

A desconstrução do modelo desenvolvimentista como capaz de trazer aumento de bem-estar para a população em geral está vinculado à ascensão do pós-desenvolvimentismo, ancorado em outros princípios norteadores não necessariamente associados ao desenvolvimento econômico e na ideia de depender menos de conhecimentos externos. Além disso, a revalorização de saberes tradicionais, as experiências de pessoas comuns e a importância dos movimentos sociais e de base também são questões importantes na construção de um mundo mais humano e sustentável, seja cultural ou ecologicamente (ESCOBAR, 2005).

Como aponta Silva (2016), o termo desenvolvimento tem sido usado como justificativa para a implementação de megaprojetos, sem que os impactos negativos nas comunidades locais sejam considerados. O autor ressalta o papel de questionar o modelo de desenvolvimento vigente, que vem sendo imposto às comunidades sem considerar as particularidades e a pluralidade existente, desrespeitando as noções locais de desenvolvimento. Este discurso tem se mostrado tão eficaz porque o desenvolvimento é vendido como “uma promessa para o futuro que exige o sacrifício do presente” (SILVA, 2016, p. 171).

A implementação de grandes projetos vem aliada ao discurso de modernização e aumento do bem-estar, dando a entender que a região em questão é privilegiada por ser incluída nos projetos de desenvolvimento. Contudo, a realidade tem se mostrado mais complexa: a natureza funciona como matéria-prima e a população serve como aumento do mercado consumidor, quase sempre em posições precarizadas e empobrecidas. Aos que habitam as áreas afetadas, resta a aniquilação lenta e contínua dos saberes tradicionais que possam contrapor-se a sua potência discursiva (SILVA, 2016). Fica, também, o espaço massacrado pelo desenvolvimento, restando uma natureza por vezes morta e incapaz de garantir a reprodução dos que a habitam – tal qual o Rio Doce e o Rio Paraopeba, ambos considerados mortos depois dos rompimentos das barragens de Mariana/MG em 2016 e Brumadinho/MG em 2019, respectivamente.

Ao esgotarem os recursos naturais, explorados à exaustão, os megaprojetos deixam um rastro de prejuízos ambientais, sociais e culturais, poluição das terras e das águas e a relocação das populações locais. Ao questionarem os governantes por seus direitos, estas populações são vistas como um entrave para uma pretensa modernização de suas comunidades e para o crescimento econômico da região (SILVA, 2016, p. 173).

A teoria pós-desenvolvimentista traz consigo a possibilidade de criar diferentes discursos e representações que não são englobadas pela ideia vigente de desenvolvimento. Shiva (1988) afirma que o modelo dominante de conhecimento e de aplicação do saber está baseado no reducionismo, na dualidade e na linearidade, sendo incapaz de abranger a diversidade de pensamento e de ação.

Para isso, a necessidade de mudar as práticas de conhecer e fazer a “economia política de verdade” e a emergência em multiplicar centros e agentes de produção de conhecimento – principalmente tornar visível as formas de conhecimento produzidas por aqueles que costumam ser “objeto” do desenvolvimento, em uma tentativa de os colocar no centro da mudança, como agentes e sujeitos. Escobar (2005) ressalta duas formas especialmente eficazes para atingir estes objetivos: a. focar em como as sociedades lidam com o processo de desenvolvimento imposto – adaptações, subversões e resistências locais; b. destacar as estratégias alternativas pensadas e produzidas por movimentos sociais no confronto aos planos desenvolvimentistas.

É justamente nesses dois pontos de inflexão que a agroecologia está inserida. Ela é uma estratégia de resistência construída na (e pela) sociedade não apenas perante os padrões de desenvolvimento impostos externamente, mas também como uma forma de existir que não necessariamente obedeça a interesses externos.

De acordo com Escobar (2005), o processo de repensar o desenvolvimento e a modernidade abre portas a inúmeras possibilidades. O período atual já é de transição paradigmática, com estas noções relacionadas a desenvolvimento e Terceiro Mundo já fazendo parte do passado. Um indício dessa mudança é, segundo o autor, a atuação dos movimentos sociais. A capacidade de imaginar uma fase que vá além desta mentalidade desenvolvimentista e supere a noção de Terceiro Mundo – envolvendo colonialismo, guerra, exploração da natureza e regimes econômicos neoliberais – é essencial para que haja força para seguir buscando um mundo em que esses valores estejam apenas no passado.

Contudo, não é tão esperançoso o momento vivenciado pela agroecologia e por movimentos contra-hegemônicos. Além da quebra de políticas públicas voltadas ao setor, as investidas tanto do Estado quanto de empresas privadas vão em sentido contrário. O Governo

Federal, desde 1990 e principalmente a partir dos anos 2000, fomentou diversas políticas de promoção da agricultura familiar e da segurança alimentar e nutricional – os programas Fome Zero e Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, por exemplo –, principalmente por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A extinção deste Ministério indica uma ruptura no estímulo à agroecologia e à agricultura familiar.

Sabourin e Grisa (2018) ressaltam que estas estratégias tornaram o Brasil referência mundial em termos de política pública voltada à promoção da agricultura familiar e da SAN. Políticas públicas voltadas à compra pública de produtos oriundos da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), serviram de inspiração para países como Colômbia, Haiti e Paraguai. Além disso, Argentina, El Salvador e Uruguai aplicaram modelos inspirados em programas brasileiros de Desenvolvimento Territorial Rural (DTR) – por exemplo, o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) e o Programa Territórios da Cidadania (PTC). Mesmo assim, estes programas vem sofrendo cortes constantes. Em 2016, a Lei Orçamentária Anual (LOA) previu, para o PAA, R\$ 560 milhões; em 2017, o valor previsto foi de R\$ 312 milhões; e, em 2018, R\$ 374 milhões (SENADO, 2018).

A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), nos primeiros dias de governo do presidente Jair Bolsonaro, representa o desmonte das políticas públicas voltadas à alimentação saudável e sustentável. De acordo com Jaime (2019), o CONSEA estava relacionado à defesa do alimento como parte central da vida e da sociedade – tanto em dimensão cultural quanto ambiental, pautado na promoção de um sistema alimentar saudável, justo e sustentável.

Federici (2019) destaca o risco derivado da queima da Amazônia²⁴, que ameaça ainda mais as mulheres amazônidas. É o espaço de vida delas; a terra diz respeito à sobrevivência e é, também, fonte de subsistência e renda. Contudo, elas não perdem “só” – não que seja algo pequeno, contudo a destruição engloba muito mais – a terra; com ela vai todo um modo de vida, a cultura, a poluição das águas e dos ares, a morte de animais, a história. A história, afinal, está imbricada nesse espaço.

²⁴ Segundo dados da plataforma TerraBrasilis (2019), mantida pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o Pará é o estado com maior índice de desmatamento acumulado da Amazônia Legal no período de 2008 a 2018. Do total de áreas de desmatamento, 41,69% (ou 30,9 km²) são terras paraenses. O ano de 2019 vem sendo um ano de inflexão no que diz respeito ao desmatamento da floresta amazônica. Em agosto, o total de focos ativos detectados aumentou 296,53% em relação a agosto de 2018 (INPE, 2019). O incremento nos números de desmatamento foi associado à política ambiental do governo de Jair Bolsonaro, o qual sofreu uma dura retaliação internacional. Esse desgaste parece ter surtido efeito. Em setembro de 2019, foram detectados 18558 focos ativos de incêndio, 25,18% a menos que no mesmo mês do ano anterior e abaixo da média do período analisado (1998-2019).

O episódio da Medida Provisória n. 870 é preocupante porque nega os êxitos da experiência brasileira; compromete a continuidade e aprimoramento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; fragiliza a administração pública ao negar a participação social como elemento estruturante do Estado Democrático de Direito; induz um efeito cascata nos modelos de governança das políticas estaduais e municipais; e, não menos importante, deixa um recado que, para o Governo que se inicia, o exercício da cidadania parece só ter importância no momento do voto no processo eleitoral (JAIME, 2019).

Escobar (1995) enfatiza que o sistema capitalista prejudica a reprodução de práticas culturais e formas de identidade. Esse processo se dá partindo de projetos de desenvolvimento que destroem a prática cultural existente e os elementos necessários para a afirmação cultural. Como exemplo dessa destruição promovida por esse tipo de desenvolvimento imposto, inúmeros planos de ocupação de espaços já ocupados não apenas pelas pessoas que integram esta pesquisa, mas também vários outros grupos contra-hegemônicos e que também indicam quebra de apoio à agroecologia e à agricultura familiar. Os exemplos são vários: o projeto de porto da Cargill – cujo objetivo é o escoamento de grãos oriundos do agronegócio – em Abaetetuba (PA), dentro da área de Pirocaba, que é uma comunidade agroextrativista; a construção de três ferrovias²⁵ – FEPASA, Norte-Sul e Ferrogrão – que invadem várias áreas protegidas e impactam outras tantas, inclusive as comunidades quilombolas África e Laranjituba.

Esa expansión que busca colonizar nuevos territorios está vehiculizada por un complejo juego entre patentes, insumos tecnológicos, instrumentos financieros y una dinámica concreta de producción y apropiación de conocimiento. Al mismo tiempo, ese avance territorial es imposible sin unas formas específicas de violencia política sobre las tierras para volverlas «disponibles», una condición que no es para nada natural (GAGO; MEZZADRA, 2015, p. 41)²⁶.

Silva (2016) acrescenta que as relações locais não devem ser romantizadas; estão permeadas por hierarquias inscritas nas desigualdades de gênero, geracional, étnica, de classe social e outras. Contudo, a imposição de um modelo de desenvolvimento exógeno, sem considerar os atores envolvidos e as particularidades do espaço aniquilam qualquer possibilidade de diálogo e compreensão do lugar porque, além de ser um padrão exposto

²⁵ O estudo de viabilidade técnica para a instalação da ferrovia EF-170 (Ferrogrão) realizado pelo Instituto Socioambiental (ISA, 2018) constata que a instalação da mesma tende a estimular o aumento da produção de grãos na região Centro-Oeste, o que deve acarretar num maior nível de desmatamento para abertura de novas áreas produtivas. Além disso, a ferrovia aumentará o nível de contaminação de recursos hídricos (tanto superficiais quanto subterrâneos), intensificação do uso de agrotóxicos e aumento da concentração fundiária.

²⁶ Tradução livre: “Esta expansão que busca colonizar novos territórios é impulsionada por um complexo jogo entre patentes, insumos tecnológicos, instrumentos financeiros e uma dinâmica concreta de produção e apropriação de conhecimento. Ao mesmo tempo, esse avanço territorial é impossível sem formas específicas de violência política sobre as terras para torná-las ‘disponíveis’, uma condição que não é de todo natural”.

como a única forma de progresso, não permite o confronto de ideias e a assimilação de culturas próprias.

Não há utopia nas relações do lugar e o diálogo é base necessária de projetos que busquem melhorar a qualidade de vida da população. Por isso, é necessário incluir o conhecimento local e o cuidado, as relações dos habitantes com o lugar, tornando-os protagonistas das suas comunidades. Esta comunicação pode vir a ser com o mercado, desde que haja paridade e autonomia entre as partes. O espaço e as comunidades que o fazem devem estar conscientes de sua potência ao dialogar com outros atores, principalmente em termos de características naturais e culturais, reforçando que as práticas locais são resultado de séculos de observação, experiência, dinâmicas e modos de lidar com o meio.

3.2.1 Economia solidária

La economía solidaria propone resignificar el trabajo en función de lo que proporciona en crecimiento personal y no por su medida mercantil (su valor de cambio), así como ampliar el concepto de trabajo. Propone organizar la actividad económica con una racionalidad propia que combina criterios de emprendimiento y solidaridad (Gaiger, 2007). Propone establecer redes y relaciones que influyan en la dinámica económica del entorno (NOBRE, 2015, p. 15)²⁷.

Como forma de contraposição à economia *mainstream*, Nobre (2015) ressalta que a economia solidária busca responder as necessidades materiais e afetivas dos indivíduos com base na autogestão e na reciprocidade. O contraste em relação à economia capitalista está no fato de que esta se baseia no lucro, na propriedade privada e na alienação do trabalho. Então, apesar de hegemônica, a economia capitalista não é a única forma de organizar o trabalho, a distribuição, o consumo e as relações sociais na sociedade. Dessa forma, a economia solidária se apresenta como um modelo de contra-hegemonia, resistência ao sistema dominante.

A economia solidária busca a superação de um dos pilares do sistema capitalista: a separação entre o político e o econômico – o ideal do estado mínimo é o maior exemplo disso. A economia é tratada como autônoma; funciona por si mesma e tem leis próprias: a maximização das utilidades, por exemplo. Isso faz com que as decisões econômicas sejam tomadas em altos níveis hierárquicos. Ou seja: os rumos gerais que impactam na vida de muitos são tomados por poucos indivíduos. Como contraposição, a economia solidária se

²⁷ Tradução livre: “A economia solidária propõe resignificar o trabalho em função do que ele proporciona em crescimento pessoal e não pela sua medida mercantil (seu valor monetário), bem como ampliar o conceito de trabalho. Propõe organizar a atividade econômica com uma racionalidade própria que combina elementos do empreendedorismo e da solidariedade (Gaiger, 2007). Propõe, ainda, estabelecer redes e relações que influenciam a dinâmica econômica do meio”.

baseia na proximidade para a tomada de decisões. Busca-se decidir as orientações sociais de forma coletiva.

De acordo com Nobre (2015), a economia solidária, em diálogo com a economia feminista porque abre a possibilidade de superar as fissuras entre produção e reprodução, bem como entre o político e o econômico. As suas práticas se configuram como uma economia política de resistência. Assim, ao serem exercidas em uma sociedade capitalista e patriarcal, organizam uma agenda que implica na caracterização do sujeito político e na elaboração de políticas públicas que cubram temas relacionados ao acesso a meios de produção, gestão e comercialização.

Nobre (2015) destaca que grande parte das ações no âmbito da economia solidária são realizadas por mulheres. Isso porque elas avaliam sua participação em determinada atividade não apenas pela remuneração econômica, mas também pela aprendizagem, convivência, possibilidade de tratar temas marginalizados – violência contra a mulher ou saúde reprodutiva.

A agroecologia, tal qual a economia solidária, costuma se colocar em meio a diversas mudanças que entram em conflito com a norma vigente. Um dos pontos que mais marcam essa cisão com o pensamento da sociedade de mercado é a fronteira menos marcada entre produção e reprodução. A reprodução da vida e a produção de alimentos – relacionada com a soberania alimentar – se dão em um mesmo plano, sem que haja uma distinção marcante. Segundo Henn (2013), é nessa tensão que se desenvolvem os debates críticos e a busca por mudanças no que diz respeito às relações de poder – e o gênero, especificamente – na agroecologia.

3.2.1.1 Cadernetas agroecológicas como instrumento de viabilização

A second place is that of the home, where many women still derive their most important social and political roles and identities. The home serves paradoxically as both a safe space where women have considerable power as well as a site where they experience a great degree of violence and oppression. The home is a crucial terrain of political struggle. Not only is it where many relations of power (within the family) are negotiated, it is also where much vital but undervalued labour is produced. Redefining their relationships within the home, as well as between the home and the wider community, is then another important site for elaborating new political practices (HARCOURT; ESCOBAR, 2002, p. 9)²⁸.

²⁸ Tradução livre: “Um segundo lugar é o da casa, onde muitas mulheres ainda têm seus papéis e identidades sociais e políticas mais importantes. O lar serve, paradoxalmente, como um espaço seguro, em que as mulheres têm um poder considerável, bem como um local onde elas experimentam um grande grau de violência e opressão. O espaço doméstico é um terreno crucial da luta política. Não é apenas onde são negociadas muitas relações de poder (dentro da família), mas também onde é produzido muito trabalho vital, mas subvalorizado. Redefinir seus relacionamentos dentro de casa, bem como entre o doméstico e a comunidade em geral, é outra questão importante para a elaboração de novas práticas políticas”.

Harcourt e Escobar (2002) partem da tríade corpo, ambiente e casa para falar sobre a libertação feminina. De acordo com os autores, o próprio corpo é o primeiro espaço político das mulheres. Essa disputa se materializa por meio da luta à autonomia, aos direitos sexuais e reprodutivos, à maternidade segura e livre de violências – principalmente obstetra e sexual – e à própria integridade. E, como as mulheres são constantemente silenciadas e ignoradas, o seu corpo atua como espaço de visibilidade de suas necessidades, sofrimentos e alegrias.

O segundo espaço político feminino é o desta epígrafe: a casa. A área doméstica, por ser tradicionalmente relegada aos cuidados da mulher é, também, onde elas exercem poder em duas arenas significativas: a primeira diz respeito a redefinir as relações familiares e a segunda, ao próprio trabalho doméstico e as configurações deste (HARCOURT; ESCOBAR, 2002). O terceiro espaço de lutas políticas das mulheres é o ambiente. Aqui, o ambiente não está restrito à natureza, ao meio ambiente, mas também é entendido como uma teia de relações entre economia, política e relações sociais que permeiam o ambiente das mulheres. Como não poderia deixar de ser, o ambiente engloba todos os aspectos necessários à reprodução da vida: sobrevivência, justiça e qualidade de vida.

Finalmente, o espaço público social, dominado por homens e onde as decisões políticas são tomadas e que ainda é restrito para a maioria das mulheres. É aqui, também, que suas demandas baseadas na desigualdade de gênero são constantemente silenciadas ou ausentes. No caso do Brasil, um retrato preciso da inibição das mulheres ao espaço público é o nível de presença feminina nas instituições políticas. De acordo com dados do Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe (OIG-CEPAL, 2019), ligado à ONU, apenas 11,6% dos gestores municipais eram mulheres em 2018. Além disso, apenas duas dos 22 ministros de Jair Bolsonaro são mulheres. De acordo com Bolsonaro, há equilíbrio entre as partes: “Pela primeira vez na vida o número de ministros e ministras está equilibrado em nosso Governo. Temos 22 ministérios, 20 homens e duas mulheres”, e acrescenta que “[...] cada uma dessas mulheres que estão aqui equivalem por dez homens” (BENITES, 2019, não paginado).

A casa, o segundo espaço de disputa política – que acaba por retroalimentar esse tipo de declaração –, é aqui abordado. A casa, com todas as suas extensões, é um dos temas centrais da caderneta agroecológica. Como instrumento, a caderneta é capaz de apontar que existe, sim, trabalho dentro de casa. E não só isso: ela ainda é capaz de traduzir o valor monetário de parte desse trabalho. Parte porque, apesar de todos os seus méritos, a caderneta não engloba o custo monetário de uma cuidadora, geralmente expressa no papel da mãe. A

produção resultante da colheita e de todo o trabalho envolvido para que essa colheita seja possível, essa está traduzida nas colunas do caderninho. Agora, o cuidado com a família, que engloba uma imensa gama de trabalhos – enfermeira, cozinheira, psicóloga, educadora, babá, faxineira e mais uma seara enorme de ocupações –, esse não é contabilizado.

É necessário, sim, reconhecer as limitações de nossos instrumentos e estudos, mas sem desmerecer os avanços. As cadernetas agroecológicas partem da monetarização de parte do trabalho doméstico para servir como instrumento que busca tornar visível um trabalho não visto como tal. Apesar de só abarcar parte do trabalho doméstico, as cadernetas servem como luz para ele como um todo. Isso porque joga dúvidas sobre o “não trabalho” doméstico ao dar valor para parte dele.

Além disso, esse instrumento serve para mostrar a rentabilidade da junção entre produção, floresta em pé e os vários modos de vida que interagem em determinado espaço. Essa questão fica ainda mais importante quando o ministro do Meio Ambiente diz que “a solução para a Amazônia é monetizá-la”²⁹. Vandana Shiva já escrevia sobre a precariedade desse modelo de desenvolvimento em 1988 e, mais de 30 anos depois, ele ainda rege ideologias arraigadas no governo brasileiro.

With the destruction of forests, water and land, we are losing our life-support systems. This destruction is taking place in the name of 'development' and progress, but **there must be something seriously wrong with a concept of progress that threatens survival itself**. The violence to nature, which seems intrinsic to the dominant development model, is also associated with violence to women who depend on nature for drawing sustenance for themselves, their families, their societies (SHIVA, 1988, p. xiv, grifo nosso)³⁰.

No sistema capitalista, as relações sociais obedecem a determinado padrão – ou, ao menos, espera-se que obedeam: elas se voltam ao lucro e à extração de utilidade máxima para o indivíduo – ou coletivo – envolvido. Do mesmo modo, Polanyi (2000) ressalta o caráter individualista que permeia a sociedade, a fim de tornar o sujeito um insumo, transformá-lo em mão de obra em termos econômicos, subtraindo as demais relações sociais, afetivas e culturais que o compõem.

O mérito da economia de mercado, ainda de acordo com Polanyi (2000) está em dissociar os elementos que naturalmente integram a vida e o cotidiano das sociedades,

²⁹ Ricardo Salles (NOVO), ministro do Meio Ambiente de Jair Bolsonaro (sem partido), afirmou, em entrevista ao jornal britânico Financial Times, que amazônidas recorrem a atividades ilegais porque leis e regulamentos são “muito restritivos para o desenvolvimento das áreas da Amazônia” (SCHIPANI; HARRIS, 2019, não paginado).

³⁰ Tradução livre: “Com a destruição de florestas, água e terra, estamos perdendo nossos sistemas de suporte à vida. Essa destruição se dá em nome do ‘desenvolvimento’ e do progresso, **mas tem algo seriamente errado com um conceito de progresso que ameaça a própria sobrevivência**. A violência contra a natureza, que parece intrínseca ao modelo dominante de desenvolvimento, é associada à violência contra as mulheres que dependem da natureza para a sobrevivência delas, de suas famílias e sociedades”.

transformando-os em insumos fabris, fazendo com que todos os aspectos sociais obedeçam ou fiquem em segundo plano em relação à atividade econômica. Nesse sentido, a agroecologia se mostra como resistência, por unificar esferas de trabalho, a terra e a sociedade.

A agroecologia se faz junto com a diversidade ecológica de ideias. Busca-se conciliar a sustentabilidade econômica (por meio do potencial de renda e trabalho), ecológica (qualidade dos recursos naturais e das relações ecológicas locais), social (enfatizando a inclusão das populações de baixa renda e a segurança alimentar), cultural, política e ética (EMBRAPA, 2006). Ela surge como resposta a diversas demandas sociais atuais.

Altieri (2010) destaca que a agroecologia proporciona um marco para a valorização da complexidade dos agroecossistemas. O método, segundo o autor, baseia-se no melhoramento da qualidade do solo, permitindo, simultaneamente, que as plantas cresçam mais fortes e saudáveis e debilitando as pragas, por meio da diversificação dos agroecossistemas. Nesse sentido, Shiki (2009) ressalta que o conhecimento científico, somado à cultura popular sobre a ecologia local, representa a inovação necessária na agricultura familiar.

A partir dessa inovação, há ganho de produtividade (em determinadas culturas) pelo produtor. A ciência requerida para fazer uso de inseticidas, por exemplo, não é apropriável pelo agricultor, porque a ele cabe apenas comprar e aplicar conforme a receita. Então, o desejado é que o produtor rural saiba do funcionamento do ecossistema local, e encontre meios naturais para evitar que a interação planta-inseto veicule doenças ou crie pragas. Altieri (2010) entra em concordância com Shiki (2009) ao afirmar que a transição para um modelo agrícola mais ecológico, biodiverso, regional e socialmente justo está ancorada na racionalidade ecológica da agricultura tradicional. Esses sistemas alimentaram (e alimentam), durante séculos, a maior parte do mundo. Não há porque desconfiar da capacidade destes de prover alimentos.

Sá e Silva (2014) ressaltam que, além disso, a agroecologia se põe como uma opção sustentável e relacionada tanto à segurança quanto à soberania alimentares, os quais, por sua vez, conectam-se à sustentabilidade social, ambiental e econômica. Neuza Rosely Vieira da Paixão, de Remédios, Santo Antônio do Tauá/PA, entra em concordância com Sá e Silva (2014) e enfatiza a sustentabilidade em termos ambientais do movimento agroecológico, definindo-a como fundamental ao futuro em termos globais.

Gliessman (2017) acrescenta que as raízes interdisciplinares do movimento começaram a florescer quando ficou latente que o conhecimento ecológico podia se combinar com a riqueza da cultura e experiência locais relacionadas ao cultivo agrícola.

O marco referencial em agroecologia (EMBRAPA, 2006, p. 31) a define como uma abordagem científica que, partindo de uma perspectiva holística, busca compreender as relações construídas e derivadas tanto da evolução quanto da interação entre as culturas humanas e a natureza para fortalecer estilos de agricultura de agricultura renováveis e estratégias endógenas de desenvolvimento rural.

Nesse sentido, destaca-se o caráter local e particular da agroecologia. Cada região, com suas realidades socioeconômicas e ecológicas individuais que definem a melhor forma de aplicar as teorias e conceituações. Desse modo, a agroecologia se funde com movimentos de construção do conhecimento: de um lado, há a relativização ou negação de saberes já generalizados, mas negativos do ponto de vista cultural, social e ambiental; de outro lado, propõe-se o uso de métodos inovadores, bem como a geração de novos conhecimentos (EMBRAPA, 2006).

3.2.2 Economia feminista

O problema fundamental é que o trabalho doméstico e de cuidados não é discutido no terreno político, sua dimensão social é ocultada e a possível solução é deixada nas mãos das mulheres. Novamente, uma dupla tensão. Por um lado, o capital atacando as formas de vida, insistindo na despossessão e por outro, as mulheres resistindo, tentando manter a vida inclusive às custas da sua própria vida. Conflito (com letra maiúscula) capital-vida (CARRASCO, 2018, p. 52).

A economia feminista reúne diferentes propostas e vários enfoques. Algumas autoras dialogam com a economia marxista, a economia ecologista ou até a economia neoclássica³¹ – por meio da inserção do gênero na análise da função de utilidade – ou feminismos decoloniais, antirracistas, pós-modernos e outros (ANSCHAU; MARIN, 2016; FOLBRE, 1994; GRECCO; FURNO; TEIXEIRA, 2018). Ela é, portanto, tão plural quanto pode ser. Esta pluralidade é pensada por meio da divisão entre “economias feministas conciliatórias”, que não visam romper com as lógicas mercantis de produção de conhecimento e as “economias feministas rupturistas”, que privilegiam o espaço às mulheres que tradicionalmente são menos ouvidas em um contexto de produção do conhecimento predominantemente ocidental (GRECCO; FURNO; TEIXEIRA, 2018). Aqui, ainda conforme

³¹ A fusão entre economia feminista e economia neoclássica não deixa de ser estranha porque, para os neoclássicos, as famílias são unidades econômicas que, racionalmente, tal qual o *homo economicus*, buscam maximizar a utilidade geral. Essa explicação atomizada seria suficiente para explicar a divisão sexual do trabalho – um dos eixos centrais da economia feminista – por motivos puramente econômicos, excluindo todo o caráter social da ação. Como apontam Grecco, Furno e Teixeira (2018, p. 14), “esse olhar sob as famílias e as relações de gênero retira a história como parte da análise, assim como suprime a análise secular das desigualdades de gênero, racionalizando comportamentos que precisam ser compreendidos não de forma individual, senão que inseridos em uma dada sociedade que tem características patriarcais”.

Grecco, Furno e Teixeira (2018), as “economias de gênero” seriam aquelas que se restringem a incorporar os estudos de gênero aos paradigmas econômicos vigentes.

Contudo, de modo geral, as reflexões abarcadas pela economia feminista têm uma visão de oposição às teorias econômicas predominantes. Como apontam Grecco, Furno e Teixeira (2018, p. 12): “É com a busca de mais objetividade na Ciência Econômica que a Economia Feminista denuncia a falsa neutralidade científica que está ancorada em um olhar androcêntrico”.

Esta corrente nasce em meados de 1970, buscando entender o funcionamento do modelo de mercado de trabalho e de trabalho doméstico época. Uma das maiores problemáticas que sustenta essa corrente de estudo é a não consideração do trabalho doméstico como trabalho não só em termos de Contas Nacionais, que contempla apenas as trocas monetárias, mas também em termos sociais.

Na economia voltada ao mercado, há a dicotomia entre trabalho e lazer. Trabalho é o período de tempo despendido – geralmente fora de casa – em troca de um salário. É basicamente o trabalho assalariado. A noção de lazer engloba todo o período de tempo não gasto nesse trabalho assalariado, inclusive o período destinado a trabalhos domésticos e de reprodução. Essa perspectiva tem, como um de seus maiores resultados, a não visibilização da mulher como pessoa vital ao funcionamento da sociedade, a conseqüente desvalorização dela – até por ela mesma – e a dificuldade de atuação em relação à dona de casa e ao trabalho doméstico em várias escalas, porque é como se ambos sequer existissem (WARING, 2004).

Como apontado anteriormente, a economia feminista é uma das abordagens centrais para a construção das cadernetas agroecológicas, o que explica o destaque da mesma neste trabalho. Na verdade, a economia feminista é central até mesmo para entender a própria agroecologia e a caderneta tem o poder de evidenciar isso. Esta teoria rearranja a economia e o mundo ao centralizar a sustentabilidade da vida como eixo central das relações sociais e econômicas. Com isso, a própria noção de economia – a qual é constantemente confundida com a economia *mainstream*, baseada em produção e lucratividade – toma novo rumo, em que a prioridade passa a ser o bem-estar das pessoas.

3.2.2.1 *Homo economicus*

A economia neoclássica – baseada no *homo economicus* – se auto define como o estudo das decisões feitas no mercado por indivíduos autônomos e racionais. A dona de casa era (na economia neoclássica ainda é) comumente entendida como sendo representada pelo homem – ou marido –, cujas preferências englobavam as da dona de casa. As atividades domésticas eram classificadas como lazer. A economia neoclássica parte de um viés claramente parcial, enfatizando as relações mercantis e expressando o indivíduo como um cogumelo³² egoísta.

Nelson (1995) aponta como o homem base da economia *mainstream*, o *homo economicus*, é visto de forma superficial e mecanicista, sem considerar o meio em que ele está inserido e as várias faces que o tornam diferente. Ele é tratado como tendo saído de uma esteira de produção e sem histórico, não como pessoa inserida numa teia de relações que tornaram possível a sua sobrevivência.

Economic man, the ‘agent’ of the prototypical economic model, springs up fully formed, with preferences fully developed, and is fully active self-contained.... He interacts in society without being influenced by society: his mode of interaction is through an ideal market in which prices form the only, and only necessary, form of communication.... Yet humans do not simply spring out of the earth. Humans are born of women, nurtured and cared for as a dependent children, socialized into family and community groups, and are perpetually dependent on nourishment and shelter to sustain their lives (NELSON, 1995, p. 31)³³.

Van Staveren (2001) afirma que a tendência de uma narrativa mecanicista do homem, presente no modelo do *homo economicus*, não leva em conta as experiências de homens e mulheres reais. A racionalidade desse indivíduo está restrita a uma visão branca, ocidental e masculina da razão. A razão, o auto interesse e o instinto matemático estão associadas a identidades classificadas como masculinas. E fatores identificados como femininos – emoção e intuição, por exemplo – são vistos como opostos à racionalidade masculina.

Estudos referentes ao mercado assalariado geralmente estavam voltados exclusivamente para os homens e a produção doméstica – área de trabalho das donas de casa – era (e ainda é) excluída das contas nacionais. As mulheres, suas áreas de atuação

³² Como aponta Nelson (1995), o agente clássico da economia “surge” sem relações, sem laços, sentimentos ou criação que o predetermine a agir de acordo com o seu meio, tal qual um cogumelo.

³³ Tradução livre: “O *homo economicus*, indivíduo base dos modelos econômicos, ‘nasce’ completamente formado, com preferências plenamente desenvolvidas e é totalmente autossuficiente... Ele interage com a sociedade sem ser influenciado por ela: seu modo de interação se dá por meio de um mercado ideal em que os preços são a única forma necessária de comunicação.... Porém, os humanos não ‘pipocam’ da terra. Humanos nascem de mulheres, são criados e cuidados como crianças dependentes, socializados na família e na comunidade, e são eternamente dependentes de alimento e abrigo para sustentar suas vidas”.

tradicionais e seu bem-estar eram (são) invisíveis (NELSON, 2008), apesar da jornada de trabalho feminina ser superior à jornada masculina (IPEA, 2012). O trabalho de cuidados vem recuperando essa conotação de trabalho desde a década de 1970 (CARRASCO, 2009), contudo, sem que seja questionada a linha criada entre este e o trabalho assalariado.

Grecco (2018) enfatiza que a ausência de mulheres nos modelos econômicos teima em dividir, como se fosse natural, as esferas privada e pública. A consequência disso é, mais uma vez, a invisibilização de todo o trabalho de reprodução, historicamente destinado às mulheres. Além disso, a autora aponta, ainda, que o ideal de mercado foi estruturado sem considerar a reprodução do trabalhador, como se ele surgisse pronto para o trabalho. E, para que o funcionário tenha o trabalho assalariado como preocupação central, é indispensável que alguém assuma a responsabilidade de manter os demais aspectos da vida familiar em dia. “Toda essa quantidade de trabalho de cuidados não remunerados formaria, assim, a base invisibilizada que sustenta o conjunto da estrutura da sociedade” (GRECCO, 2018, p. 124).

O *homo economicus*, com todas as suas premissas, é a idealização do sujeito d’O mercado. O sujeito homem, branco e ocidental, como enfatiza Van Staveren (2001). A racionalidade não baseada no lucro é vista como irracional e, portanto, é um sistema em que não só as mulheres, mas a própria agroecologia são marginalizadas. Outras formas de analisar o mundo são tidas, na economia *mainstream*, como ausentes de lógica.

A caderneta agroecológica age dentro dessa racionalidade de apontar os lucros – monetários ou não – para mostrar os erros de focar apenas neles. A dicotomia entre os tempos de vida não está apenas entre a oposição de trabalho ou lazer e o trabalho não está restrito às horas gastas na fábrica ou no espaço produtivo de modo geral. O plantar, o cuidar da casa e da família e o trabalho não traduzido em salário como um todo são atividades que não encaixam na ideia de trabalho nem na definição restrita de lazer, ambas estabelecidas pela economia *mainstream*.

Além disso, os próprios indicadores são, de certa forma, construções sociais. O que entra e o que fica fora é uma decisão, bem como a forma que os dados são trabalhados. Sobre isso, Carrasco, Borderías e Torns (2011) apontam que nos primeiros censos de grande parte dos países, as mulheres que trabalhavam em casa eram consideradas trabalhadoras domésticas. Foi a partir das primeiras décadas do século XX que elas passaram a ser consideradas dependentes de terceiros, entrando no grupo de inativos e improdutivos. Além disso, tarefas de cuidado infantil, comumente associadas a trabalho doméstico, foram ganhando o caráter de amor maternal e perdendo o aspecto laboral.

A visibilidade e a valorização do trabalho das mulheres, porém, são mais restritos na sua relação com a família. A maioria das agricultoras não decide sobre o dinheiro que é fruto de seu suor ou sobre os investimentos que poderiam melhorar suas condições de trabalho. Por exemplo, nas regiões onde são responsáveis por tirar leite, é comum as mulheres terem de cuidar de duas a três vacas, que, somadas, atingem a produção de uma mais produtiva, ou ter de cortar o capim e trazer para os animais, porque não podem decidir sobre um pequeno pedaço de terra para fazer um piquete (NOBRE, 2005a, p. 47).

A respeito da desvalorização do trabalho doméstico nos indicadores tradicionais, Shiva (2016) aponta que eles são perigosos para os mesmos, porque derivam de uma ideia fictícia de que se a produção é voltada para a subsistência ou consumo próprio, ela não é produção. Essa relação acaba por anular tanto o trabalho doméstico quanto todo esforço laboral feito no sentido de reprodução e manutenção da vida. E, além da desvalorização do trabalho de reprodução, essa ideia também é base da transformação de alimentos em *comodities*, a qual está relacionada com lucros e uma visão mais mecanicista e mercadológica da reprodução da vida (SHIVA, 2016, p. 19).

O trabalho de cuidados é de difícil mercantilização, porque, apesar do suporte tecnológico aumentar a produtividade de bens e serviços, ele dificilmente servirá como incremento em relação a cuidados a indivíduos. Isso porque esse serviço é intensivo em trabalho, e exige uma relação entre a pessoa cuidadora e a cuidada que não seja afetada pela tecnologia (CARRASCO; BORDERÍAS; TORNS, 2011).

Pérez-Orozco e Gil (2011) identificam quatro critérios que guiam a crítica e a noção do cuidado. O primeiro diz respeito à importância de recuperar trabalhos com carga história de invisibilização somado ao rebaixamento que este vem sofrendo em função da dicotomia privado-público e a consequente carência de políticas públicas. O segundo ponto se refere a tratar o cuidado como algo inato à mulher, como se fosse a representação feminina do amor. Esta questão impede a compreensão de como sua definição se inscreve na realidade como criador de lacunas nas relações de gênero. Em terceiro lugar, trata-se de partir de uma ideia de cuidado imersa na gestão do cotidiano, que possibilite entender os projetos contidos nas formas de compreender e organizar o trabalho de cuidados. Finalmente, o conceito de cuidados não está restrito a dimensões quantitativas, mas também às de caráter qualitativo, que se projetam sobre diferentes contextos e expectativas das pessoas. O trabalho de cuidados é atravessado por questões de gênero, classe, origem e etnia, o que molda as expectativas e os desejos dos indivíduos.

Estes pilares associados à definição do trabalho de cuidados ressaltam que este é um trabalho historicamente invisibilizado e que, por isso, é necessário extrapolar as concepções essencialistas, a fim de o realocar histórica, social e geograficamente. Além disso, as autoras

ênfatisam a importância de recuperar a dimensão qualitativa do cuidado, aquilo que configura a vivência singular sem se desconectar do âmbito social do cuidado. Ele deve ser encarado de forma a reconhecer o meio em que está inserido e os laços com as várias questões que o atravessam.

Federici (2012) ênfatisa que o trabalho de cuidados foi imposto às mulheres como sendo um “ato de amor”. Nogueira (2010) adiciona que a exploração do trabalho feminino no espaço reprodutivo garante a manutenção e a reprodução da mão de obra que vem a se estabelecer como força de trabalho disponível para o capital, sendo o modelo familiar, de acordo com Federici e Cox (2012), uma instituição que serve para garantir tanto a quantidade quanto a qualidade da força de trabalho.

Carrasco (2009) adiciona que a monetarização desse trabalho tende a gerar precarização. Isso porque, conseqüentemente, o trabalho reprodutivo deixaria de ser visto como objetivando a qualidade da vida humana. Ele passaria a seguir as leis da economia *mainstream*, em que o lucro seria a finalidade. Carrasco (2009) aponta que este seria um “trabalho empobrecido”. Além disso, a jornada de trabalho doméstica é constante: o tempo de lazer é pouco, a rotina é moldada pela dedicação à família. Pimenta (2018, p. 12) aponta que “a vida passa a ser uma maratona diária, sem descanso”. Márcia Poty Vidal, indígena Guarani da Aldeia Tenondé Porã/SP, em entrevista a Pimenta (2018, p. 12), afirma o seguinte:

Como a gente é mulher, não tem muito lazer. Sábado meus filhos foram jogar bola e falaram, mãe, bem que você podia ir assistir. Mas não tem como, tem que fazer janta, tem que lavar roupa. Daqui a pouco já vai anoitecer e tem que jogar milho para as galinhas. Eu descanso mais ou menos quando é dez horas da noite. Até seis horas da manhã. O lazer da mulher não existe: quando levanta já tem que lavar prato, limpar a casa.

Por meio dessa divisão sexual do trabalho e da não valorização do trabalho doméstico, fica exposta não apenas a situação social desigual e inferior em que se encontram as mulheres – pela realização de um trabalho não visto –, mas também a vulnerabilidade masculina como sujeitos sociais dominantes que necessitam uma quantidade abundante de trabalho, cuidados e afeto (CARRASCO, 2012, p. 40). Além disso, como o relato de Márcia Poty Vidal ressalta, o trabalho de cuidados não permite férias nem final de semana. É contínuo, é presente mesmo no lazer alheio.

Federici (2014) entra em concordância com Carrasco, Benería e Torns (2011) ao ressaltar que o trabalho reprodutivo é um dos mais intensivos e, por isso mesmo, não está suscetível à mecanização. A sobrecarga e a superexploração que o capitalismo estabeleceu sobre o proletariado fica, então, mais evidente no caso feminino. É notável que o mesmo

impôs, sobre a mulher, uma tripla jornada de trabalho. Além disso, Carrasco (2009) enfatiza que é importante à ascensão e manutenção do sistema de mercado que o trabalho doméstico não remunerado permaneça não pago.

La producción capitalista no tiene capacidad ni posibilidades de reproducir bajo sus propias relaciones de producción la fuerza de trabajo que necesita. La reproducción diaria, pero sobre todo la generacional, requiere una enorme cantidad de tiempo y energías que el sistema no podría remunerar. Pero, además, el mercado no puede sustituir los complejos procesos de crianza y socialización que implican afectos, emociones, seguridades, etc. y que permiten que las personas se desarrollen como tales. Sólo la enorme cantidad de trabajo doméstico y de cuidados que se está realizando hace posible que el sistema económico pueda seguir funcionando (CARRASCO, 2009, p. 50)³⁴.

Em outro estudo, a autora ressalta que o que realmente está invisibilizado não é o trabalho doméstico em si, porque ninguém nega a existência desse tipo de atividade, mas sim a relação capitalista entre produção e reprodução. O elo essencial que representa o trabalho doméstico entre a esfera da produção material e a esfera da reprodução humana, porque ele permite a produção de bens que não são diretamente consumíveis pagando salários mais baixos. O trabalho doméstico representa, em suma, uma condição de possibilidade de reprodução do sistema (CARRASCO, 1992, p. 99).

3.2.2.2 Sustentabilidade da vida

Carrasco (2006) identifica a invisibilidade das mulheres nos modelos econômicos. Carrasco, Borderías e Torns (2011) ressaltam a difícil mercantilização do trabalho de cuidados. Porém, as cadernetas agroecológicas, ao monetizarem parte do trabalho produtivo realizado na esfera doméstica, buscam romper com essa premissa.

Sou e somos conscientes de que tentar pensar a partir de uma perspectiva alternativa centrada na sustentabilidade da vida humana de um modo que seja, ao mesmo tempo, complexo, articulado e operativo, é uma tarefa difícil e arriscada. Mas não sou nem somos ingênuas, sabemos a dificuldade que isso pressupõe. Não é uma tarefa fácil tentar mudar os poderes – econômico, capitalista, patriarcal e outros – que governam e estruturam as instituições, as relações e o simbólico social com objetivos totalmente antagônicos aos que estão colocados aqui e que apresentam, além disso, uma enorme capacidade de serem reproduzidos através de múltiplos planos: político, ideológico, militar, familiar, etc. Mas não fazê-lo supõe também

³⁴ Tradução livre: “A produção capitalista não tem capacidade nem possibilidade de reproduzir a força de trabalho necessária para a manutenção das suas próprias relações de produção. A reprodução cotidiana, mas especialmente a geracional, requer uma enorme quantidade de tempo e energias que o sistema não poderia remunerar. E, além disso, o mercado não pode substituir os complexos processos de educação e socialização da criança, que implicam em afetos, emoções e que permitem que as pessoas se desenvolvam como pessoas. É apenas a enorme carga de trabalho doméstico e de cuidados aplicada a cada humano que permite que o sistema econômico continue funcionando”.

reforçar o paradigma imperante que perturba nosso devir de um modo cada vez mais insustentável (CARRASCO, 2018, p. 62).

Federici (2012) ressalta que o trabalho doméstico foi – e é – imposto às mulheres e é tratado como “ato de amor”. Ao transformar o trabalho reprodutivo em algo feminino, intrínseco a todas as mulheres, uma necessidade interior feminina, ele perde o status de contrato social e passa a ser visto como supressão de uma carência da mulher, como se ela só se tornasse um ser completo e feliz a partir desse trabalho de reprodução da vida humana.

Los trabajos de cuidados se han construido, así, históricamente en una estrecha interrelación entre su dimensión de trabajo — aun no siendo remunerado (trabajo experto, cualificado, normativizado) —, su dimensión emocional y de responsabilidad y su desempeño dentro de un sistema determinado de relaciones familiares y de género (CARRASCO; BORDERÍAS; TORNOS, 2011, p. 26)³⁵.

A não centralização da sustentabilidade da vida na tomada de decisões econômicas – seja na esfera individual ou na esfera macro – indica, tal qual aponta Polanyi (2000), que a economia deixa de estar inserida nas relações sociais e elas é que passam a ser um componente da economia.

Nesse sentido, Carrasco (2012) destaca que o tempo também aponta a precarização do trabalho de reprodução. Segundo a autora, a dimensão do tempo, na sociedade industrializada atual, é valorizada apenas em termos mercantis: o que se pode transformar em dinheiro é o tempo contabilizado e visível. O tempo “público” ressalta a dicotomia entre as esferas pública e privada. O tempo não mercantil é invisibilizado e só será reconhecido quando tiver um valor de mercado.

Além dos tempos do cuidado e da produção extradoméstica, Carrasco (2018) adiciona o tempo da natureza como o terceiro âmbito fundamental para a sustentação da vida. O tempo mercantil é apontado como o tempo do relógio, que exige velocidade para que haja incremento na produção, pois “é um tempo do dinheiro, um tempo que não pode ‘ser perdido’, um tempo quantitativo que, na atual forma de organização social, condiciona, obriga e determina o restante dos tempos” (CARRASCO, 2018, p. 62).

Já os tempos da natureza seguem seus próprios ritmos, que não são respeitados. Os modos de vida da sociedade atual exigem um ritmo acelerado de exploração e extração que não são condizentes com o movimento orgânico da natureza. Os tempos do cuidado são, novamente, diferentes. Eles são tempos de relação, que não obedecem o relógio; a velocidade

³⁵ Tradução livre: “Os trabalhos de cuidados se construíram, historicamente, numa intensa inter-relação entre a sua dimensão de trabalho – mesmo não sendo remunerado (trabalho qualificado, normatizado) –, sua dimensão emocional e de responsabilidade e seu desempenho dentro de um determinado sistema de relações familiares e de gênero”.

e a pressa não adicionam – pelo contrário, elas reduzem a qualidade do cuidado e da relação. Não há como subjugar estes tempos a seguir o ritmo de produção mercantil sem que haja perda na qualidade destas questões.

A agroecologia tem o poder de reverter esse modelo de sociedade pautado em relações econômicas e a caderneta agroecológica é um instrumento que permite visibilizar essa guinada. Ela pressupõe um ambiente em que o cultivo de plantas e animais se dá de forma conjunta com o trabalho de cuidado dos filhos e do espaço como um todo. Pimenta (2018) afirma que pesa, sobre as mulheres rurais, o acúmulo do trabalho produtivo somado ao trabalho doméstico e de cuidados. Além disso, elas são constantemente excluídas dos processos decisórios sobre a organização produtiva familiar.

Os vários relatos de mulheres que vivem o movimento agroecológico confirmam essa questão. Por exemplo, Dona Ortência de Oliveira Gomes Alves, de Santa Maria do Icatú, Igarapé Miri/PA, que, ao falar a respeito de sua rotina, aponta que durante a manhã, cuida dos animais e pela tarde, trabalha na roça. E o trabalho de casa é feito em paralelo o tempo todo.

3.2.2.3 Ecofeminismo

Agroecology is a very real alternative to the broken, violent paradigm of industrial chemical agriculture. [...] it is the methods and practices developed by agroecology that really feed the world. Where industrial agriculture destroys biodiversity, ecological agriculture conserves and rejuvenates diverse species. Where industrial agriculture depletes and pollutes water, organic farming conserves water by increasing the water-holding capacity of soils by recycling organic matter. Where industrial agriculture sees nature as dead matter, or as a machine, agroecology injects life back into the Earth, seeing her as a living, breathing being (SHIVA, 2016, p. 21)³⁶.

Shiva (1988) ressalta a importância da relação do ser humano com a natureza como fator preponderante para a ascensão do sistema atual. Segundo a autora, a alteração na relação humana com a natureza – a consequente não valorização do trabalho e da produtividade da mesma – ocasionou a crise ecológica. Seguindo o mesmo sentido, a desvalorização do trabalho feminino levou à desigualdade entre homens e mulheres. E o menosprezo pelo trabalho de subsistência, o qual está baseado na harmonia entre a mulher, o homem e a natureza, gerou as inúmeras crises étnicas e culturais que são hoje vistas no mundo (SHIVA,

³⁶ Tradução livre: “A agroecologia é uma alternativa ao violento paradigma da agricultura química e industrial. [...] são os métodos e as práticas desenvolvidas pela agroecologia que realmente alimentam o mundo. Onde a agricultura industrial destrói a biodiversidade, a agricultura ecológica conserva e rejuvenesce várias espécies. Onde a agricultura industrial esgota e polui a água, a agricultura orgânica conserva a água aumentando a capacidade de retenção líquida dos solos por meio da reciclagem da matéria orgânica. Onde a agricultura industrial vê a natureza como matéria morta ou como uma máquina, a agroecologia devolve vida à Terra, vendendo-a como um ser vivo”.

1988). A essas crises, soma-se a da própria sobrevivência humana, ameaçada pelo estilo consumista ocidental, a qual vem a exigir mudanças no modelo de desenvolvimento e estilo de vida promovidos como ideais.

With the cultivation of cash crops entirely for the market women have no decision-making power regarding the requirement of grain at home. Economic principles are paramount when such decisions are made. Women with no control over expenditure or marketing lose authority at home. This has been the natural consequence of displacement from the spheres of work and Market (KELKAR, 1981, p. 60)³⁷.

Essa visão, em que são contrapostos mulher e natureza em relação ao homem e à cultura, aproxima-se da visão ecofeminista que aponta o homem branco ocidental como causador dos problemas ambientais dos países tidos como subdesenvolvidos. Siliprandi (2009, 2015) aponta que essa visão mais radical é resultado de um processo de enfrentamento de mulheres camponesas indianas.

Os bosques e florestas – essenciais para a sobrevivência dos camponeses – foram entregues a empresas privadas. Isso gerou um processo pacífico de resistência, em que mulheres se abraçavam a árvores com o objetivo de impedir o corte das mesmas. Elas encontraram resistência até nos maridos, que acreditavam nas promessas de desenvolvimento e emprego pregadas pelas empresas. É necessário que se entenda tal processo para que seja compreendida a posição de contraposição entre mulher e sociedade *versus* homem e cultura, defendida pelo Movimento *Chipko*³⁸ e por correntes ecofeministas.

O movimento ecologista enfatiza a importância do meio, da natureza, na satisfação das necessidades. O ambiente proporciona os recursos que convertem em meios ou serviços que atendem as necessidades humanas. O pensamento feminista, por sua vez, ressalta a relação entre o trabalho tido como responsabilidade feminina e a satisfação das necessidades humanas. Bosch, Carrasco e Grau (2005) enfatizam que, tendo isso em vista, ambos têm, como objetivo central, mostrar que tanto as condições ambientais quanto o trabalho doméstico estão na base da satisfação das necessidades humanas fundamentais.

Contudo, a corrente ecologista não estabelece, como eixo principal, a centralidade da vida humana, o que abre espaço para a manipulação desta em função de necessidades

³⁷ Tradução livre: “Com o cultivo de culturas de rendimento, ou seja, voltadas totalmente ao mercado, as mulheres perdem o poder de decisão no que diz respeito à oferta de grãos voltada ao consumo familiar. Os princípios econômicos é que regem tais decisões. As mulheres sem controle sobre as despesas ou sobre a comercialização perdem a autoridade no âmbito doméstico. Essa tem sido a consequência natural do deslocamento das esferas de trabalho e mercado”.

³⁸ Conhecido pelo livro “*Staying Alive: Women, Ecology and Survival in India*”, de Vandana Shiva (1988), Siliprandi (2015) enfatiza que a inspiração das mulheres *Chipko* vinha de movimentos de resistência não violenta dos discípulos de Gandhi e da vinculação com a natureza, baseado em princípios da cosmologia hindu. De acordo com a autora, deste movimento derivam várias organizações camponesas, que até hoje se mobilizam contra políticas de desenvolvimento não sustentáveis.

estabelecidas no âmbito externo. Além disso, Bosch, Carrasco e Grau (2005) apontam que o discurso ecologista se dá em um alto nível de abstração, reduzindo a complexidade dos sistemas sociais a um mero conjunto de dados e regras.

Apesar de semelhanças entre os movimentos, principalmente no que tange ao enfrentamento à hegemonia, a abordagem ecofeminista não se mostra a mais adequada para o presente estudo em função de associar a mulher e a natureza em contraposição ao homem e à cultura, de modo que as mulheres sejam encaradas, em um sistema imutável, como protetoras, guardiãs naturais da natureza, e o homem seja visto como predador, destruidor.

A consciência das mulheres do campo sobre a necessidade de cuidar do ambiente que habitam está muito mais relacionada às suas condições de sobrevivência do que uma suposta empatia materna, protetora, das mulheres sobre a natureza. Ainda de acordo com a autora, as maiores críticas à corrente ecofeminista estão relacionadas ao seu caráter “essencialista”, que defende que todas as mulheres seriam propensas ao cuidado, afetividade, docilidade, não violência e demais características comumente tidas como femininas. De acordo com o ecofeminismo, estes traços teriam o poder de aproximá-las da natureza e, conseqüentemente, as tornariam “maternais” com todas as formas de vida (SILIPRANDI, 2015).

As duas críticas centrais ao essencialismo ecofeminista estão relacionados a esta uniformização dos comportamentos humanos segundo o gênero. A primeira diz respeito à formação comportamental prévia, de forma a-histórica e minimizando impactos socioculturais. E a segunda questão argumenta que, ao aceitar a padronização de determinado comportamento em função do gênero, reforça tudo o que é utilizado como base para a opressão das mulheres e a sua subordinação ao espaço privado. “Seria como se as mulheres aceitassem ‘livremente’ o lugar subalterno que lhes foi designado pelo patriarcado e passassem, em vez de denunciar o seu caráter injusto, a se orgulhar dele” (SILIPRANDI, 2015, p. 69).

[...] a relação entre as mulheres e a natureza precisa ser entendida em sua realidade material, em suas formas específicas de interação com o meio ambiente, levando em consideração a divisão do trabalho, assim como a distribuição da propriedade e de poder baseadas em gênero, classe, casta, raça, etnia, etc. Esses fatores estruturavam não só as relações entre as pessoas e a natureza, mas também a forma como as mudanças no meio natural as afetariam diferentemente, assim como a maneira como as pessoas reagiriam a essas mudanças (SILIPRANDI, 2015, p. 74).

Kelkar (1981) mostra que, junto com a Revolução Verde, vem a exclusão e marginalização das mulheres. A autora afirma, baseada em um estudo sobre os impactos da mesma sobre três vilas do distrito Etawah, na Índia, que os princípios econômicos passam a prevalecer. As decisões se voltam para o mercado, as mulheres perdem o poder de decisão

sobre o que cultivar. Badi Bitti, moradora da região de Hamirpur Ruru, na Índia, afirma que as mulheres foram relegadas à miséria. Ela fala que passou fome por vários dias para que fosse possível alimentar os filhos. Isso porque Kadohri, seu marido, gastou o dinheiro da família para comprar uma bicicleta (KELKAR, 1981).

3.3 Processos de disputa do agrário amazônico

Aquilo que chamamos terra é um elemento da natureza inexplicavelmente entrelaçado com as instituições do homem. Isolá-la e com ela formar um mercado foi talvez o empreendimento mais fantástico dos nossos ancestrais.

Tradicionalmente, a terra e o trabalho não são separados: o trabalho é parte da vida, a terra continua sendo parte da natureza, a vida e a natureza formam um todo articulado. A terra se liga, assim, às organizações de parentesco, vizinhança, profissão e credo - como a tribo e o templo, a aldeia, a guilda e a igreja (POLANYI, 2000, p. 214).

A região amazônica é, desde os primórdios da colonização, uma área de conflitos latentes dentro desse continente que já é pensado pelos de fora, como aponta Escobar (1995). A Amazônia, tal qual a América Latina, é pensada de fora para dentro. Pouca é a relevância dada à opinião dos habitantes locais frente aos grandes projetos de desenvolvimento impostos seja pelo Estado seja pela iniciativa privada. O espaço agrário amazônico é parte desse projeto de disputa de projetos.

Buscando tanto uma compreensão desses mundos em conflito quanto localizar a agroecologia no meio do agrário amazônico, esta subseção tem função dupla: em um primeiro momento, são resgatadas as várias nuances do espaço analisado neste trabalho – a geografia, as histórias de luta e algumas pinceladas socioculturais.

3.3.1 Território

No Assentamento Agroextrativista Praialta Piranheira, no interior de Nova Ipixuna, no Pará, a luta para manter o que resta da floresta em pé começou há muito tempo, e continua dentro de cada casa. Enquanto os homens vislumbam lucros rápidos na criação de gado, as mulheres se agarram aos seus pés de andiroba, cupuaçu, acerola, às suas palmeiras de açaí. A paisagem desmatada mostra o lado que está ganhando (WENZEL, 2019, não paginado).

As Amazônias são várias e diversas. É um universo por si só. E nessa imensidão, o Pará é o segundo maior estado brasileiro em extensão territorial. Ou seja, é praticamente impossível traduzir as multiplicidades culturais paraenses em palavras. Numa tentativa de compreensão de todos esses mundos, Almeida (2010) destaca a necessidade de entender o processo de colonização do estado. Segundo o autor, as o Baixo Tocantins e a Bragantina, inseridas no Nordeste Paraense, são as áreas de colonização mais antiga, em contraste com o

sudeste e o sudoeste, em que a disputa pela terra é acentuada. Além disso, o sudoeste paraense tem se constituído como cenário de deslocamento da violência contra camponeses, que antes estava concentrada no sudeste.

Ainda que tenha como intenção de abranger o todo, a análise das cadernetas no estado do Pará começou mais restrita à região do Baixo Tocantins. Por isso, a maior parte dos dados corresponde a esta porção do estado.

3.3.1.1 Movimentos da confrontação agrária do Baixo Tocantins

O campesinato³⁹ do Baixo Tocantins apresenta um forte caráter combativo e é considerado um dos mais antigos e importantes da Amazônia. Há dois movimentos históricos na região, marcantes da busca pela emancipação: a Cabanagem e o Movimento de Resistência do Anilzinho. O primeiro é uma das revoluções mais significativas do Brasil, ocorrida no século XIX. O segundo ocorreu nos anos 1970 – durante a ditadura militar – e é um marco no campesinato do Baixo Tocantins (BRASIL, 2015).

A Cabanagem (1835-1840) é a primeira vez em que o povo oprimido tomou o poder e, por isso, é considerada uma das revoluções mais significativas da trajetória de insurgência do período regencial brasileiro (ALMEIDA, 2010). Contudo, o movimento agrupava, além do povo pobre da região, representantes das elites locais. A repressão foi tamanha que cerca de 30% da população do Pará da época foi assassinada.

O movimento do Anilzinho, de 1979, é considerado um marco na história do campesinato da região porque foi o primeiro “no contexto da luta pela tomada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) pelos trabalhadores alinhados politicamente com o ‘novo sindicalismo’” (ALMEIDA, 2010, p. 295). De acordo com o autor, a adesão da igreja católica à luta pela terra foi um ponto importante deste movimento. A trajetória do campesinato amazônico e a luta pela emancipação é marcada por vários mediadores – desde partidos políticos passando por segmentos da igreja católica e ONGs.

Nota-se, na história do Baixo Tocantins, um conjunto de inúmeras formas de mobilização que passa pelos gritos da terra, acampamentos de camponeses no município de Cametá – cidade polo da região –, ocupações em órgãos públicos no

³⁹ Almeida (2010) classifica o campesinato como “a condição subordinada que o conforma nas diferentes sociedades escravocratas, feudais, socialistas e capitalistas, a partir da transferência do excedente de sua produção para outras classes sociais” (ALMEIDA, 2010, p. 294). Além disso, o campesinato está ancorado na produção familiar e no controle relativo sobre os meios de produção. Na realidade amazônica, o autor destaca que a precariedade é um fator comum. Neste caso, ela passa pela baixa escolaridade, baixo uso de insumos, pouca capacidade de produção e comercialização, distâncias grandes dos centros de comercialização – o que facilita o papel de atravessadores – e falta ou ausência de assistência técnica.

município e em Belém que marcam os anos 1990. [...] Nesse contexto de lutas, realizam-se mobilizações no município de Cametá e no vizinho município de Tucuruí na luta pela energia elétrica. [...] A conquista do Fundo Constitucional do Norte (FNO) especial é considerada um marco do momento recente da luta sindical dos(as) trabalhadores(as) rurais do Baixo Tocantins (ALMEIDA, 2010, p. 295).

Almeida (2010) destaca a capacidade de mobilização do campesinato do Baixo Tocantins. Em períodos recentes, os exemplos mais marcantes dizem respeito ao Movimento em Defesa da Região Tocantina (MODERT), o Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens (MONAB) e também o Movimento Nacional dos Trabalhadores da Pesca (MONAPE). Representantes da categoria eleitos em várias esferas de poder também são marcas da força de mobilização do setor. Nesse caso, essa medida é vista como uma espécie de confronto em relação às forças tradicionais de poder. O Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (PRONAF) também é atribuído à luta sindical (ALMEIDA, 2010).

3.3.2 Múltiplas faces do agrário da Amazônia

De acordo com Cordeiro, Arbage e Schwartz (2017), a região amazônica vem sofrendo um processo de descaracterização em função do desmatamento, fruto tanto do modo de ocupação quanto do uso da terra. Além disso, há o impacto da expansão do agronegócio – enfatizando a soja –, da extensão das pastagens de gado, da agricultura mecanizada e da extração de minério, que também alteraram as relações de trabalho⁴⁰.

É destacado que a ocupação irregular da região levou a um processo demorado de demarcação de terras indígenas e quilombolas (CORDEIRO; ARBAGE; SCHWARTZ, 2017). Nesse sentido, Barbosa *et al.* (2011) apontam os conflitos e as contradições existentes entre fazendeiros, madeireiros, agricultores familiares, populações indígenas, populações quilombolas e mineradoras. E, com os objetivos de fortalecer as relações da agricultura familiar associada aos indivíduos das populações tradicionais e de favorecer esses atores, bem como se posicionar em contraface aos processos de expansão do agronegócio da indústria mineradora, os autores apontam que a difusão da agroecologia, do manejo florestal madeireiro e não madeireiro, o fortalecimento de cadeias produtivas da fruticultura e da apicultura, entre outras.

Na segunda metade do século XX, consolida-se, na Amazônia, uma nova etapa de modernização, inspirada na Revolução Verde. Este processo é impulsionado por uma nova

⁴⁰ Segundo Cordeiro, Arbage e Schwartz (2017), produtores tradicionais passaram a atuar em colheitas sazonais, fazendo com que haja uma troca periódica entre a roça e salários.

política de ocupação da Amazônia, que oferecia terras baratas a quem quisesse ocupá-la de modo que viesse a atender os interesses estatais. O objetivo era substituir a economia extrativista pelo grande capital – agronegócio, mineração e indústrias de grande porte, protegidas por incentivos monetários e fiscais (ROCES; MONTIEL, 2011).

Costa (2005) aponta que a Amazônia tem chamado atenção mundial tanto como natureza quanto como sociedade. Na primeira situação, devido à maior floresta tropical do mundo, que serve como acervo de biodiversidade e base de prestação de serviços ambientais que estabilizam o clima global. A segunda condição diz respeito aos usos arriscados da base natural amazônica, que compromete a possibilidade de um uso mais racional ou qualificado das suas características naturais. De acordo com o autor, “a dimensão social da região, incluindo as intervenções políticas, constitui um paradoxo por realizar-se destruindo, em nome dos ganhos presentes de poucos, os mais preciosos trunfos para um futuro melhor para todos” (COSTA, 2005, p. 132).

São reais os riscos ambientais de muitas das práticas econômicas que se detectam na região, ao par de prejuízos inquestionáveis ou benefícios sociais discutíveis. Mas é falso considerar irracionais os processos decisórios privados que fundamentam tais usos, ou sem sentido os cálculos de custo-benefício que nesse nível se processam. O justo é expor os dilemas aí vivenciados, para tratá-los institucionalmente: mediante necessidades presentes que só conseguem ser atendidas por usos tradicionais (insustentáveis) da base natural, usos modernos (sustentáveis) que se apresentam como promessa de atendimento de necessidades futuras serão sempre postergados. É função do Estado, na Amazônia, e certamente um macrodesafio do poder federal na Amazônia, atuar no sentido de anular o hiato de tempo existente entre formas modernas e sustentáveis de uso dos recursos naturais da região e as necessidades cotidianas de suas populações (COSTA, 2005, p. 132).

Costa (2005) identifica dois projetos centrais de desenvolvimento de base rural em disputa na Amazônia. O primeiro deles é representação dos impactos da Revolução Verde na região. Chamado de latifundiário-monocultural, está associado à propriedade latifundiária e produção homogênea de gado e grãos, como o próprio nome indica, e também pelo trabalho assalariado. A esse modelo estão associados altos riscos ambientais, porque o lucro é priorizado, fazendo com que haja alta padronização das bases produtivas.

Esses projetos têm um elevadíssimo grau de antagonismo, dado que competem pelos mesmos recursos físicos (para absorvê-los em formas distintas e excludentes, como se viu), humanos (trabalho) e sociais (infra-estruturais e institucionais). A dimensão mais visível desse antagonismo é a representada pelos conflitos fundiários. Mas há um campo de disputa no plano institucional, não tão claramente percebido, em torno de políticas públicas e recursos sociais de toda ordem. A política dos incentivos fiscais gerida pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – Sudam marcou um período de completa hegemonia da unidade estrutural *latifúndio-monocultura*. A mais recente e ilustrativa peleja trava-se em torno dos recursos do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Norte – FNO. A observação desse

embate é central para indicar tendências e possibilidades (COSTA, 2005, p. 134-135).

O segundo projeto é representado pela pequena propriedade rural. É chamado de familiar-policultural e está ancorado em propriedades de pequena escala, alta diversidade e baixos riscos ambientais, porque seu funcionamento está ancorado em uma racionalidade produtiva em que, para ser eficiente, deve limitar a expansão da propriedade às capacidades de trabalho da família, objetivando maximizar a qualidade de vida familiar. De acordo com Costa (2005), o compartilhamento difuso do saber é a base da inovação nesse sistema, em que a formação de capital humano se dá praticamente de forma mecânica do seu fortalecimento. Penha (2012) classifica este modelo de desenvolvimento como histórico e adaptável ao tempo.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Consider Tendai, a young girl in the Lowveld, in Zimbabwe. Her day starts at 4 a.m. when, to fetch water, she carries a thirty litre tin to a borehole about eleven kilometres from her home. She walks barefoot and is home by 9 a.m. She eats a little and proceeds to fetch firewood until midday. She cleans the utensils from the family's morning meal and sits preparing a lunch of sadza for the family. After lunch and the cleaning of the dishes, she wanders in the hot sun until early evening, fetching wild vegetables for supper before making the evening trip for water. Her day ends at 9 p.m., after she has prepared supper and put her younger brothers and sisters to sleep. Tendai is considered unproductive, unoccupied, and economically inactive. According to the international economic system, Tendai does not work and is not part of the labour force (WARING, 2004, p. 13)⁴¹.

Pimenta (2018) e SOF (2016) enfatizam que a caderneta agroecológica é um instrumento capaz de visibilizar e identificar o destino da produção das mulheres. Além disso, ela promove a reflexão e o debate tanto sobre a renda derivada da agricultura quanto sobre a estrutura do poder familiar. Uma das faces mais evidentes sobre a subimportância dada ao poder feminino é a gestão sobre a renda e sobre a terra: são poucos os casos em que a decisão sobre o que produzir ou como lidar com o dinheiro são tomadas em conjunto. Em geral, o quintal é tido como espaço de domínio da mulher ao passo que o roçado é considerado área masculina, em que o trabalho feminino é visto como “ajuda”.

Como a caderneta é, por si só, um instrumento metodológico, os dados dela extraídos mostram uma realidade por conta própria. Dessa forma, o objetivo central deste capítulo é expor e retomar os itens da caderneta, correlacioná-los aos conceitos apresentados, debater e territorializar as informações e a teoria.

As mulheres aqui retratadas, ao se mobilizarem politicamente, tomaram consciência das estruturas hierárquicas que as cercam. E é a partir das suas identidades como agricultoras, donas de casa e mães que elas se afirmam politicamente, percebendo que questões até então tratadas no âmbito individual têm um cunho social e estão imersas em redes coletivas. Isso as leva a pensar e propor mudanças nos ambientes e nas relações cotidianas – o mundo do trabalho e as tarefas domésticas, a forma de lidar com a natureza e o espaço, as arenas de representação política, as questões familiares. As suas trajetórias e os seus depoimentos

⁴¹ Tradução livre: “Considere Tendai, uma jovem garota de Lowveld, Zimbábue. Seu dia começa às 4h da manhã quando, para buscar água, ela carrega um galão de 30 litros até um poço, 11 km distante de sua casa. Ela vai a pé e chega em casa às 9h da manhã. Ela come e, em seguida, vai buscar lenha até o meio-dia. Ela lava as louças das refeições familiares da manhã e, então, prepara almoço para a família. Depois do almoço e de lavar as louças, ela perambula pelo sol quente até o fim da tarde, ocupada com a extração de vegetais selvagens para o jantar antes de ir buscar água pela segunda vez no dia. A sua rotina termina às 21h, depois dela ter preparado a janta e colocado suas irmãs e irmãos mais novos para dormir. Tendai é considerada improdutiva, desocupada e economicamente inativa. De acordo com o sistema econômica internacional, Tendai não trabalha e não é parte da força de trabalho”.

ajudam a perceber os rumos que as lutas contrahegemônicas em ambientes rurais amazônicos estão seguindo.

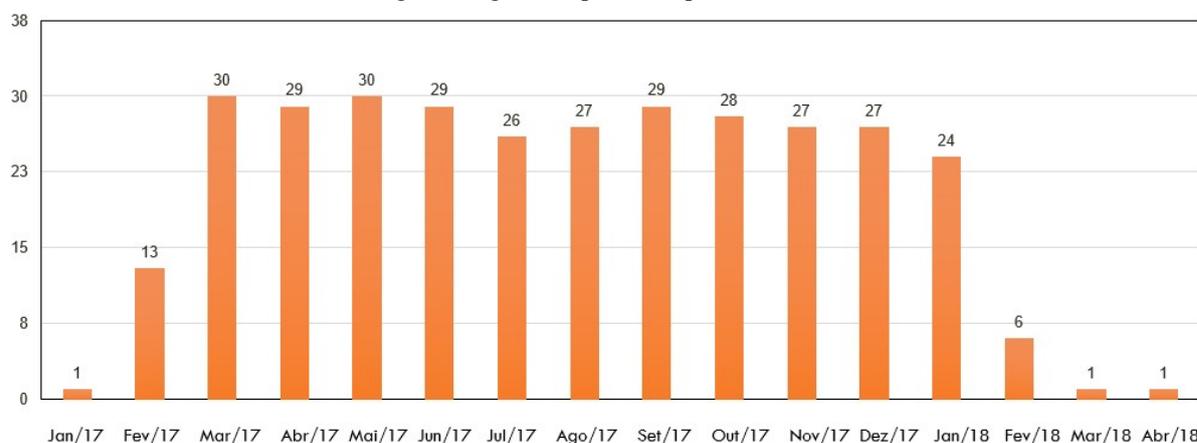
4.1 Formulários

A caderneta, como dito no capítulo 2, tem como objetivo central dar maior visibilidade à produção dos quintais. A estratégia utilizada consiste em estimar o valor monetário do que é colhido e, no fim de cada mês, fazer a soma dos valores de acordo com o destino dessa produção – autoconsumo, doação, troca ou venda. Como forma de complementar esses dados, as várias entrevistas das agricultoras têm dois objetivos. O primeiro é dar mais embasamento aos gráficos e aos dados quantitativos. Além disso, os depoimentos servem como ponte entre os dados e a teoria, tanto ao criar uma imagem das situações descritas quanto a reforçar e a descrever a realidade aqui trabalhada.

Foram analisadas, em média, 21 cadernetas agroecológicas. É tomado como base o número médio de cadernetas respondidas porque por inúmeros motivos as mulheres não conseguiram anotar os dados da produção regularmente. Em algumas situações, a agricultora é analfabeta, então um filho ficava responsável e, quando o filho não estava disponível para anotar, a contabilização acaba não sendo feita, por exemplo. Outro caso comumente relatado foi o de adoecimento de membros familiares e o consequente acompanhamento da mulher ao hospital, inviabilizando a anotação da produção.

Além disso, o projeto tinha a duração prevista de um ano. Com isso, os resultados de janeiro de 2017, abril e maio de 2018 são atípicos (Gráfico 1), porque contam com a análise de apenas uma caderneta agroecológica. Por isso, foram excluídos da análise.

Gráfico 1 – Número de cadernetas agroecológicas respondidas por mês, Nordeste Paraense, fev./17 a maio/18



Fonte: Pesquisa Caderneta Agroecologia do Programa Mulheres e Agroecologia, vinculado ao Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) entre 2014 e 2018.

A venda está relacionada com o ir pra feira, que envolve um deslocamento por vezes caro, difícil e longo. É importante, também, notar essa questão para perceber a importância da comunidade local pro funcionamento da agroecologia e, mesmo, para a reprodução da vida humana. Já as outras três colunas indicam maior nível de influência do local: tanto a doação quanto a troca são atividades cotidianas das manhãs e das sociabilizações no quintal. É importante chamar atenção para o espaço do quintal como revelador dessa lógica (re)produtiva da economia ressaltada no capítulo 3, em que vida e produção se dão de forma conjunta. O quintal é, ao mesmo tempo, reprodução da matéria e dos modos de vida, dos saberes, das pessoas.

Além disso, a caderneta tem o mérito de trazer à tona o debate a respeito do que significa a renda, que não necessariamente está ancorada em termos monetários. Essa questão, nesse caso, mostra-se presente em uma análise de custos de oportunidade. Ao perceber o trabalho e a produção dos quintais como dotada de valor, há uma valorização dessa produção invisibilizada. Essa guinada de perspectiva que deixa de anular o trabalho feminino voltado para o cuidado com hortas e quintais faz, em alguns casos, com que a mulher deixe de procurar ou desejar trabalho remunerado –, dado que, em várias situações relatadas, a soma do valor se mostra inferior ao rendimento da produção dos quintais.

The logbooks have helped women in rural areas see themselves differently and forced men to value them more too. In a country where progress on women's rights has been slow, this is an important change. "We can see more empowerment of the women, an increase in their autonomy from the moment they can see their own production," Cardoso says. "It seems simple, but it is fundamental [in taking] them out of subjugation" (UN WOMAN, 2019, p. 73)⁴².

O objetivo central da caderneta é funcionar como uma ferramenta na administração da produção das agricultoras, e esse exercício de anotação da produção veio acompanhado de inúmeras observações em diferentes níveis (TELLES *et al.*, 2018). No âmbito individual, este instrumento, aliado a oficinas e seminários de debate, contribuiu para que as mulheres reconhecessem o seu trabalho como essencial ao funcionamento da sociedade, estimulando a reflexão sobre as diferentes formas de opressão a que estão submetidas – esta questão ficou evidente quando elas compartilham as injustiças que sofrem e se veem em relatos de outras mulheres. No que diz respeito ao nível organizacional e aos processos de assessoria às

⁴² Tradução livre: "As cadernetas ajudaram mulheres de áreas rurais a se verem de outra forma e obrigou os homens a valorizá-las também. Num país em que o progresso do direito das mulheres tem sido lento, essa é uma mudança importante. 'Nós podemos ver mais empoderamento nas mulheres, um aumento em sua autonomia a partir do momento em que elas conseguem visualizar sua produção', diz Cardoso. 'Parece simples, mas é fundamental [tirá-las] da subjugação'".

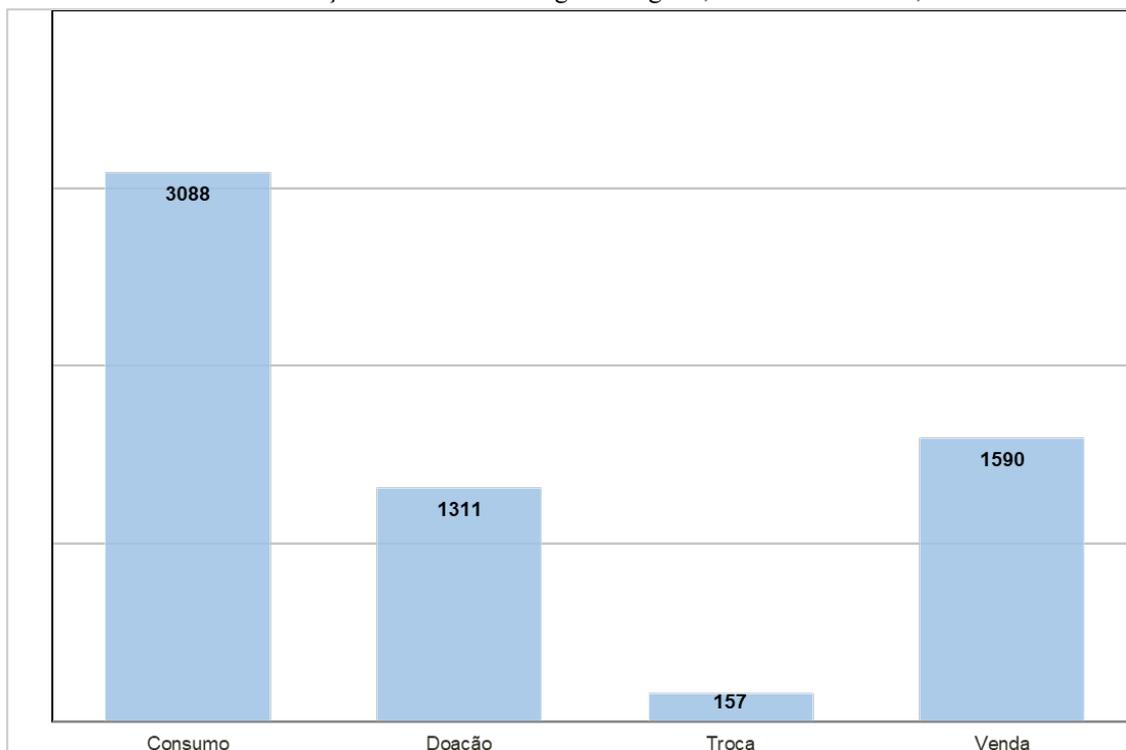
mulheres, a mudança foi na metodologia utilizada nas abordagens que tratam da transição agroecológica: o trabalho das mulheres passa a ser tratado como fundamental para que essa transição ocorra. E, no nível das redes, Telles *et al.* (2018) enfatizam a importância deste instrumento em relação à ampliação e politização do conceito de agroecologia.

Um dos grandes diferenciais da caderneta é a visibilidade dada ao autoconsumo, objetivo primeiro dos quintais. Com este registro, é possível dimensionar, em termos monetários, a importância da produção voltada ao consumo familiar e o quanto a família deixa de gastar ao consumir o que cultivado, trocado e doado pelas e entre as mulheres. Miriam Nobre ressalta que “ao codificar o autoconsumo, abre-se uma discussão sobre como lidar com o nosso bem-estar, sobre quanto precisamos do dinheiro em si e quanto podemos seguir outros caminhos” (SOF, 2016, p. 6).

A respeito da renda gerada nos quintais produtivos, Daniela Silva, moradora da comunidade Pirocaba, Abaetetuba/PA e que faz uso da caderneta agroecológica, ressalta:

Antigamente eu podia se dizer assim que tudo o que eu pegava no meu quintal não tinha valor, é, em dinheiro, né? E hoje em dia, com essa caderneta, eu pude ver o quanto eu ganhei, né, tendo em vista que, por acaso, a pimentinha que eu peguei no meu quintal, eu não comprei do mercado, né? [...] É aquilo que eu deixo de comprar no mercado, né, e com isso, assim... Com a ajuda da caderneta, né, eu pude ver o quanto eu tô ganhando, né, produzindo mais um pouco, né? (Daniela Silva, moradora da comunidade Pirocaba).

Esta produção voltada ao autoconsumo tem um forte impacto na renda familiar, visto que a maior parte do que é extraído do quintal é consumido pela própria família. O Gráfico 2, que mostra a quantidade de anotações nas cadernetas discriminada pelo seu caráter econômico, identifica a predominância de registros voltados ao autoconsumo.

Gráfico 2 – Número de anotações das cadernetas agroecológicas, Nordeste Paraense, fev./17 a maio/18

Fonte: Pesquisa Caderneta Agroecologia do Programa Mulheres e Agroecologia, vinculado ao Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) entre 2014 e 2018.

Somado a este instrumento, a FASE – responsável pela aplicação das cadernetas agroecológicas no Nordeste Paraense –, promoveu diversos eventos e seminários de debate e reflexão a respeito de temas relacionados à agroecologia e à caderneta. O impacto das cadernetas agroecológicas como instrumento visibilizador da renda proveniente dos quintais produtivos deve ser considerado nessas condições, porque ela é aplicada de forma conjunta com debates e reflexões coletivas.

Essas conversas entre as usuárias das cadernetas evidenciam o caráter social das suas experiências individuais – elas percebem que o que acontece com elas acontece também com outras mulheres, o que impacta diretamente no empoderamento feminino, porque elas se veem como parte de um conjunto, como ressalta a fala de Leocádia Moraes de Oliveira, moradora da Comunidade Quilombola África/Laranjituba, de Abaetetuba/PA e também usuária das cadernetas. Ela diz: *“E outra coisa também muito importante foi a união das mulheres”*.

Esta metodologia segue o modelo adotado pelo CTA-ZM. Em um primeiro momento, são feitas oficinas e cursos de reflexão de diversos temas relacionados à caderneta. Em seguida, o órgão responsável acompanha o uso do instrumento e, ao converter as informações

em renda monetária, vê-se que o trabalho das mulheres, feito em casa, nos quintais, é muito importante tanto em termos econômicos quanto sociais. Somando as oficinas, a análise dos dados das cadernetas e as entrevistas semiestruturadas, a contribuição feminina na gestão dos agroecossistemas torna-se visível. “Esse trabalho tem gerado importantes informações sobre o trabalho produtivo das mulheres rurais, o que tem fortalecido a produção agroecológica, o empoderamento e a autonomia das mulheres” (MDA, 2019, p. 2).

Leocádia Oliveira também entra em concordância com Daniela Silva e com o MDA (2019) ao afirmar que as cadernetas agroecológicas permitiram que ela notasse o trabalho e a produção dos quintais como dotada de valor. Essa questão é recorrente nos depoimentos em geral. A valorização dessa produção invisibilizada é assim abordada por Leocádia:

A importância da caderneta pra nós foi assim, porque nós não sabíamos o que nós utilizávamos, o que nós gastávamos durante o mês. Às vezes a gente pensava que: ‘Ah, minha despesa é de tanto’. Quando acaba, a nossa despesa é outra coisa. Aí ela foi muito importante pra gente descobrir o que nós temos nos nossos quintais, que a gente não, não contava que a gente tinha, que a gente usava... Isso daí foi muito importante pra nós (Leocádia Oliveira, moradora da Comunidade Quilombola África/Laranjituba).

Essa questão evidencia outra consequência importante desta ferramenta: a alteração na estrutura de poder familiar. Ela passa a se ver como sujeito da própria história, como pessoa essencial para a manutenção e o desenvolvimento da sociedade. Sobre isso, Leocádia Oliveira afirma: “*É participando que a gente vai se... Aprendendo, né, porque quando eu comecei eu não tinha grande coisa pra falar, hoje eu já não tenho mais a vergonha de falar...*”.

Ao se organizarem e se colocarem na cena pública, essas mulheres refazem a própria história e a dos movimentos a que pertencem, ao mesmo tempo que vão se construindo como novos sujeitos, reconfigurando as relações pessoais e familiares e reelaborando o discurso desses movimentos. Tanto no campo das discussões das mulheres quanto no dos movimentos agroecológicos, incorporam-se novas questões, que expressam o aparecimento desses novos sujeitos. Essas mulheres, com os seus movimentos e organizações, portanto, estão transformando o campo, a floresta e também as pessoas com quem se relacionam (SILIPRANDI, 2015, p. 26).

O empoderamento feminino também foi notado nas aplicações da caderneta a nível nacional. Segundo relatos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2019, p. 4):

“O trabalho com a Caderneta Agroecológica, feito pelo CTA, me ajudou a ter gosto por aquilo que eu desenvolvo e a mostrar aos homens o quanto a gente economiza na feira, no mercado. Porque eu mesma não valorizava o que eu fazia, achava que era um trabalho menos importante. Não anotava nada, tinha a mania de plantar, mas não tinha noção de quantas coisas tinha em volta de casa, as frutas, as plantas medicinais. Eu acho tão fundamental participar das atividades que é até difícil de explicar. A gente tinha na cabeça que ser mulher é ser menos que o sexo masculino, é não ter poder, não ter vez, não ter voz. E percebemos que não temos diferenças, que devemos lutar por uma paridade de direitos. A nossa luta não é para separar a

família, é que as mulheres e os maridos permaneçam juntos, mas com direitos iguais.’ Agricultora de Espera Feliz.

Além disso, há uma alteração na estrutura de poder familiar. A mulher passa a se ver como sujeito da sua história, reconhecendo o seu papel na manutenção e desenvolvimento da sociedade. Nesse sentido, é destacada a fala da Sra. Rosa, 60 anos, agricultora ecológica e feirante. Em uma entrevista a Henn (2013, p. 78), ela diz que: “Agora eu abri os olhos, porque eu andei 45, 48 anos com os olhos fechados. [...] Eu disse: ‘Não quero mais que você interfira na minha vida, deixa eu trabalhar do meu jeito, deixa eu administrá (sic) meu dinheiro’”.

Essa reorganização no espaço familiar está relacionada a uma forma diferenciada, de resistência a práticas comuns ao sistema, de lidar com as relações sociais. Essa questão também é ressaltada pelas transações não monetárias resultantes da produção dos quintais – a saber, as doações e as trocas. Além disso, a soberania alimentar também se caracteriza pela resistência. Isso porque tira o poder do sistema externo no que tange à reprodução das formas de vida e à sobrevivência no que toca à alimentação.

Outro ponto tratado como contra-hegemonia e abordado, de certa forma, pela caderneta, é a menor separação entre as esferas produtiva e reprodutiva, visto que existe produção palpável (e monetizável) gerada no âmbito doméstico; a renda provocada pela venda de produtos dos quintais quebra a ideia de que é na esfera assalariada que se dá a geração de renda. Há que se destacar, ainda, que, por meio da valorização do trabalho produtivo e da produção resultante dos quintais, a caderneta agroecológica fortalece a importância do cultivo de uma ampla gama de sementes, alimentos, plantas medicinais e saberes (LOPES NETO *et al.*, 2015).

A caderneta agroecológica se pauta na economia feminista para colocar a ideia de sustentabilidade da vida no centro das ações humanas. Ela aponta que o mercado é incapaz de satisfazer as necessidades desses grupos, dada a incapacidade deste de remunerar as famílias de forma a permitir a satisfação do desenvolvimento das capacidades humanas e de suprir as necessidades afetivas e emocionais, essenciais para o desenvolvimento do indivíduo (CARRASCO, 2012).

As concepções que fundamentam a Caderneta Agroecológica têm interface com a economia feminista, um conceito centrado na sustentabilidade da vida, e não apenas nas relações de mercado. Essa tecnologia social não deve ser usada apenas como um instrumento para a mensuração da produção. Para o seu sucesso, é imprescindível um trabalho de valorização e formação visando o enfrentamento das desigualdades no dia a dia das mulheres. Assim, é possível trazer de fato o reconhecimento da sua contribuição na produção e na diversificação dos cultivos agroecológicos (TEIA AGROECOLÓGICA, 2019, não paginado).

A respeito da importância de considerar o indivíduo como parte constitutiva (e não descolada) do espaço, Noemi Krefta, integrante do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), ressalta, em entrevista para o vídeo “Caminhos da autonomia: agroecologia e feminismo no Vale da Ribeira”, da SOF, Sempre Viva Organização Feminista:

A agroecologia feminista, ela é muito cara pra nós. Porque é a forma de fazer agricultura saudável, diversificada, com o olhar das mulheres, pensando a produção voltada para o auto sustento, levando em consideração que nós somos parte do ambiente onde vivemos. Não é uma relação de exploração do espaço e, sim, de troca, de partilha, de compreendermos, nós, mulheres, como parte do espaço onde a gente vive (CAMINHOS..., 2018, 12min).

Ozirene Silva, moradora da Comunidade P.A. Panelão, do município de Carreiro Castanho/AM, vai além. Ela afirma que, por meio das cadernetas agroecológicas, ela descobriu uma nova identidade sua. Além disso, teve acesso ao conhecimento do seu direito sobre a terra, que, até então, estava registrada apenas no nome do marido. Ozirene diz:

Através da caderneta eu vim descobrir que eu sou agricultora e que eu tinha direito na terra também... Aonde eu já fui correr os meus direitos, já... Hoje, meu documento, é anexado no dele. Aí isso, pra mim, foi muito importante porque hoje ele fala assim pra mim: ‘Você tá muito espertinha’... Porque eu também não falava quase nada, eu era muito calada e agora não, agora eu sei meus direitos, eu vou atrás e questiono... E assim, pra mim tá uma coisa maravilhosa, tá muito bom mesmo (Ozirene Silva, moradora da comunidade P.A. Panelão).

Essa reorganização no espaço familiar está relacionada a uma forma diferenciada, de resistência a práticas comuns ao sistema, de lidar com as relações sociais. Essa questão também é ressaltada pelas transações não monetárias resultantes da produção dos quintais – a saber, as doações e as trocas. Além disso, a caderneta mostra que a linha que divide o público e produtivo do privado e reprodutivo, no movimento agroecológico, é nebulosa.

Essa menor separação entre as esferas produtiva e reprodutiva, é perceptível porque existe produção palpável (e monetarizável) gerada no âmbito doméstico. A renda provocada pela venda de produtos dos quintais quebra a ideia de que é na esfera assalariada que se dá a geração de renda. E, ao acompanhar a rotina dessas mulheres economicamente inativas, o paradoxo em tratá-las desta forma fica evidente.

Pimenta (2018) adiciona que o tempo serve como instrumental capaz de revelar as várias faces da contribuição econômica das mulheres e, também, provoca uma reflexão sobre as desigualdades entre homens e mulheres. Esta desigualdade é perceptível ao analisar a distribuição do tempo ao longo do dia das mulheres – a sobrecarga feminina fica evidente.

Rosilene Pinto de Mota, de Santarém/PA, distribui os seus dias da seguinte forma: 1h para o preparo do café da manhã e do almoço; 2h para regar plantas e hortaliças, alimentar os

animais e limpar o quintal; 6h para o trabalho no roçado; 4h são destinadas para tarefas domésticas e, no fim do dia, mais 1h destinada ao preparo da janta. Ao total, são 14 horas diárias despendidas com o trabalho nas suas várias dimensões. Além disso, Rosilene ainda destaca que há o trabalho na Associação de Mulheres Trabalhadoras de Santarém (AMTR), no sindicato e nas demais programações das comunidades.

Maria Síría de Lima Leal, moradora da comunidade Pirocaba de Abaetetuba/PA, tem uma rotina parecida com a de Tendai, personagem desta epígrafe. A sua rotina começa as 04:30, para fazer o lanche e o café da manhã da filha que vai à escola. Em seguida, Maria trabalha com artesanato. As 11h, ela prepara o almoço da família. As tardes são divididas entre artesanato e as tarefas da janta. O dia de trabalho encerra às 22h da noite.

Os relatos sobre a jornada de trabalho das mulheres costuma seguir esse padrão. Maria do Carmo Silva Barros, Também de Pirocaba, Abaetetuba/PA, divide a sua rotina de trabalho de forma semelhante. Pela manhã, Maria do Carmo se ocupa do café da família, trabalhos domésticos e com a horta – principalmente açaí e cupuaçu – e, além disso, ainda é responsável pelo cuidado da mãe. Durante a tarde, o trabalho é o mesmo: cuidar da mãe, da roça e da casa.

Objetivando evidenciar parte deste trabalho, o Gráfico 3 traz a produção gerada nos quintais produtivos, isso por meio da monetarização da renda média mensal per capita. É válido enfatizar que os valores contidos neste gráfico não refletem a totalidade da jornada de trabalho das mulheres. O trabalho doméstico e de reprodução da vida não está contabilizado, bem como o tempo destinado ao roçado, que tem toda uma lógica diferente do quintal e também não é mensurado nas cadernetas.

Gráfico 3 – Média mensal per capita do valor da produção das cadernetas agroecológicas, Nordeste Paraense, mar./17 a mar./18



Fonte: elaboração própria com base nos dados das cadernetas agroecológicas.

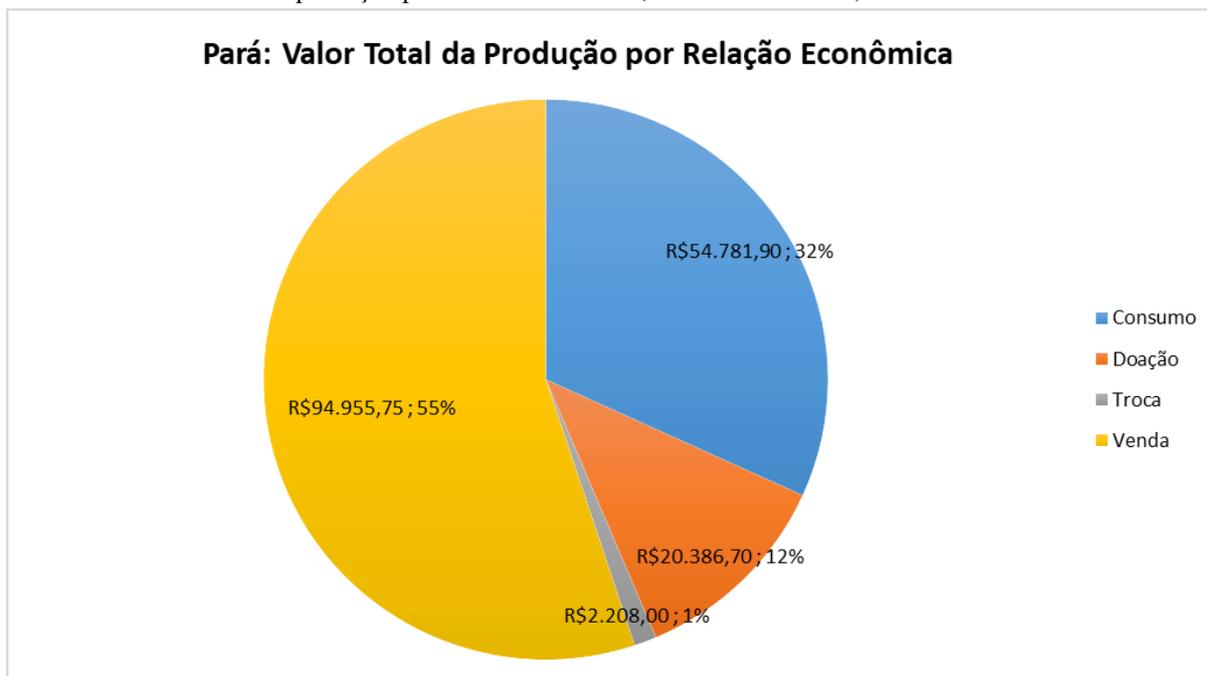
O valor médio mensal per capita produzido nos quintais produtivos é de R\$522,40. Nesse caso, foram desconsideradas as amostras de fevereiro de 2017 e abril e maio de 2018, porque além de considerar apenas uma caderneta, como mostra o Gráfico 1, eles destoam da amostra geral.

É necessário ressaltar que, as agricultoras, por vezes, em função da rotina corrida, esquecem de anotar a produção na caderneta. Com isso, dois pontos ficam evidentes: a. a média mensal representa um valor alto para a produção doméstica feminina – enfatizando que ela está atrelada a todo o trabalho de reprodução da vida e o trabalho de cuidados, que não são mensurados pela caderneta; e b. o valor do trabalho produtivo dos quintais agroecológicos tende a ser maior do que o registrado na caderneta – com as rotinas corridas e o eventual esquecimento de anotar, a venda acaba se sobressaindo porque, quando elas lembram, tendem a não recordar do que foi utilizado para o autoconsumo.

Benedita Gonçalves, representante regional da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) e moradora de Igarapé-Miri/PA, e também usuária da caderneta, afirma:

[A caderneta] mudou alguns aspectos de, de registrar o que a gente, o que a gente produz, o que a gente come, o que a gente vende e... Também pra gente ter noção da nossa renda, e às vezes a gente até imagina que não ganha nada, porque a gente come tudo o que produz, e aí no final das contas a gente não consegue visualizar a renda. Então as caderneta (sic), ela pude (sic) visualizar. Mesmo com, assim, a questão dos costumes, que a gente não tinha muito costume de registrar, às vezes esquece. Mas isso, o que a gente consegue registrar, isso já muda o aspecto de dizer que 'Ah, eu não ganho nada'. [...] A gente trabalha tudo o que a gente tem aqui ao redor, que a gente tem trabalho coletivo da família. E, e as caderneta nos mostrou que não era assim, que só o consumo já era uma renda grande, que se a gente fosse buscar fora, talvez o salário, a ajuda de custo que a gente tem, a gente não teria condições de sobreviver com, somente com isso (Benedita Gonçalves, representante regional da FETAGRI).

Objetivando a visibilização da renda gerada por meio dos quintais produtivos, o Gráfico 4 exhibe, em reais, o valor total da produção gerada nos quintais agroecológicos no período, discriminado pelo seu caráter econômico.

Gráfico 4 – Valor total da produção por caráter econômico, Nordeste Paraense, fev./17 a maio/18

Fonte: Pesquisa Caderneta Agroecologia do Programa Mulheres e Agroecologia, vinculado ao Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) entre 2014 e 2018.

O baixo índice das trocas está relacionado à compreensão do que é a troca. O ato de permutar está relacionado à simultaneidade da ação. Como o mais frequente é trocar não necessariamente recebendo outro produto naquele momento e, sim, no decorrer da semana ou do mês, essa ação acaba se fundindo com a doação. Já a venda, por exemplo, por representar um ganho monetário visível, acaba sendo mais lembrada no registro da caderneta. Como já afirmado, as agricultoras relataram que, em função da rotina corrida, elas acabam por, em alguns momentos, esquecer de anotar a produção na caderneta. Quando lembram, é normal esquecer itens voltados ao autoconsumo, à doação e à troca, exatamente porque tais atividades fazem parte de sua vida cotidiana, dos seus fazeres econômicos do dia a dia, que não são percebidos nem como parte da economia, nem como essenciais para a construção e circulação de valores, embora estejam ocorrendo a todo momento.

Um outro fator indicativo do movimento descrito acima é o alto valor de produção não mercantilizada, isto é, que não se transforma em produto, com valor estabelecido para vendas no mercado. Esta produção é voltada ao autoconsumo, que corresponde a 45% da renda proveniente dos quintais agroecológicos. A renda proveniente dos quintais tende a ser a parte mais invisibilizada do trabalho, porque em nenhum momento esta é dinheiro, ou seja, a renda não é monetária, de fato. Não que a renda monetizada proveniente dos quintais seja irrelevante. A renda é importante, pois costuma se destinar a gastos correntes, tal como o gás que acabou, o material escolar dos filhos e assim por diante. Talvez por isso mesmo seja, de

certo modo, desvalorizada: ela passa tão rápido e se destina a gastos tão rotineiros que nem chega a ser sentida.

Além disso, quando as mulheres começam a anotar as miudezas, percebem também a importância das unidades menores, que muitas vezes não são contabilizadas no orçamento familiar. “A mulher tem uma horta e vai vendendo para a vizinha que vem comprar, ou para outras pessoas que passam. Põe o dinheiro naquela cestinha em cima da geladeira, vem o menino de manhã, pede dinheiro para comprar um caderno, e aquele dinheiro desapareceu e ela não percebeu”, exemplifica Miriam. Ao registrar isso, as pequenas vendas passam a ser mais reconhecidas (SOF, 2016, p. 7).

Os alimentos produzidos pelas mulheres que não são vendidos gerando dinheiro tendem a ser vistos como dados, como se estivessem ali desde sempre e não necessitassem trabalho. Dessa maneira, todo o trabalho das mulheres envolvidos neste sistema de produção, que também é de cuidado, não é visto como gerador de recurso monetário. De acordo com SOF (2016), a caderneta mostra que as mulheres costumam priorizar a doação da produção em detrimento da troca. A importância do registro dessas doações fica evidente em dois momentos: ao criar maiores possibilidades de troca, porque esse movimento enfatiza o trabalho envolvido, e ao perceber a própria doação como dotada de valor.

Analisando os impactos da caderneta agroecológica no Vale da Ribeira, Jancz *et al.* (2018), concluem que as usuárias passaram a perceber que produzem mais do que achavam e, junto com essa visualização, elas conseguem, agora, estimar com mais precisão o excedente que pode ser vendido sem que falte para o autoconsumo. Além disso, as mulheres compreendem melhor tanto a sazonalidade dos alimentos quanto a economia de plantar seus alimentos, principalmente quando a diversidade e a qualidade deles são contabilizadas.

Há que se destacar, ainda, que, por meio da valorização do trabalho da mulher como produtivo, principalmente pela produção resultante dos quintais, a caderneta agroecológica fortalece a importância do cultivo de uma ampla gama de sementes, alimentos, plantas medicinais e saberes (LOPES NETO *et al.*, 2015).

As culturas desenvolvidas são várias. Alimentos como feijão verde, banana, amora, castanheiras, bacabá, macaxeira, limão, cacau, bacuri, abacate, abacaxi, pimental, turanja, açaí, carambola, urucum, pupunha, coco, batata doce, manga, maracujá e ingá são frequentes. E há, ainda, o espaço reservado para a horta, que inclui cheiro verde, jambu, pimenta de cheiro, cumaru, caruru, andiroba e outros. Além disso, nos quintais produtivos ainda são cultivadas plantas medicinais e ornamentais, como capim limão, elixir paregórico, pau-brasil etc.

As decisões sobre o que plantar no quintal costumam ser da mulher, principalmente as plantas ornamentais e medicinais. Em alguns casos, contudo, o casal decide junto. Além

disso, os animais criados no quintal – em grande parte galinhas, patos e/ou peixes – também costumam ser decisão feminina. Veralícia Pereira Nunes, do Assentamento PA Moju/Belterra, afirma que o jirau e o poço também são de domínio das mulheres. O jirau, segundo Amaral (2007), é o espaço simbólico mais representativo da união entre o doméstico e o rural. Ele serve como apoio a diversas atividades: desde a preparação de alimentos até canteiros para temperos e espaço para guardar materiais da cozinha.

Na roça, entretanto, o predomínio é o homem ter o poder de decisão sobre o que plantar. As variedades destacadas são: cupuaçu, castanheira, cacau, tucumã, abacaxi, coco, turanja, andiroba, macaxeira, mandioca, açaí (nativo e plantado), pupunha, uxi, tucumã, manga, limão, banana, piquiá, maxixe, jambo, milho, quiabo, maxixe, abóbora, pimenta do reino, mari, mamão, bacaba, andiroba, seringueira palheira, murumuru, entre outros. Além disso, o roçado é espaço da casa de farinha e da mata, áreas em que a mulher atua fortemente no processo decisivo.

A respeito do impacto das cadernetas sobre a diversidade de plantas presentes nos quintais produtivos, Leocádia Oliveira acrescenta:

Eu tinha, na minha, na minha opinião, só o açaí no meu quintal. A partir que nós pegamos a caderneta, a gente começou a querer colocar mais coisas... Aí, a maioria dos quintais hoje, ela tem umas coisas aí... De primeira eu não tinha um pé de ingá no meu quintal, porque eu achava que não era necessário, aí é onde eu fui ver que o ingá que eu consumo, eu posso adicionar na minha caderneta e ver o quanto eu tenho de produto no meu quintal. Aí acerola que eu plantei mais, aí eu já plantei a batata aí no quintal, já plantei, meu filho já plantou abacaxi... Então a gente tá procurando também aumentar as coisas dentro dos nossos quintais... Porque, assim, pra mim o meu quintal era açazeiro e pronto, que é o que mais eu gosto. Aí, pra mim era isso, aí chega na hora e não, é muita coisa que eu preciso ter no meu quintal que eu não tinha (Leocádia Oliveira, moradora da Comunidade Quilombola Africa/Laranjituba).

A partir do depoimento de Dona Leocádia, quilombola do quilombo África/Laranjituba, podemos ver que a caderneta agroecológica, como ideia e como metodologia, pauta-se na economia feminista para colocar a ideia de sustentabilidade da vida no centro das ações humanas. Ela aponta que o mercado é incapaz de satisfazer as necessidades desses grupos, dada a incapacidade deste de remunerar as famílias de forma a permitir a satisfação do desenvolvimento das capacidades humanas e de suprir as necessidades afetivas e emocionais, essenciais para o desenvolvimento do indivíduo (CARRASCO, 2012).

Amaral (2007) afirma que o trabalho rural para mulheres que trabalham em produção familiar é uma extensão da atividade doméstica, a qual não é reconhecida. Siliprandi (2015)

destaca que mesmo as tarefas agrícolas em que as mulheres estão envolvidas tendem a ser desvalorizadas.

A trajetória das mulheres para o espaço coletivo implica no abandono ou na diminuição de sua presença nas atividades domésticas e intensificação das atividades públicas, representando uma saída do jirau para as reuniões e assembléias gerais, ou seja, o espaço público (geral) (AMARAL, 2007, p. 59).

O desafio de participar do espaço público extrapola a timidez individual e o medo de falar, vistos frequentemente nos depoimentos das mulheres. Há que driblar a teimosia dos companheiros que tendem a dificultar a saída do espaço privado; seja por meio de trabalhos domésticos, como cuidar dos filhos, seja por proibição explícita. Jorgete Santana Borralhos, de Santa Maria/Santo Antônio do Tauá, aponta, que as dificuldades de organização das mulheres agroecológicas passam pelos pontos destacados: às vezes, o marido não deixa participar e outro desafio recorrente diz respeito ao cuidado dos filhos. Além disso, Almeida (1995, p. 120 *apud* SILIPRANDI 2015, p. 116) destaca:

Vanete comenta ainda que, para se sindicalizarem, as mulheres tiveram que recorrer a atividades extras (vendas de ovos, galinhas, doces), para poder pagar a mensalidade, pois, muitas vezes, “passavam um ano inteirinho sem pegar em dinheiro” (Almeida, 1995, p. 76). Usa a expressão “encontros molhados” para se referir às primeiras reuniões entre mulheres, porque havia muito choro, muita emoção. “Elas descobriam que não lhes era dado nenhum valor, que não tinham direito nem de pensar, quanto mais de se manifestar”.

A importância das mulheres para a implementação e manutenção de práticas agroecológicas é ressaltada no próprio Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica 2016-2019 (BRASIL, 2016). Este plano enfatiza o cuidado com o meio ambiente e com os alimentos produzidos e consumidos – ou seja, tanto a soberania quanto a segurança alimentar.

Outra questão importante para compreender a dimensão das cadernetas agroecológicas é perceber que, como relatado por diversas usuárias e enfatizado por Alves *et al.* (2018), este instrumento contribuiu para o acesso a políticas públicas, como a Declaração de Aptidão (DAP)⁴³, o PRONAF, o PAA e comprovação de dados necessários para a Previdência Social.

Além disso, é apontada a forte presença das mulheres em questões como a escolha e a guarda de sementes e a preservação de plantas medicinais. Essa tomada de consciência por parte das mulheres gera uma compreensão crescente da indivisibilidade entre a construção de um modo de vida no campo e produção agrícola ambientalmente sustentável e, ao mesmo tempo, socialmente inclusivo.

⁴³ De acordo com Alves *et al.* (2018), a DAP funciona como um instrumento de identificação do agricultor familiar, o que o permite acesso a determinadas políticas públicas, a exemplo do PRONAF e da Previdência Social.

A guarda de sementes é um dos eixos centrais da soberania alimentar. É um dos passos para a garantia de ter comida no ano seguinte. Tanto a guarda como a troca de sementes não são diretamente englobadas pela caderneta, mas são atingidas de forma indireta. Isso porque o aumento da variedade das plantas cultivadas no quintal é alvo de inúmeros depoimentos de usuárias da caderneta, como já apontado.

Como apontado anteriormente, a caderneta funciona, também, como instrumento para analisar o trabalho produtivo e reprodutivo. E entender essa relação tão tênue é importante para notar como esse instrumento promove tanto a segurança alimentar e nutricional quanto a soberania alimentar. A caderneta ressalta não só a eficiência em termos econômicos desse modelo como, também, a importância de garantir o próprio alimento e de saber como ele foi manejado até virar comida.

5 TERRA, SOCIEDADE E CUIDADOS

De acordo com Sá e Silva (2014), o movimento agroecológico está baseado em três grandes dimensões – ecológica, socioeconômica e cultural (ligadas ao desenvolvimento endógeno) e política (relacionada à transformação socioambiental) – e, dentro dessa perspectiva, a agroecologia traz inúmeras possibilidades de impactar positivamente os sistemas de uso da terra, principalmente no que tange à agricultura familiar e ao processo de valorização dos conhecimentos de povos indígenas e comunidades tradicionais.

Monteiro e Londres (2017) definem a agroecologia como uma ciência que emprega princípios derivados da ecologia no estudo e no manejo de agrossistemas. Ela se constrói, então, partindo do estudo dos sistemas agrícolas tradicionais, e dando ênfase para conhecimentos, saberes e práticas de agricultores e de comunidades tradicionais, e fazendo paralelos com pesquisas desenvolvidas em centros acadêmicos. De acordo com Sá e Silva (2014), a mescla desses conhecimentos – oriundos da ciência agroecológica – contribuirá para a resolução de conflitos ambientais e, paralelamente, aumentar a produção.

Lima (2017) enfatiza a agroecologia (por meio da agricultura familiar) como movimento capaz de atender as mudanças estruturais que a garantia da segurança alimentar e nutricional para todos. A autora destaca o movimento agroecológico como uma forma de desenvolvimento da agricultura que dialoga com o direito humano à alimentação, enfatizando as populações vulneráveis, e contribui para um incremento no desenvolvimento econômico.

5.1 Sociologia das ausências e centralização da agroecologia

O que acontece é que com a hegemonia política dos grandes latifundiários e dos grandes agroindustriais da frente agroindustrial, com a mídia que é financiada por eles, com partidos cujas campanhas são financiadas por eles, eles conseguem transformar todo esse conhecimento riquíssimo sobre a terra, sobre a água, sobre a atmosfera em magia, superstição e atraso (O VENENO..., 2014, 2min).

A sociologia das ausências, conceito cunhado por Santos (2002), busca, por meio da ampliação do mundo e a dilatação do presente, pensar os termos fora da relação de subalternidade como forma de os libertar dessas dicotomias. Partindo de uma crítica à ciência social tradicional que, segundo o autor, é responsável por esconder ou desacreditar os movimentos alternativos e que, por isso, é preciso pensar em um modelo diferente de racionalidade excludente que hoje vigora na ciência social.

O autor defende que o que não existe é assim produzido. E essa produção da não existência se dá por meio de cinco formas sociais: a monocultura do saber, que trata a ciência

moderna como único critério da verdade; a monocultura do tempo linear – apresenta o tempo e o progresso como entidades lineares e lideradas pelos países desenvolvidos; a lógica da classificação social, por meio da qual as hierarquias são naturalizadas; a lógica de escala dominante, que busca o universalismo e, portanto, classifica o particular como uma não existência; lógica produtivista, que trata o crescimento econômico como um objeto/objetivo inquestionável.

Tomando como ponto de partida a ecologia da produtividade, Santos (2002) propõe a recuperação e a valorização dos sistemas alternativos de produção – organizações econômicas populares, cooperativas, empresas autogeridas, economia solidária –, desacreditados pela lógica produtivista do sistema capitalista. Para Santos (2002), este é o domínio mais controverso da sociologia das ausências, visto que parte de um viés crítico sobre o paradigma do desenvolvimento e do crescimento econômico infinito e sobre a lógica que prioriza a acumulação à distribuição, bases do capitalismo global. De acordo com Santos (2002), a lógica capitalista faz uso constante de outras formas de produção, porém as desqualifica, de modo a manter uma relação de subalternidade. A sociologia das ausências busca reconstruir essas formas alternativas de produção para além da relação de dicotomia e subalternidade.

Além disso, Faria (2009) destaca a necessidade de romper com a hierarquia construída entre os espaços urbano e rural e entender que os tempos e os ritmos dos trabalhos produtivo e reprodutivo não seguem a mesma régua, o que enfatiza a urgência de redefinir esses tempos, aliado à corresponsabilização da família e à construção de alternativas solidárias e coletivas.

As cadernetas agroecológicas participam do processo de valorização dos sistemas alternativos de produção, porém partindo de uma base diferente. Ela não busca necessariamente romper com a dicotomia entre o público e o privado, visto que o objetivo central da caderneta é tornar visível parte do trabalho feminino doméstico, não englobando, *per se*, a estrutura de mercado dicotômica a ela. Contudo, ao apontar que a economia se constrói de forma conjunta e que os trabalhos doméstico e assalariado compõem uma mesma estrutura, este instrumento acaba por, indiretamente, corroborar a sociologia das ausências.

A caderneta agroecológica rompe não só a dicotomia clássica entre o espaço público e o privado. Ela rompe, também, com a divisão entre produtivo e reprodutivo e, dessa forma, ataca as raízes da sociedade patriarcal. Essa tecnologia enfatiza o gênero e o empoderamento feminino, mostrando que a sociedade como tal só é possível por meio do trabalho incessante de cuidados das mulheres. Além disso, ela reconstrói a agroecologia porque ela deixa de estar à margem de um sistema de produção alimentar. A resistência é um dos pontos, tão

importantes como a soberania e segurança alimentar, as relações sociais e com o meio, o cuidado com a terra e a importância do local – o saber, o querer.

Em relação a isso, Polanyi (2000) e Federici (2017) mostram como a sociedade capitalista cerceia. Ela faz isso ao transformar a terra em mercadoria, atomizar as relações sociais e promovendo uma desconexão entre os modos de vida, a reprodução social, da soberania sobre a materialidade em que se produz e reproduz. O primeiro analisa da perspectiva da terra e a segunda, do corpo. A agroecologia aponta um caminho alternativo. Ele está pautado na natureza como extensão, como essencial ao desenvolvimento da vida, à conjuntura da produção de alimentos – englobando a soberania e segurança alimentar e as pessoas envolvidas nesse processo – como tão essencial como a comida em si, o elemento final.

A agroecologia não diz respeito tanto ao lucro, mas sim à coesão social, ao desenvolvimento individual e coletivo. Por isso que o movimento agroecológico está enraizado na economia feminista. A centralidade é a sustentabilidade da vida, é fazer o possível para que as pessoas, o espaço e a sociedade se desenvolvam da melhor forma possível.

5.2 Soberania alimentar como ato político

The fact that larger numbers of the poor in the Third World are victims of hunger and famine today is intimately related to a patriarchal model of progress which sees sales and profits as indicators of well-being and thus destroys the real well-being of people (SHIVA, 1988, p. 93)⁴⁴.

Sabendo da importância da soberania alimentar como um dos principais eixos do movimento agroecológico e de como a conscientização a respeito da mesma impacta na própria organização social da estrutura familiar – focando na separação das esferas de trabalho –, a presente sub-seção busca ressaltar a soberania (aliada à segurança) alimentar como uma das maiores ações de resistência contra o sistema hegemônico. Isso porque tira o poder do mesmo no que tange à reprodução das formas de vida e à sobrevivência. Ela faz parte deste capítulo porque a soberania alimentar funciona como uma ponte, ela entrelaça as três questões que dão título à seção.

Além disso, a produção dos quintais, relacionada à soberania alimentar, gera alteração na estrutura de poder familiar, permitindo que a mulher passe a se ver como pessoa integral e

⁴⁴ Tradução: “O fato de que um grande número de pobres no Terceiro Mundo são vítimas de (e da) fome hoje está intimamente ligado ao modelo patriarcal de progresso, que vê vendas e lucros como um indicador de bem-estar e, assim, destrói o real bem-estar das pessoas”.

necessária à reprodução do sistema. Dessa forma, estando a soberania alimentar ligada a todas as discussões aqui presentes, além de ser, ela própria, um eixo central desse debate, é aqui aprofundada.

De forma entrelaçada à revisão de literatura, pretende-se, a partir da análise dos relatos sobre as cadernetas agroecológicas, aliados à observação de dois momentos específicos de discussão das cadernetas, expor a visão das mulheres agricultoras a respeito da soberania alimentar. Pretende-se, com isso, apontar a importância da soberania alimentar para a construção da sociedade e para a (re) estruturação das relações sociais e de desestruturação das relações de poder (ênfase no empoderamento feminino). Em seguida, a soberania alimentar é ressaltada como “ponte” entre as cadernetas agroecológicas, as esferas produtiva e reprodutiva e a busca pela igualdade de gênero no movimento agroecológico. Tudo isso, de forma conjunta, é trabalhado como uma forma de contraposição, de resistência ao sistema de produção e comercialização hegemônica, bem como as estruturas de poder que a sustentam.

Caporal (2009b) define a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como relacionada à oferta e ao acesso a alimentos, sendo estes de qualidade biológica adequada – não contaminados e que façam bem tanto à saúde, quanto à nutrição do indivíduo. Jalil (2009b) ressalta que, a partir da década de 1990, esse conceito passou a englobar, além de fatores ligados à oferta e à qualidade nutricional, dimensões como saúde e cultura.

Em consequência, a disponibilidade e o acesso ao alimento deixam de ser suficientes para a garantia da segurança alimentar. Tanto a composição e a variedade da dieta quanto à qualidade (medida em termos químicos, biológicos e físicos) são questões fundamentais em relação a uma alimentação adequada. Outras variáveis que passaram a ser consideradas estão vinculadas à utilização dos alimentos, à educação alimentar, à estabilidade na produção dos mesmos e as preferências alimentares, relacionadas com questões culturais ou religiosas (JALIL 2009b).

Lima (2017) destaca que a SAN envolve desde questões referentes ao acesso e à qualidade, como já ressaltado, mas também cidadania e direitos humanos. E, nesse cenário, a transição para sistemas agroecológicos se mostra como uma opção mais eficiente para a garantia tanto da segurança alimentar e nutricional quanto da soberania alimentar do que apenas a intensificação tecnológica. Segundo a autora, os camponeses, ao se apoderarem do espaço por meio da agroecologia, transformam o sistema agroalimentar global e fazem desabrochar paradigmas diferentes de produção e consumo de alimentos.

Em 1996, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) organiza a Cúpula Mundial de Alimentação (CMA), em Roma. Lá, é firmado o objetivo

imediatamente de reduzir pela metade o número de desnutridos até 2015. O passo seguinte seria erradicar a fome em todos os países. Lima (2017) destaca que, em 2015, cerca de 795 milhões de pessoas estavam em uma situação de desnutrição, indicando que as metas acordadas não foram atingidas. A noção de segurança alimentar derivada da CMA engloba a qualidade da alimentação aliada a fatores quantitativos. É ressaltado que:

Existe segurança alimentar quando as pessoas têm, de forma permanente, acesso físico e econômico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e saudável (WORLD FOOD SUMMIT, 1996, não paginado).

De acordo com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – Lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 – (BRASIL, 2006), a segurança alimentar abrange as condições de acesso aos alimentos (seja por meio da produção, do processamento, da comercialização, incluindo acordos internacionais), a conservação a biodiversidade, a promoção da saúde, enfatizando grupos vulneráveis, a garantia da qualidade do alimento (estimulando a alimentação saudável com respeito à diversidade cultural), a geração e o acesso ao conhecimento e a implementação e políticas públicas atuantes nas várias fases percorridas pelos alimentos. Nesse sentido, a SAN é definida como:

3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006, não paginado).

Jalil (2009b) destaca que a segurança alimentar e nutricional concerne à garantia do direito de cada indivíduo ter segurança em relação à alimentação nos aspectos de quantidade (relacionada à ausência da fome e da desnutrição), qualidade e adequação (questões sociais, ambientais e culturais). Rosset (2006) vai de encontro a Jalil (2009b) ao afirmar que a segurança alimentar diz respeito a ter direito a uma alimentação de, no mínimo, subsistência. Porém a forma de produção desse alimento ou a sua origem não são englobadas.

Isto faz com que a segurança alimentar nas cadeias de suprimentos que costumava ser regulada pelo setor público agora é domínio das empresas do final da cadeia. Esta questão, por sua vez, é problemática para os produtores do início da cadeia, porque os custos de produção pagos pelos agricultores são altos, em consequência do alto padrão determinado pelos fabricantes (SANTOS; GLASS, 2018).

Rosset (2006) destaca que o ciclo decorrente da não visualização desses fatores tende a gerar pobreza. A importação de alimentos baratos e subsidiados faz com que o equilíbrio de

preços internos de alimentos caia, o que gera precarização e pobreza no meio rural, expulsando agricultores das suas terras. Essa expulsão provoca inchaço nas cidades e aumento da população vulnerável. A dependência em relação ao externo aumenta, devido à queda de produtores internos, fazendo com que um possível aumento no preço dos alimentos gere, no curto prazo, mais miséria. Esse processo de expulsão de agricultores do meio rural tende a piorar com a agricultura de precisão⁴⁵, que vem prometendo ganho de produtividade e diminuição no uso da força de trabalho.

A partir disso, nota-se a insuficiência do conceito de segurança alimentar. A necessidade de englobar o acesso à terra e a produção alimentar doméstica é parte crucial da soberania alimentar. Rosset (2006) destaca a importância do desenvolvimento de mercados locais rurais por meio de circuitos regionais de produção e consumo como motor do desenvolvimento econômico local e da soberania alimentar. Para o autor, a soberania alimentar está atrelada à reforma agrária massiva e que permita acesso equitativo a recursos produtivos, enfatizando a terra, a água e as florestas, a meios de produção, financiamento, treinamento e capacitação.

De acordo com Jalil (2009b), a soberania alimentar deve ser entendida como uma forma de questionar, de resistir ao modelo de desenvolvimento capitalista – em especial, à mercantilização da vida e da natureza – e da divisão sexual do trabalho. Essa visão parte do mesmo princípio de resistência ao hegemônico presente na perspectiva do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que definem a soberania alimentar como sendo:

[...] o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que garantam o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. Para além disso, é um direito que os povos têm a produzir seus próprios alimentos (MPA, 2016, não paginado).

Esse conceito – amplamente difundido como a definição chave de soberania alimentar – tem o êxito de englobar, em uma perspectiva que incorpora tanto a qualidade quanto a quantidade – questões culturais, políticas, econômicas, sociais e ambientais. Jalil (2009b) aponta que é a partir dessa elaboração que a soberania alimentar passa a ser princípio político de movimentos sociais. Há fortalecimento da relação destes com a sociedade civil,

⁴⁵ A agricultura de precisão é, segundo Inamasu e Bernardi (2014), um sistema de gestão da lavoura que leva em conta a variabilidade espacial do território, tendo o objetivo de atingir um resultado sustentável dos pontos de vista social, econômico e ambiental. O Atlas do Agronegócio (SANTOS; GLASS, 2018) aponta que essa técnica tende a agravar a flexibilização do trabalho. Além disso, ao que tudo indica, a agricultura de precisão aumentará o controle de indústrias agrotecnológicas sobre sementes e agrotóxicos, o que aumentaria a dependência externa da alimentação.

organizações tanto não governamentais quanto governamentais e movimentos sociais (urbanos e rurais). A soberania alimentar se torna um eixo de articulação desses atores políticos.

Os movimentos sociais fazem uso do conceito de soberania alimentar como espinha dorsal de uma proposta alternativa ao modelo neoliberal baseado em um comércio internacional que não tem se mostrado justo para solucionar o problema da fome no mundo (ALTIERI, 2010). A soberania alimentar se mostra como solução viável porque é ancorada na importância dada ao local (seja em relação à autonomia, aos mercados, aos ciclos de produção e consumo) nas soberanias energética e tecnológica e nas redes de agricultores. A luta pela soberania alimentar se torna a luta por outro projeto de vida (JALIL, 2009b).

Em 2007, durante o Fórum Mundial de Soberania Alimentar, em Mali, mais de 500 representantes de mais de 80 países assinaram o documento final, a Declaração de Nyélény, em que a soberania alimentar é definida como:

[...] um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica e o direito de decidir o seu próprio sistema alimentar e produtivo. Isto coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, acima das exigências dos mercados e das empresas. Defende os interesses das gerações atuais e futuras [...]. Promove o comércio transparente, de forma a garantir condições de vida dignas para todos os povos e o direito dos consumidores de controlarem a própria alimentação e nutrição. Garante que os direitos de acesso e a gestão da nossa terra, territórios, águas, sementes, animais e a biodiversidade estejam nas mãos daqueles que produzem os alimentos. A soberania alimentar supõe novas relações sociais livres de opressão e desigualdades entre homens e mulheres, grupos étnicos, classes sociais e gerações (NYÉLÉNY, 2007, não paginado).

Além disso, a Declaração de Nyélény (2007) ressalta a importância dos saberes das mulheres e de povos indígenas, criadores de conhecimentos ancestrais sobre alimentação e agricultura, que são desvalorizados. O neoliberalismo e o capital global são apontados como ameaça à capacidade de produção abundante de alimentos de qualidade. A soberania alimentar remete à esperança e ao poder de conservar, recuperar e desenvolver os próprios conhecimentos e sua capacidade de produção de alimentos, sem depender do externo.

Esse sistema baseado na dependência de insumos externos e de mercados internacionais altamente voláteis deixa o produtor à mercê da já mencionada tesoura de preços. Ele fica esmagado e sem poder de barganha tanto perante a compra de insumos, quanto à venda da produção. Nesse sentido, a soberania alimentar dá mais independência ao produtor, tanto na questão da não dependência total da venda da produção para a sobrevivência familiar quanto ao poder de barganha perante aos demais eixos da cadeia produtiva, ressaltando a troca e doação de sementes, por exemplo.

Segundo Jalil (2009b), o Fórum Mundial de Soberania Alimentar foi determinante para a construção de uma alternativa ao desenvolvimento comumente pregado, e que seja legitimado internacionalmente. O debate sobre soberania alimentar, da forma que vem sendo construído, coloca-se além dos atores políticos ligados diretamente à esfera rural.

Jalil (2009b) entra em concordância com Rosset (2006) ao afirmar que a soberania alimentar propõe uma transformação radical do modo de estruturação das relações sociais e do sistema econômico dominante. Esse discurso de resistência está presente nas diversas visões sobre a soberania alimentar. Questões constantemente ressaltadas como localismo, os saberes tradicionais, a independência em relação ao externo, a autonomia política, cultural, ambiental e social entram em contraposição direta com a forma vertical de construção do sistema capitalista.

Lima (2017) destaca que a agroecologia é uma saída eficiente para a resolução dos problemas relacionados à segurança alimentar e nutricional, visto que ela aumenta a produção do campo, reduz a pobreza rural, contribui para adaptações frente às mudanças climáticas e permite a participação de pequenos produtores nos processos de produção e disseminação tecnológica.

Siliprandi (2015) vai ao encontro de Lima (2017) ao afirmar que a agroecologia busca a transição dos modelos atuais de agricultura e de desenvolvimento rural – considerados insustentáveis – para outros, sustentáveis, capazes de perdurar no tempo e proporcionar meios de vida dignos para as pessoas. O objetivo desta guinada não diz respeito apenas à substituição tecnológica ou de insumos, porque questiona mais que os métodos de cultivo ou de criação animal, mas também o propósito final da produção moderna – ou seja, a soberania e a segurança alimentar, bem como as formas de organização social, econômica e política que a sustentam.

A agroecologia é o intermediário entre as mulheres e a soberania alimentar. Esta, por sua vez, tem uma forte relação com a independência delas como sujeito e mesmo como corpo. Como indivíduos, porque a alimentação das suas famílias não fica refém de uma política externa. Porque, também, a alimentação e o cultivo de alimentos é, antes de mais nada, cultura, sociabilização, troca de saberes e, mesmo, de afetos. É nos quintais, nas cozinhas, no jirau que grande parte da vida (social ou privada) se desenvolve. São espaços de conversa, de dividir o cafézinho com pupunha, de trocar receitas, frutas, verduras e o que mais der no quintal.

Como corpos porque, como enfatizam Harcourt e Escobar (2002), ele é o primeiro espaço político das mulheres. A luta por autonomia e por decidir não só o que é feito do nosso

próprio corpo – aqui encaixam principalmente questões sexuais e reprodutivas –, como também o que ingerimos e como isso impacta sobre o corpo – essa questão engloba, majoritariamente, o direito a uma alimentação saudável e livre de agrotóxicos (o que nem sempre é uma opção viável, vide a ausência tanto de segurança quanto de soberania alimentar).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lembrei a eles que, como eu, eram privilegiados. Eles estavam justamente no centro do mundo. Eles estavam no melhor lugar para se estar para quem tinha escolhido aquela profissão. Mas teriam que se esforçar muito para superar a sua ignorância, como eu me esforço todos os dias para superar a minha. Era a população local, eram os povos da floresta que teriam de ter enorme paciência para explicar a eles o que precisam saber, já que pouco ou nada sabem quando aqui chegam. O mesmo princípio vale para jornalistas e também para cientistas (BRUM, 2019, não paginado).

Pensar a economia a partir de uma perspectiva centrada na sustentabilidade da vida de modo que venha a englobar as necessidades ecológicas, sociais e culturais na contemporaneidade não é uma tarefa fácil. Menos ainda com os pés no chão. As estruturas mercantis e os recentes ataques à democracia entram em choque com uma doutrina que prioriza o bem-estar das pessoas.

Este cenário é ainda mais explícito quando levamos em conta a realidade trabalhada nesta dissertação. Os grandes projetos de desenvolvimento voltados para a região não geram aumento na qualidade de vida das populações impactadas – desde os que ainda estão em fase de processamento, como a Ferrogrão ou o porto da Cargill, até as já implementadas e ainda objeto de discussões, como a usina de Belo Monte ou a empresa Hydro Alunorte. Belo Monte é ainda mais polêmica por ser ineficaz, questão já prevista por diversos técnicos mesmo antes de sua construção. E os projetos malsucedidos trazem, a rebote, mais projetos de desenvolvimento com a justificativa de que “agora vai!”. Como tal, o novo empreendimento sonhado pelos defensores de Belo Monte é mais um produto dessa mesma questão.

É neste ambiente que enfatizamos a importância da agroecologia, sustentabilidade, soberania alimentar e do ser mulher – principalmente, aqui, no que diz respeito ao cuidar do próximo e do meio. A mulher acaba por carregar, não por querer ou heroísmo, mas, numa abordagem que remete à Shiva (1988), o peso de manter a floresta em pé. Talvez, porque, como mostram diversos estudos, as mulheres pobres e negras do sul global serão as mais atingidas pelo aquecimento da Terra. Ou, talvez, porque sabem que as violências sempre as atingem primeiro.

Além disso, pensar numa economia e numa sociedade centradas na reprodução da vida e no bem-estar das pessoas a partir de conceitos da economia *mainstream* é tanto um desafio quanto uma provocação. O desafio deriva de analisar a agroecologia com questões constantemente utilizadas para diminuí-la frente ao agronegócio. A produção e a lucratividade são palavras sempre destacadas em discursos que promovem o agronegócio.

Já vimos que, no que diz respeito ao pequeno agricultor que produz inspirado – ou pressionado – pelo modelo agrícola dominante, a tesoura de preços o esmaga e o não poder de barganha afeta, e muito, sua lucratividade. Apesar dos sindicatos e da criação de cooperativas para tentar reverter o problema, essa questão ainda existe. As cadernetas agroecológicas, por sua vez, mostram que há, sim, lucro e produção na agroecologia. Mostram, também, que essas questões se dão no mesmo terreno da reprodução e do bem-estar das pessoas.

A caderneta é, em análise, tanto uma proposta teórica de interpretação de várias realidades que se relacionam ao universo de produção e reprodução das mulheres quanto um instrumento teórico-metodológico de análise. Então, do mesmo jeito que ela aparece nesse contexto de produção e reprodução trazendo bases diferentes da economia neoclássica para perceber a economia, partindo de bases diferentes das usualmente utilizadas, no espaço amazônico isso se territorializa de forma ainda mais aguda, por ser um ambiente em que a produção e a reprodução não necessariamente se separam. Ou, menos ainda, nas formas frequentemente dadas, envolvendo trabalho na esfera de mercado e trabalho doméstico – e, por isso, vão ao encontro de Polanyi e Federici ao mostrar que a economia está vinculada às relações sociais que compõem o indivíduo.

Harcourt e Escobar (2002) somam à discussão ao debater a libertação feminina a partir da tríade corpo, ambiente e casa. A caderneta é um instrumento de mudanças em todos esses espaços. Na ordem cronológica, a mudança acontece primeiro na casa, na valorização do quintal, do trabalho reprodutivo e do empoderamento do sujeito mulher, extrapolando para o corpo como retrato e agente ativo de mudanças. O corpo é, também, a ponte principal de ligação entre a casa e o ambiente porque circula e molda ambos os espaços. Um exemplo claro disso é a relação das mulheres com seus direitos e reuniões, debates. Há uma noção de que são donas do seu espaço e devem ser assim reconhecidas, tanto no papel quanto no direito à fala, como mostram os depoimentos da Ozirene e da Leocádia no capítulo 4.

Então, de um lado a caderneta é capaz de ressignificar a economia como não dissociada da reprodução da vida, evidenciar as potencialidades do quintal e das agricultoras responsáveis por esses espaços e promover um empoderamento na vida dessas mulheres. Contudo, a caderneta é um instrumento pensado para uma outra realidade. A dificuldade de delimitar o perímetro dos quintais, como já apontado, foi relatada por várias mulheres. A relação com o quintal coletivo, a compreensão do que é troca ou doação – produção por serviço configura como troca? A troca deve ser simultânea ou pode ser espaçada no tempo?

Já no que diz respeito ao espaço de reprodução que é, também, de produção e de cuidados, o curto período de tempo em Pirocaba, Abaetetuba-PA, intermediado pela FASE

mediante o IV ERAA, mostrou a simultaneidade desses trabalhos. Seja por meio da forte presença das crianças, assistidas paralelamente ao lazer e ao trabalho de produção e troca de conhecimentos, seja em função dos saberes das crianças sobre as plantas de seus quintais – forte indicativo de que participam do trabalho de cuidado das plantas e da terra.

Esta pesquisa é um passo inicial. As análises, tanto sobre a caderneta quanto sobre a agroecologia como modo de vida economicamente viável devem seguir e devem, também, ser aprofundadas. Boaventura de Souza Santos e Arturo Escobar, o primeiro por meio da Sociologia das Ausências e o segundo mediante as teorias de pós-desenvolvimento, são muito interessantes para a interpretação dos temas aqui abordados.

Apesar de ambos terem sido pincelados, não foram explorados a fundo como merecem. Os próximos passos da pesquisa seguem justamente esse rumo: o de estudar as cadernetas, a Amazônia, a produção agroecológica e a importância da agroecologia como um modo de vida ambientalmente sustentável por meio das contribuições dos autores mencionados acima.

A etnografia é, também, uma ferramenta muito importante e que, somada à caderneta, tem um potencial de interpretar as questões abordadas neste trabalho de forma muito mais minuciosa. Esse passo é necessário para explorar mais a fundo na mesma direção desta pesquisa.

Por fim, é importante enfatizar, como destacado já no início, o meu estrangeirismo na Amazônia. E, como pessoa disposta a pesquisar essa região, o meu dever essencial é o de aprender com quem vive e estuda esse território. O papel das pessoas e, principalmente, das mulheres com quem convivo é essencial para essa compreensão. A educação formal e a instituição que me acolheu ocupam, também, essa função de transmitir, para o mundo, o modo de vida e a produção de conhecimento na Amazônia, o centro do mundo.

Em um cenário de desmonte da educação e da própria região amazônica, a universidade, como acolhedora de múltiplos saberes, é resistência. É uma universidade – e, de forma mais específica, um núcleo – que produz pesquisa de excelência buscando aprender com seus objetos de estudo ao invés de impor uma visão rígida da academia sobre eles e que, sobretudo, guia seus pesquisadores a uma visão humana de buscar compreender o outro, cumpre com seu propósito de formação. Cumpre seu papel social também, de formar profissionais e pesquisadores capazes de entender que, para que haja produção de conhecimento, é preciso ouvir.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Anticapitalismo e inserção social dos mercados. **Tempo Social**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 65-87, jan. 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/ts/article/view/12612>. Acesso em: 07 mar. 2019.
- ALMEIDA, Rogério. Amazônia, Pará e o mundo das águas do Baixo Tocantins. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 291-298, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/20.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2019.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.
- ALTIERI, Miguel. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 13, n. 16, 22-32, 2010.
- ALVES, Luciana Medeiros *et al.* **Caderneta agroecológica e os quintais**: Sistematização da produção das mulheres rurais no Brasil. Minas Gerais: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, 2018. 100 p. Disponível em: <http://ctazm.org.br/bibliotecas/livro-caderneta-agroecologica-e-os-quintais-268.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2019.
- AMARAL, Waldiléia Rendeiro da Silva. **Do jirau ao geral**: mulheres nos sindicatos de trabalhadores rurais no Estado do Pará, Brasil. 2007. 136f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.
- ANSCHAU, Andréia; MARIN, Solange Regina. Identidade(s) e liberdade de agência feminina: contribuições da economia social. **Economia e desenvolvimento**, Santa Maria, v. 28, n. 2, p. 533 – 545, jul./dez. 2016. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/eed/article/view/26492>. Acesso em: 29 mar. 2019.
- ARNAULD DE SARTRE, Xavier *et al.* O “bom” casamento em áreas de fronteira ou a difícil autonomização das “tarefas” femininas em áreas de fronteira. *In*: NEVES, Delma Peçanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (Orgs.). **Mulheres camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. 107-128.
- ARQUIVO CELSO FURTADO. Carta a Riccardo Campa. 22 jun. 1970.
- BARBOSA, Maria José de Souza *et al.* **Território Nordeste Paraense**: desenvolvimento sustentável e gestão estratégica dos territórios rurais no Estado do Pará. Belém: UFPA/MDA, 2011. 67 p. (Relatório Analítico). Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra061.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2018.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 136 p.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. 309 p.
- BENITES, Afonso. Com duas ministras, Bolsonaro diz que há equilíbrio em ministérios: “Cada uma equivale a dez homens”. **El País**, Brasília, 09 mar. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/08/politica/1552078710_217334.html. Acesso em: 10 dez. 2019.

BENSTON, Margaret. The political economy of women's liberation. **Monthly Review**, New York, v. 21, n. 2, 1969. Disponível em https://monthlyreviewarchives.org/index.php/mr/article/view/MR-021-04-1969-08_2. Acesso em: 12 dez. 2017.

BOSCH, Anna; CARRASCO, Cristina; GRAU, Elena. Verde que te quiero violeta: encuentros e desencuentros entre feminismo y ecologismo. *In*: TELLO, Enric (org.). **La historia cuenta**. Barcelona: El Viejo Topo, 2005. p. 321-346.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015. 160 p.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 311 p.

BOWELL, Tracy. Feminist standpoint theory. **Internet Encyclopedia of Philosophy [online]**, 2011. Disponível em: <https://www.iep.utm.edu/fem-stan/>. Acesso em: 05. out. 2017.

BRASIL. **Lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2006]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.html. Acesso em: 07 jul. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável PTDRS – Território da Cidadania Baixo Tocantins**. Brasília, DF: MDA, 2015. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio130.pdf. Acesso em: 31 jul. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Brasil agroecológico: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo: 2016-2019**. Brasília, DF: MDA, 2016. 89 p. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Planapo-2016-2019.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

BRUM, Eliane. A Amazônia é o centro do mundo. **El País**, 09 ago. 2019. Opinião. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/09/opinion/1565386635_311270.html. Acesso em: 09 ago. 2019.

CALVELLI, Haudrey Germiniani; LOPES, Maria de Fátima. A teoria do conhecimento e a epistemologia feminista. *In*: CONGRESSO SCIENTIARUM HISTORIA, 4., 2011, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UFRJ/HCTE, 2011. p. 347-353. Disponível em: <http://www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh4/trabalhos/Haudrey.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2018.

CAMINHOS da agroecologia: agroecologia e feminismo no Vale da Ribeira. Produção de Armazém Memória e Helena Zelic. Vale da Ribeira: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2018. 1 vídeo (24 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GG52oweD3e0&t=5s>. Acesso em: 08 maio 2018.

CAPORAL, Francisco Roberto. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. *In*: CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio (org.). **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília, DF, 2009a. p. 9-64. Disponível em: https://www.academia.edu/29566706/Agroecologia_uma_ci%C3%Aancia_do_campo_da_complexidade?auto=download. Acesso em: 08 jun. 2018.

CAPORAL, Francisco Roberto. Em defesa de um plano nacional de transição agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações. *In*: SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés V. (org.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009b. p. 267-311.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Revista Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 53-75, 1998. Disponível em: <https://revistaesa.com/V3/ojs-3.1.1/index.php/esa/issue/view/12>. Acesso em: 29 abr. 2018.

CARRASCO, Cristina. El trabajo de la mujeres: producción e reproducción. Algunas notas para su reconceptualización. **Cuadernos de Economía**, Buenos Aires, vol. 20, p. 95-109, 1992.

CARRASCO, Cristina. La economía feminista: una apuesta por otra economía. *In*: VARA, María Jesús (org.). **Estudios sobre género y economía**. Madrid: Akal, 2006. p. 29-62.

CARRASCO, Cristina. Tiempos y trabajos desde la experiencia femenina. **Papeles de Relaciones Ecosociales y Cambio Global**, Madrid, n. 108, p. 45-54, 2009.

CARRASCO, Cristina. **Estatísticas sob suspeita**: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2012. 160 p.

CARRASCO, Cristina. Feminist economics. A look at the concept of reproduction. **Temática**, Campinas, n. 52, p. 32-67, 2018.

CARRASCO, Cristina; BORDERÍAS, Cristina; TORNS, Teresa. Introdução. *In*: CARRASCO, Cristina; BORDERÍAS, Cristina; TORNS, Teresa (org.). **El trabajo de cuidados**: historia, teoría y políticas. Madrid: Los libros de la Catarata, 2011. p. 13-95.

CHAYANOV, Alexander Vasilyevich. Sobre la teoría de los sistemas económicos no capitalistas. **Cuadernos Políticos**, México, n. 5, p. 15-31, 1975. Disponível em: <http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/contenido/CP.5/CP5.5AlexanderVChayanov.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2019.

CORDEIRO, Iracema Maria Castro Coimbra. ARBAGE, Marcelo José Cunha. SCHWARTZ, Gustavo. Nordeste do Pará: configuração atual e aspectos identitários. *In*: CORDEIRO, Iracema Maria Castro Coimbra *et al.* (org.). **Nordeste Paraense**: panorama geral e uso sustentável das florestas secundárias. Belém: Embrapa da Amazônia oriental, 2017. p. 19-58. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/162428/1/Livro-Nordeste-1.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2018.

COSTA, Francisco de Assis. Questão agrária e macropolíticas para a Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 131-156, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24085.pdf>. Acesso em: 28 maio 2019.

COSTA, Francisco de Assis; FERNANDES, Danilo Araújo. Dinâmica agrária, instituições e governança territorial para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 517-552, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rec/v20n3/1415-9848-rec-20-03-00517.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas**. São Paulo: UBU Editora, 2018. 432 p.

DAMIÁN, Gisela Espinosa. Feminismo popular y feminismo indígena. Abriendo brechas desde la subalternidad. **Labrys, estudos feministas**, [S. l.], jan./jun. 2011. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys19/mexique/espinosa.html>. Acesso em: 27 abr. 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. 248 p.

DESCARRIES, Francine. Teorias feministas: liberação e solidariedade no plural. **Textos de História**, Brasília, v.8, n.1/2, p. 9-46, 2000.

DOSI, Giovanni. Technological paradigms and technological trajectories. **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas, v. 5, n. 1, p. 17-32, jan./jun. 2006.

EMBRAPA. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília: Embrapa, 2006. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/107364/marco-referencial-em-agroecologia>. Acesso em: 29 jan. 2018.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering development: the making and unmaking of the third world**. Princeton: Princeton University Press, 1995, 312p.

ESCOBAR, Arturo. El “post-desarrollo” como concepto y práctica social. *In*: MATO, Daniel (org.). **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización**. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, 2005. p. 17-31. Disponível em: <http://red.pucp.edu.pe/wp-content/uploads/biblioteca/090505.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2018.

FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. *In*: DI SABATTO, Alberto (org.). **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília, DF: MDA, 2009. p. 13-28. Disponível em: http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/pageflip-4204232-487363-lt_Estatsticas_Rurais_e_-2443273.pdf. Acesso em: 31 dez. 2018.

FASE. Histórico. **FASE**, Rio de Janeiro. 2018a. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/quem-somos/historico/>. Acesso em: 31 jan. 2018.

FASE. **Formulários e mapas mentais**. 2018b. Não publicado.

FEDERICI, Silvia. Wages against housework. *In*: FEDERICI, Silvia. **Revolution at point zero: housework, reproduction and feminist struggle**. Oakland: PM Press, 2012. p. 15-22.

FEDERICI, Silvia. O feminismo e as políticas do comum em uma época de acumulação primitiva. *In*: MORENO, Renata (org.). **Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2014. p. 145-158. Disponível em: <http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/08/Economia-e-poli%CC%81tica-web.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2019.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**. São Paulo: Coletivo Sycorax, 2017. 515 p.

FEDERICI, Silvia; COX, Nicole. Counterplanning from the kitchen. *In*: FEDERICI, Silvia. **Revolution at point zero: housework, reproduction and feminist struggle**. Oakland: PM Press, 2012. p. 28-40.

FERNANDES, Gabriel Bianconi. Sementes crioulas, variedades e orgânicas para a agricultura familiar: da exceção legal à política pública. *In*: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa. *et al.*

(org.). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília, DF: IPEA, 2017. p. 327-357.

FOLBRE, Nancy. **Who pays for the kids?** Gender and the structures of constraint. London: Routledge, 1994.

FREITAS, Taís Viudes de. O cenário atual da divisão sexual do trabalho. *In*: SILVEIRA, Maria Lúcia; FREITAS, Taís Viudes de (org.). **Trabalho, corpo e vida das mulheres: crítica à sociedade de mercado**. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2007. 96 p.

GAGO, Veronica; MEZZADRA, Sandro. Para una crítica de las operaciones extractivas del capital: Patrón de acumulación y luchas sociales en el tiempo de la financiarización. **Revista Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 255, p. 38-52, 2015. Disponível em: https://nuso.org/media/articles/downloads/4091_1.pdf. Acesso em: 28. ago. 2019.

GELINSKI, Carmen. R. Ortiz G.; PEREIRA, Rosângela Saldanha. Mulher e trabalho não remunerado. **Revista Mulher e Trabalho**, Porto Alegre, v. 5, p. 59-87, 2005. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/mulheretrabalho/article/view/2714>. Acesso em: 29 mar. 2019.

GIORDANI, Rubia Carla Formighieri; BEZERRA, Islandia; ANJOS, Mônica de Caldas Rosa dos. Semeando agroecologia e colhendo nutrição: rumo ao *bem e bom* comer. *In*: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa. *et al.* (org.). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília, DF: IPEA, 2017. p. 433-454.

GLIESSMAN, Stephen. La agroecología - un movimiento global para la seguridad y la soberanía alimentaria. *In*: SIMPOSIO INTERNACIONAL DE LA FAO – AGROECOLOGÍA PARA LA SEGURIDAD ALIMENTARIA Y NUTRICIÓN, 2017, Roma. **Actas** [...]. Roma: FAO, 2017. p. 1-14. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4729s.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2019.

GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 6, n. 1, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v6n1/a06v6n1.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2018.

GRECCO, Fabiana Sanches. O viés androcêntrico da ciência econômica e as críticas feministas ao homo economicus. **Revista Temática**, Campinas, n. 52, p. 105-133, 2018. Disponível em: <http://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2019/03/Dossi%C3%AA-economia-feminista.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2019.

GRECCO, Fabiana Sanches; FURNO, Juliana da Costa; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. Por uma economia feminista. **Revista Temática**, Campinas, n. 52, p. 11-22, 2018. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/tematicas/article/view/3464/2639>. Acesso em: 19 mar. 2019.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 29 mar. 2019.

HARCOURT, Wendy; ESCOBAR, Arturo. Women and the politics of place. **Development**, London, n. 45. v. 1, p. 7-14, 2002.

HENN, Iara Aquino. Agroecologia e relações de gênero em projeto societário. *In*: NEVES, Delma Peçanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (org.). **Mulheres camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. p. 65-87.

HIRATA, Helena. Emprego, responsabilidades familiares e obstáculos sócio-culturais à igualdade de gênero na economia. **Revista do Observatório Brasil para Estudos de Gênero**, Brasília, p. 45-49, 2010.

IBGE. Divisão Regional do Brasil: regiões geográficas. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2017. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/. Acesso em: 08 jan. 2018.

INAMASU, Ricardo Y.; BERNARDI, Alberto C. De Campos. Agricultura de precisão. *In*: BERNARDI, Alberto C. De Campos *et al.* (org.). **Agricultura de precisão**: resultados de um novo olhar. Brasília, DF: EMBRAPA, 2014. 21-33.

INPE. Programa Queimadas. **INPE**, Brasília, DF. Disponível em: http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas_estados/. Acesso em: 27 set. 2019.

IPEA. Trabalho para o mercado e trabalho para casa: persistentes desigualdades de gênero. **Comunicados do IPEA**, Brasília, DF, n. 149, p. 3-17, 2012. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120523_comunicadoipea0149.pdf. Acesso em: 19 dez. 2018

ISA. **Programa Xingu**: contribuição - subsídios técnicos | processo de concessão da Ferrovia EF-170 (Ferrogrão). São Paulo: ISA, 2018. Disponível em: https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/subsidios_tecnicos_-_concessao_da_ferrograo_-_audiencia_publica_0142f2017_-_antt.pdf. Acesso em: 13 dez. 2018.

JAIME, Patrícia Constante. Por que o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional é necessário? **Jornal da USP**, São Paulo, jan. 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/por-que-o-conselho-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-e-necessario/>. Acesso em: 13 jan. 2019.

JALIL, Laeticia Medeiros. **Mulheres e soberania alimentar**: a luta para a transformação do meio rural brasileiro. 2009. 198f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009a.

JALIL, Laeticia Medeiros. Soberania alimentar, feminismo e ação política: um olhar sobre as ações do Movimento de Mulheres Camponesas. **Revista Agriculturas**, [S. l.], v. 6, n. 4, 2009b. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2014/11/Artigo-2-Soberania-alimentar-feminismo-e-a%C3%A7%C3%A3o-pol%C3%ADtica-um-olhar-sobre-as-a%C3%A7%C3%B5es-do-Movimento-de-Mulheres-Camponesas.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.

JALIL, Laeticia Medeiros. **As flores e os frutos da luta**: o significado da organização e da participação política para as mulheres trabalhadoras rurais. 2013. 207f. Tese (Doutorado em

Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

JANCZ, Carla *et al.* **Práticas feministas de transformação da economia**: autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2018. 84 p.

KATZ, Claudio. Miradas pos-desarrollistas. **Rebelión**, 24 nov. 2014. Disponível em: <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=192336>. Acesso em: 09 jan. 2018.

KELKAR, Govind. The impact of the green revolution on women's work participation and sex roles. **Agris Fao**, Genebra, 1981.

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: HIRATA, Helena *et al.* (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. p. 67-75.

LAGARDE, Marcela. **Los cautiverios de las mujeres**: madresposas, monjas, putas, presas y locas. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2003. 883p.

LIMA, Juliana Schober Gonçalves. Segurança alimentar e nutricional: sistemas agroecológicos são a mudança que a intensificação ecológica não alcança. **Ciência e Cultura**, Campinas, v. 69, n. 2, p. 49-50, 2017.

LONDRES, Flávia. **Agrotóxicos no Brasil**: um guia para ação em defesa da vida. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2011. 190 p.

LOPES NETO, Antônio Augusto *et al.* Caderneta Agroecológica: empoderando mulheres, fortalecendo a agroecologia. **Revista Agriculturas**, [S. l.], v. 12, n. 4, p. 42-47, 2015.

MDA. Metodologia de monitoramento da renda das mulheres camponesas. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**, Brasília, DF, 2019. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1035/Oficial%20CTA%20ZM%20%28mulheres%29.pdf. Acesso em: 29 jul. 2019.

MEDEIROS, Leonilde Sêrvolo de. “Sem Terra”, “Assentados”, “Agricultores familiares”: consideração sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. *In*: GIARRACA, Norma (comp.). **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2001. p. 103-128. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100929012955/7medeiros.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

MONTEIRO, Denis; LONDRES, Flavia. Pra que a vida nos dê flores e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil. *In*: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa. *et al.* (org.). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil**: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília, DF: IPEA, 2017. p. 53-83.

MPA. Soberania alimentar deve ser debatida pelo conjunto da sociedade. **MPA**, 2016. Artigos. Disponível em: <http://mpabrasil.org.br/soberania-alimentar-deve-ser-debatida-pelo-conjunto-da-sociedade/>. Acesso em: 07 jul. 2018.

NELSON, Julie. Feminism and economics. **Journal of Economic Perspectives**, [S. l.], v. 9 n. 2, p. 131-148, 1995.

NELSON, Julie. Feminist economics. *In*: MACMILLAN, Palgrave (org.). **The new palgrave dictionary of economics**. London: Palgrave Macmillan, 2008.

NEVES, Delma Pessanha; MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. Apresentação I Parte – Mulheres camponesas e reprodução de grupos domésticos. *In*: NEVES, Delma Peçanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (org.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. p. 17-40.

NOBRE, Miriam. Relações de gênero e agricultura familiar. *In*: NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lúcia. (org.). **Feminismo e luta das mulheres: análise e debates**. SOF Sempreviva Organização Feminista: São Paulo, 2005a. p. 39-50.

NOBRE, Miriam. Razões das mulheres para dizer não aos transgênicos. *In*: NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lúcia. (org.). **Feminismo e luta das mulheres: análise e debates**. SOF Sempreviva Organização Feminista: São Paulo, 2005b. p. 51-60.

NOBRE, Miriam. Economía solidaria y economía feminista: elementos para una agenda. *In*: NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu; MORENO, Renata (org.). **Las mujeres en la construcción de la economía solidaria y la agroecología: textos para la acción feminista**. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2015. p. 13-44.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização. *In*: ANTUNES, Ricardo; MORAES, Maria (org.). **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 243-284.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. **Revista Aurora**, Marília/SP, ano 4, n. 6, p. 59-62. 2010. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/1231>. Acesso em: 29 mar. 2019.

NORGAARD, Richard. The epistemology basis of agroecology. *In*: ALTIERI, Miguel. (org.). **Agroecology: the scientific basis of alternative agriculture**. Boulder: Westview Press, 1987. p. 42-67.

NYÉLÉNY. Declaração de Nyélény. **Nyéleny**, Sélingué, 2007. Disponível em: <https://nyeleni.org/spip.php?article327>. Acesso em: 07 jul. 2018.

O VENENO está na mesa II. Produção de Silvio Tandler. Rio de Janeiro: CALIBAN, 2014. 1 vídeo (70 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fyvoKljtvG4>. Acesso em: 18 out. 2019.

OIG-CEPAL. Brasil – Perfil do País. **Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe**, 2019. Disponível em: <https://oig.cepal.org/pt/paises/7/profile>. Acesso em: 10 dez. 2019.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

PADILLA, Mamen Cuéllar; SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. Aportando a la construcción de la soberanía alimentaria desde la agroecología. **Revista Ecología Política**, Barcelona, n. 38, dec. 2009. Disponível em: <https://www.ecologiapolitica.info/?p=4848>. Acesso em: 29 out. 2019.

PAULA, João Antonio de *et al.* Conhecimento e interesse em economia. **Revista Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 559-595, 2003.

PENHA, Luciano Rocha da. **Reforma agrária na Amazônia?** Avaliação do II Plano Nacional de Reforma Agrária no território rural do Baixo Tocantins – PA. 2012. 133f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/3361/1/Dissertacao_ReformaAgrariaAmazonia.pdf. Acesso em: 28 maio 2019.

PEREZ-CASSARINO, Julian. **A construção social de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecológica de Agroecologia.** 2012. 450f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/27480>. Acesso em: 25 fev. 2019.

PÉREZ-OROZCO, Amaia; GIL, Silvia López. **Desigualdades a flor de piel:** cadenas globales de cuidados. Concreciones en el empleo de hogar y articulaciones políticas. Navarra: ONU Mujeres, 2011. 224 p.

PICCHIO, Antonella. Trabalho feminino no cerne do mercado de trabalho. **Temáticas**, Campinas. v. 26, n. 52, p. 69-104, 2018.

PIMENTA, Sara Deolinda Cardoso. **As mulheres na agroecologia e a agroecologia na vida das mulheres:** mapeando experiências. Brasília: CONTAG, 2018. 112 p.

PIRAUX, Mark; SOARES, Daniel Sombra; SIMÕES, Aquiles. A diversidade socioespacial do território Baixo Tocantins e impactos na agricultura familiar. *In:* SIMÕES, Aquiles; BENASSULY, Matheus (org.). **Na várzea e na terra firme:** transformações socioambientais e reinvenções camponesas. Belém: NUMA/UFPA, 2017. p. 77-114.

POESCHL, Gabrielle. Trabalho doméstico e poder familiar: práticas, normas e ideais. **Revista Análise Social**, Lisboa, v. xxxv, n. 156, p. 695-719, 2000.

POLANYI, Karl. Nuestra obsoleta mentalidad de mercado. **Cuadernos de Economía**, Bogotá, v. 14, n. 20, p. 194-266, 1994. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/ceconomia/article/view/14295/20337>. Acesso em: 23 jul. 2019.

POLANYI, Karl. **A grande transformação:** as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Compus, 2000. 337 p.

POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. 382 p.

PRZEWORKSKI, Adam. Marxismo e escolha racional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 3, n. 6, 1988. Disponível em: http://anpocs.com/images/stories/RBCS/06/rbcs06_01.pdf. Acesso em: 14 out. 2018.

PULEO, Alicia. Introducción al concepto de género. *In:* SÁNCHEZ, Plaza *et al.* (org.). **Género y comunicación**, Madrid: Editorial Fundamentos, 2007. p. 13-32.

ROCES, Irene García; MONTIEL, Marta Soler. Mujeres, agroecología y soberanía alimentaria en la comunidad Moreno Maia del Estado de Acre. Brasil. **Investigaciones Feministas**, Madrid, vol. 1. p. 43-65, 2010. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/38817002.pdf>. Acesso em: 01 set. 2018.

ROSSET, Peter. Alternativa à política fundiária de mercado: reforma agrária e soberania alimentar. *In*: SAUER, Sérgio; PEREIRA, João M. M. (org.). **Capturando a terra**: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 315-341.

ROSSET, Peter. Food sovereignty and the contemporary food crisis. **Development**, [S. l.], v. 51, n. 4, p. 460-463, dez. 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1057/dev.2008.48>. Acesso em: 12 out. 2019.

SÁ, Tatiana Deane de Abreu; SILVA, Regina. Para além do interdisciplinar: a agroecologia como uma perspectiva transdisciplinar para a agricultura na Amazônia. *In*: VIEIRA, Ima Célia Guimarães; TOLEDO JÚNIOR, Mann de; SANTOS JÚNIOR, Roberto Araújo Oliveira (org.). **Ambiente e sociedade na Amazônia**: uma abordagem interdisciplinar. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. p. 379-401.

SABOURIN, Eric; GRISA, Cátia. Apresentação – A difusão internacional de políticas públicas: apresentando a pesquisa e o livro. *In*: SABOURIN, Eric; GRISA, Cátia (org.). **A difusão de políticas brasileiras para a agricultura familiar na América Latina e Caribe**. Porto Alegre: Escritos Editora, 2018. p. 13-32.

SAID, Edward. **Orientalismo**: o oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 523 p.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa *et al.* Introdução. *In*: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa. *et al.* (org.). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil**: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília, DF: IPEA, 2017a. p. 11-22.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa *et al.* Análise da concepção da política nacional de agroecologia e produção orgânica. *In*: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa. *et al.* (org.). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil**: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília, DF: IPEA, 2017b. p. 117-145.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Estudos Sociais**, Coimbra, n. 63, 2002. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/1285>. Acesso em: 06 ago. 2018.

SANTOS, Maureen; GLASS, Verena (org.). **Atlas do agronegócio**: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. 60 p. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/atlas_agro_final_06-09.pdf. Acesso em: 07 jun. 2018.

SANTOS, Amaury da S. dos *et al.* Caracterização e desenvolvimento de quintais produtivos agroecológicos na comunidade Mem de Sá, Itaporanga d'Ajuda-Sergipe. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, vol. 8, n. 2, p. 100-111, 2013. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/12997/8899>. Acesso em: 19 set. 2019.

SCHIPANI, Andres; HARRIS, Bryan. Brazil minister calls for the Amazon to be monetized. **Financial Times**, ago. 2019. Disponível em: <https://www.ft.com/content/f791bbc6-c2c3-11e9-a8e9-296ca66511c9>. Acesso em: 10 dez. 2019.

SCHMITT, Cláudia Job. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. *In*: SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés V. (org.) **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 177-203.

SENADO. Programa para agricultura familiar não cresce por falta de recursos, dizem debatedores. **Senado Notícias**, Brasília, DF, 05 jun. 2018. Agricultura. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/06/05/programa-para-agricultura-familiar-nao-cresce-por-falta-de-recursos-dizem-debatedores>. Acesso em: 20 dez. 2018.

SHIKI, Shigeo. Impacto das inovações da agricultura tropical brasileira sobre o desenvolvimento humano. *In*: SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés. (org.) **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 141-175.

SHIVA, Vandana. **Staying Alive: women, ecology and survival in India**. New Delhi: Kali for Women, 1988. 233 p.

SHIVA, Vandana. **Who really feeds the world? The failures of agribusiness and the promise of agroecology**. Berkeley: North Atlantic Books, 2016. 114 p.

SILIPRANDI, Emma. Agroecologia, agricultura familiar e mulheres rurais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 845-849, maio 2007. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/6427/4733>. Acesso em: 23 fev. 2019.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. 291f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2009.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015. 356 p.

SILVA, Flávio José Rocha da. O conceito de desenvolvimento em Arturo Escobar. **Revista Pegada**, São Paulo, vol. 17, n. 2, p. 170-181, 2016.

SILVA, Fábio Carlos da; SILVA, Luciene de Jesus Maciel da. História regional e participação social nas mesorregiões paraenses. **Papers do NAEA**, Belém, n. 226, p. 1-25, 2008. Disponível em: <http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/paper/138>. Acesso em: 04 maio 2018.

SILVEIRA, Maria Lúcia. A mercantilização do corpo e da vida das mulheres – Alinhavando reflexões. *In*: SILVEIRA, Maria Lúcia; FREITAS, Taís Viudes de. **Trabalho, corpo e vida das mulheres: crítica à sociedade de mercado**. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2007. 96 p.

SOF. **Mulheres do campo construindo autonomia**. Experiências de comercialização. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2016. 36 p. Disponível em: <http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/03/Mulheres-do-campo-web-1.pdf>. Acesso em: 10 maio 2019.

SOUZA, Armando Lírio de. **Trabalho e desenvolvimento territorial na Amazônia oriental: a experiência da rede de desenvolvimento rural do baixo Tocantins (PA)**. 2011. 220f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

TEIA AGROECOLÓGICA. Feminismo na ponta do lápis: caderneta agroecológica empodera mulheres e fortalece agroecologia. **Articulação Nacional de Agroecologia – Boletim Informativo sobre Tecnologias Sociais em Agroecologia**, Minas Gerais ano 1, n. 15, maio 2019. Disponível em: https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Informativo_15_WEB.pdf. Acesso em: 18 jul. 2019.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999. 166 p.

TELLES, Liliam *et al.* Cadernetas Agroecológicas e a contribuição econômica das agricultoras agroecológicas no Brasil. *In*: SANCHÉZ, Gloria Patricia Zulaga; CATA-CORA-VARGAS, Giorgina; SILIPRANDI, Emma (org.). **Agroecología en femenino: reflexiones a partir de nuestras experiencias**. La Paz: SOCLA, 2018. p. 141-158.

TERRABRASILIS. Prodes (Desmatamento): Amazônia Legal. **TerraBrasilis**, São Paulo. http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/increments. Acesso em: 27 set. 2019.

THOMAZ, Laís Forti; CARVALHO, Carlos Eduardo. A crise das tortilhas no México (2007): alta das *commodities*, instabilidade financeira e segurança alimentar. **Revista Tempo do Mundo**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 83-110, ago. 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/rtm/120822_rtmv3_portugues02_cap5.pdf. Acesso em: 08 ago. 2018.

TITTONELL, Pablo. Seguridad alimentaria y servicios ecosistémicos en un mundo en evolución: ha llegado la hora de la agroecología *In*: SIMPOSIO INTERNACIONAL DE LA FAO – AGROECOLOGÍA PARA LA SEGURIDAD ALIMENTARIA Y NUTRICIÓN, 2017, Roma. **Actas** [...]. Roma: FAO, 2017. p. 18-39. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4729s.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2019.

TOLEDO, Renata Ferraz de; JACOBI, Pedro Roberto. Pesquisa-ação e educação: compartilhando princípios na construção de conhecimentos e no fortalecimento comunitário para o enfrentamento de problemas. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 122, p. 155-173, jan./mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v34n122/v34n122a09.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2019.

TOMICH, Thomas *et al.* Agroecology: a review from a global change perspective. **Annu. Rev. Environ. Resour.**, [S. l.], vol. 36, p. 193-202, 2011.

UN WOMAN. **Progress of the world's women 2019-2020: families in a changing world**. New York: UN, 2019.

UNITED NATIONS. **Measures for the economic development of underdeveloped countries**. New York: United Nations, 1951. 108 p. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/708544>. Acesso em: 09 dez. 2018.

UYTTEWAAL, Kathleen. Feminismos y agroecología: Un entrelazamiento esencial. **Leisa: Revista de Agroecologia**, Lima, v. 31, n. 4, p. 5-7, 2015. Disponível em: <http://leisa-al.org/web/images/stories/revistapdf/vol31n4.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2018.

VAN STAVEREN, Irene. **The values of economics an Aristotelian perspective**. London: Routledge, 2001.

VINHA, Valéria da. Polanyi e a Nova Sociologia Econômica: uma aplicação contemporânea do conceito de enraizamento social. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 207-230, dez. 2001. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/gema/pdfs/polanyi_e_a_nova_sociologia_economica_uma_aplicacao_contemporanea_do_conceito_de_enraizamento_social.pdf. Acesso em: 25 fev. 2019.

WARING, Marilyn. **Counting for nothing**: what men value and what women are worth. Toronto: University of Toronto Press, Toronto Buffalo, 2004.

WEDIG, Josiane Carine; MENASCHE, Renata. Práticas alimentares entre camponeses: expressão de relações familiares e de gênero. *In*: NEVES, Delma Peçanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (org.). **Mulheres camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. p. 147-162.

WENZEL, Fernanda. Todos os caminhos levam ao boi. **El País**, Nova Ipixuna, PA, 27 jul. 2019. Brasil. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/27/politica/1564264600_493122.html. Acesso em: 29 jul. 2019.

WORLD FOOD SUMMIT. Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação. **World Food Summit**, Roma, 13 nov. 1996. Disponível em: <http://www.fao.org/3/w3613p/w3613p00.htm>. Acesso em: 19 set. 2019.